UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

VICTOR GABRIEL DOMINGUES BEZERRA

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO COTIDIANO DAS MORADORAS DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS VERTICAIS DE TRÊS LAGOAS E DOURADOS EM MATO GROSSO DO SUL

Dourados-MS
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Victor Gabriel Domingues Bezerra

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO COTIDIANO DAS MORADORAS DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS VERTICAIS DE TRÊS LAGOAS E DOURADOS EM MATO GROSSO DO SUL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria José Martinelli Silva Calixto

Dourados-MS
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

B574s Bezerra, Victor Gabriel Domingues
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO COTIDIANO DAS MORADORAS DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS VERTICAIS DE TRÊS LAGOAS E DOURADOS EM MATO GROSSO DO SUL [recurso eletrônico] / Victor Gabriel Domingues Bezerra. -- 2025.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Maria José Martinelli Silva Calixto .
Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2025.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em: https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio

1. Segregação socioespacial. 2. Programa Minha Casa Minha Vida. 3. Produção do espaço urbano. 4. Dourados-MS. 5. Três Lagoas-MS. I. Calixto, Maria José Martinelli Silva. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria José Martinelli Silva Calixto – PPGG/UFGD (Orientadora)

Profa. Dra. Patrícia Helena Milani – PPGGEO/UFMS (Membro Externo)

Profa. Dra. Maria Angélica de Oliveira Magrini – PPGEP/UFU (Membro Externo)

Dourados - MS, 31 de Janeiro de 2025

ATA DE APROVAÇÃO

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR VICTOR GABRIEL DOMINGUES BEZERRA, ALUNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL E FRONTEIRA".

Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às treze horas e trinta minutos, em sessão pública, realizou-se na Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada **"SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO COTIDIANO DAS MORADORAS DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS VERTICAIS DE TRÊS LAGOAS E DOURADOS EM MATO GROSSO DO SUL"**, apresentada pelo mestrando Victor Gabriel Domingues Bezerra, do Programa de Pós-graduação em Geografia, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Prof.ª Dr.ª Maria Jose Martinelli Silva Calixto/UFGD (presidente/orientadora), Prof.ª Dr.ª Patricia Helena Milani/UFMS (membro titular externo), Prof.ª Dr.ª Maria Angelica de Oliveira Magrini/UFU (membro titular externo). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer ao candidato e aos integrantes da banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após o candidato ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido o candidato considerado aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Dourados/MS, 31 de janeiro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA JOSE MARTINELLI SILVA CALIXTO
Data: 31/01/2025 14:46:36-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª Maria Jose Martinelli Silva Calixto
Presidente/orientadora

gov.br Documento assinado digitalmente
PATRICIA HELENA MILANI
Data: 31/01/2025 17:27:53-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª Patricia Helena Milani
Membro Titular Externo

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA ANGELICA DE OLIVEIRA MAGRINI
Data: 04/02/2025 16:11:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª Maria Angelica de Oliveira Magrini
Membro Titular Externo

APOIO FINANCEIRO

Programa de Demanda Social (DS) – Processo nº 88887.835527/2023-00

APOIO ACADÊMICO

Universidade Federal da Grande Dourados

PPGG Programa de Pós-Graduação em Geografia

LEUA
LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS E AGRÁRIOS

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho com todo o meu amor e gratidão a duas mulheres muito especiais:
À minha querida avó, ***Adalice***, cuja partida em 2024 nos privou de vivermos juntos este momento. Sua presença foi, e sempre será, um alicerce em minha vida.
E à minha cunhada, ***Rosenir***, que nos deixou em 2025, mas permanece viva em minhas lembranças e no meu coração.
Este trabalho é também de vocês, fruto de nossos esforços compartilhados. Amo vocês eternamente.
Obrigado por tudo que vivemos e dividimos.

AGRADECIMENTOS

Sonho que se sonha só
É só um sonho que se sonha só
Mas sonho que se sonha junto é realidade
("Prelúdio", canção de Raul Seixas)

Partindo do princípio de que nenhuma realização nesta vida se concretiza de forma individual, utilizo este local para expressar minha profunda gratidão àqueles que, de diversas maneiras, contribuíram para que este trabalho se tornasse possível. Sem o apoio e o amor de vocês, eu certamente não teria chegado até aqui.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela dádiva da vida e pelo privilégio de viver meus 25 anos cercado por pessoas que, de diferentes formas, moldaram e fortaleceram o homem que sou hoje.

Aos meus pais, José Adeildo e Osmailda, meu eterno porto seguro. Agradeço por seu exemplo de resiliência e amor incondicional, que me inspiram a cada dia. Em meio a tantos desafios, vocês foram, e sempre serão, minha base.

À minha avó Adalice (*in memoriam*), que ocupa um lugar especial em meu coração. Seu amor, dedicação e suas palavras de incentivo nunca serão esquecidos. Foi ela quem, com sabedoria e carinho, me encorajou a lutar pelos meus sonhos.

Aos meus irmãos, Jorge, Jonathan e Rafael, sou imensamente grato. O exemplo e o apoio de vocês foram fundamentais em minha caminhada. Os momentos que compartilhamos, especialmente nos dias difíceis de 2023 com nossa avó, fortaleceram nosso vínculo e me deram forças para continuar. Amo vocês profundamente.

A minhas cunhadas, Hevellym, Bruna e Rosenir (*in memoriam*), fontes de inspiração e afeto. Apesar da distância física, sempre estiveram presentes de forma significativa, e sou eternamente grato pelo carinho e apoio que recebi de vocês.

Às minhas amigas de longa data, Mariana e Letícia, cuja amizade atravessa os anos e as mudanças, agradeço por serem uma constante em minha vida. Obrigado por ouvirem minhas inquietações, celebrarem minhas conquistas e estarem ao meu lado em todos os momentos. Amo vocês.

Aos amigos que encontrei em Dourados e que se tornaram minha família nesta jornada: Mirtes, Débora e Mateus, minha gratidão é imensa. A distância de casa se tornou mais leve graças à presença de vocês. Compartilhamos angústias, alegrias, aventuras e até mesmo os momentos mais difíceis, sempre com um espírito de companheirismo e amor. Obrigado por tornarem cada dia especial. Amo vocês!

Aos queridos Edy e Gabriel, meu sincero agradecimento por me acolherem nos primeiros dias em Dourados e por compartilharem comigo o calor de um lar. Sem o apoio de vocês, essa jornada teria sido infinitamente mais exaustiva. Amo vocês e sou eternamente grato por tudo.

À minha estimada orientadora, professora Maria José, manifesto minha profunda gratidão, pelas partilhas, encontros e orientações, e até pelos momentos descontraídos no Éden e em outros lugares. Meu muito obrigado. Sua compreensão e apoio nos momentos mais difíceis foram fundamentais, mostrando que a união fortalece qualquer desafio. Sem sua dedicação e sabedoria, esta pesquisa simplesmente não existiria. Obrigado por cada conhecimento compartilhado e por acreditar neste trabalho.

Às minhas colegas e amigas de trabalho, Lucivania e Juliana: vocês chegaram na reta final da pesquisa, mas se tornaram uma parte tão importante dessa jornada. Obrigado por cada troca, por cada gesto de cuidado e acolhimento, por me sustentarem quando pensei que não conseguiria seguir adiante. Agradeço por tudo o que compartilhamos, pelas risadas, pelos consolos e pela força que me deram nos momentos mais difíceis. Vocês foram mais do que essenciais; foram um verdadeiro presente nessa caminhada.

Aos colegas da Escola Estadual Rita Angelina Barbosa Silveira, minha gratidão por cada gesto de auxílio e pelas palavras de conforto que fizeram diferença nos dias difíceis. Em especial, deixo meu agradecimento à diretora Tarsila, uma pessoa admirável, cuja empatia e carinho se refletem nas melhores palavras de consolo e amparo. Obrigado por cada momento, por cada ajuda dedicada a mim, que sempre vieram na hora certa.

À minha coordenadora Gislaine, que esteve ao meu lado nos dias mais desafiadores da minha vida: obrigado por ser mais do que uma profissional, por ser uma amiga generosa e sempre presente, alguém em quem posso confiar plenamente. A presença de vocês tornou essa caminhada muito mais leve e

significativa. Que Deus as conserve em saúde, abençoe suas vidas e retribua em dobro todo o bem que me fizeram.

Às demais pessoas que, mesmo não mencionadas diretamente aqui, contribuíram de alguma forma para a construção desta pesquisa, minha gratidão é igualmente imensa. Familiares, amigos e colegas que torceram por mim, celebraram minhas conquistas, por menores que fossem, e estiveram presentes, mesmo à distância, cada gesto foi essencial para que eu chegasse até aqui.

Expresso minha profunda gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro proporcionado por meio da bolsa de Mestrado, que foi essencial para viabilizar o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) pela acolhida durante este período tão significativo de minha trajetória acadêmica.

Meu reconhecimento se estende à Faculdade de Ciências Humanas (FCH) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), que sempre se mostraram solícitos e comprometidos em atender às demandas acadêmicas, contribuindo para o bom andamento deste trabalho.

Ao Laboratório de Estudos Urbanos e Agrários (LEUA), registro minha gratidão por ter sido um espaço de produção intelectual, reflexão e construção desta pesquisa.

Aos colegas do laboratório e integrantes do Grupo de Estudos em Geografia Urbana, deixo meus sinceros agradecimentos pelas trocas de ideias, discussões e partilhas, que enriqueceram não apenas este trabalho, mas também minha formação como pesquisador.

Por fim, deixo registrado um poema que muito significa para mim e reflete a intensidade dessa caminhada. É minha forma de agradecer por tudo que vivi, lutei e conquistei ao longo deste percurso.

De tudo ficaram três coisas

De tudo ficaram três coisas:

A certeza de que estamos sempre começando,

A certeza de que é preciso continuar,

A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar.

Façamos da interrupção um caminho novo,

Da queda, um passo de dança,

Do medo, uma escada,

Do sonho, uma ponte,

Da procura, um encontro.

(Fernando Sabino, do livro "O Encontro Marcado")

Muito obrigado!

RESUMO

A presente dissertação analisa as dinâmicas de segregação socioespacial nas cidades de Dourados e Três Lagoas, ambas no estado de Mato Grosso do Sul, a partir dos impactos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O foco recai sobre as experiências cotidianas das mulheres residentes nos conjuntos habitacionais Idelfonso Pedroso, em Dourados, e Novo Oeste, em Três Lagoas, investigando como se revelam e reproduzem diferentes dimensões da segregação, tanto física quanto simbólica. A pesquisa combina uma análise qualitativa fundamentada em entrevistas semiestruturadas com moradoras, com idades entre 20 e 40 anos, realizadas em ambas as cidades. Foram realizadas quatro entrevistas em cada cidade, proporcionando uma análise das vivências, estratégias e desafios enfrentados pelas entrevistadas. Em Dourados, os resultados evidenciam uma segregação socioespacial marcada pela localização periférica dos conjuntos habitacionais, agravada pela precariedade do transporte público e pela carência de equipamentos urbanos. Além disso, as narrativas revelam uma segregação simbólica, reforçada por estigmas associados às áreas habitacionais populares. Já em Três Lagoas, embora o distanciamento físico em relação ao centro urbano seja menos expressivo, a segregação se intensifica por meio da violência e do medo, da ausência de áreas de lazer e da carência de serviços essenciais próximos, configurando um distanciamento que limita as interações e as oportunidades de convivência. Ao incorporar discussões teóricas recentes sobre segregação socioespacial, a pesquisa destaca como as dimensões simbólica e vivida da segregação afetam diretamente a mobilidade, a integração social e as possibilidades de ressignificação dos espaços urbanos. Ademais, a dissertação evidencia que, embora as políticas habitacionais como o PMCMV busquem oferecer acesso à moradia, elas frequentemente reforçam dinâmicas segregativas, perpetuando desigualdades e no processo de estigmatização. Por outro lado, o estudo também sublinha as estratégias de resistência e adaptação desenvolvidas pelas moradoras, que ressignificam os locais habitados por meio de redes de solidariedade e práticas cotidianas que confrontam as adversidades estruturais. Essas práticas revelam que, apesar das limitações, desafia as dinâmicas excludentes e abre possibilidades para novos significados e usos espaço. Ao final, a pesquisa propõe estratégias socioespaciais e subsídios a políticas públicas voltadas à requalificação das periferias, descentralização dos serviços urbanos, melhoria da mobilidade e promoção de uma urbanidade mais inclusiva. Assim, a dissertação contribui para o debate ao explorar as facetas da segregação socioespacial em cidades médias e de porte médio, oferecendo uma análise crítica sobre o impacto das políticas habitacionais no contexto das cidades do interior de Mato Grosso do Sul. Ao enfatizar os desafios e potencialidades desses locais, o estudo reforça a importância de políticas integradas e da participação ativa das comunidades na construção de cidades mais equitativas e sustentáveis.

Palavras-Chave: Segregação socioespacial; Programa Minha Casa Minha Vida; Produção do espaço urbano; Dourados-MS; Três Lagoas-MS.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the dynamics of socio-spatial segregation in the cities of Dourados and Três Lagoas, both located in the state of Mato Grosso do Sul, focusing on the impacts of the "Minha Casa Minha Vida" Program (PMCMV). The study centers on the everyday experiences of women residing in the Idelfonso Pedroso housing complex in Dourados and the Novo Oeste complex in Três Lagoas, investigating how different dimensions of segregation—both physical and symbolic—are manifested and reproduced. The research employs a qualitative approach based on semi-structured interviews with women aged 20 to 40 conducted in both cities. Four interviews were carried out in each location, providing insights into the experiences, strategies, and challenges faced by the participants. In Dourados, the findings reveal socio-spatial segregation marked by the peripheral location of the housing complexes, compounded by precarious public transportation and a lack of urban infrastructure. Furthermore, the narratives unveil symbolic segregation reinforced by stigmas associated with social housing areas. In Três Lagoas, although the physical distance from the urban center is less significant, segregation is intensified by violence, fear, the absence of leisure spaces, and the lack of essential nearby services. This configuration limits interactions and opportunities for socialization. By incorporating recent theoretical discussions on socio-spatial segregation, the research highlights how the symbolic and lived dimensions of segregation directly affect mobility, social integration, and the possibilities of re-signifying urban spaces. Moreover, the dissertation underscores that while housing policies like the PMCMV aim to provide access to housing, they often reinforce segregation dynamics, perpetuating inequalities and contributing to stigmatization processes. On the other hand, the study also emphasizes the strategies of resistance and adaptation developed by the residents, who re-signify their living spaces through solidarity networks and everyday practices that confront structural adversities. These practices demonstrate that, despite the limitations, they challenge exclusionary dynamics and open possibilities for new meanings and uses of space. Finally, the research proposes socio-spatial strategies and recommendations for public policies aimed at peripheral requalification, decentralization of urban services, improvement of mobility, and promotion of more inclusive urbanity. Thus, the dissertation contributes to the debate by exploring the facets of socio-spatial segregation in medium-sized cities, offering a critical analysis of the impact of housing policies in the context of the interior cities of Mato Grosso do Sul. By emphasizing the challenges and potentialities of these locations, the study reinforces the importance of integrated policies and the active participation of communities in building more equitable and sustainable cities.

Keywords: Socio-spatial segregation; Minha Casa Minha Vida Program; Urban space production; Dourados-MS; Três Lagoas-MS.

RESUMEN

Esta disertación analiza las dinámicas de segregación socioespacial en las ciudades de Dourados y Três Lagoas, ambas ubicadas en el estado de Mato Grosso do Sul, centrándose en los impactos del Programa "Minha Casa Minha Vida" (PMCMV). El estudio se enfoca en las experiencias cotidianas de las mujeres residentes en el conjunto habitacional Idelfonso Pedroso, en Dourados, y en el conjunto Novo Oeste, en Três Lagoas, investigando cómo se manifiestan y reproducen diferentes dimensiones de la segregación, tanto física como simbólica. La investigación utiliza un enfoque cualitativo basado en entrevistas semiestructuradas realizadas a mujeres de entre 20 y 40 años en ambas ciudades. Se llevaron a cabo cuatro entrevistas en cada localidad, proporcionando una comprensión de las vivencias, estrategias y desafíos enfrentados por las participantes. En Dourados, los resultados revelan una segregación socioespacial marcada por la ubicación periférica de los conjuntos habitacionales, agravada por la precariedad del transporte público y la carencia de infraestructura urbana. Además, las narrativas evidencian una segregación simbólica reforzada por los estigmas asociados a las áreas de vivienda social.
En Três Lagoas, aunque la distancia física respecto al centro urbano es menos significativa, la segregación se intensifica a través de la violencia, el miedo, la ausencia de espacios de recreación y la falta de servicios esenciales cercanos. Esta configuración limita las interacciones y las oportunidades de convivencia. Al incorporar discusiones teóricas recientes sobre segregación socioespacial, la investigación destaca cómo las dimensiones simbólicas y vividas de la segregación afectan directamente la movilidad, la integración social y las posibilidades de resignificar los espacios urbanos. Además, la disertación subraya que, aunque las políticas de vivienda como el PMCMV buscan ofrecer acceso a la vivienda, con frecuencia refuerzan dinámicas segregativas, perpetuando desigualdades y contribuyendo a procesos de estigmatización. Por otro lado, el estudio también destaca las estrategias de resistencia y adaptación desarrolladas por las residentes, quienes resignifican los espacios habitados mediante redes de solidaridad y prácticas cotidianas que enfrentan las adversidades estructurales. Estas prácticas revelan que, a pesar de las limitaciones, desafían las dinámicas excluyentes y abren posibilidades para nuevos significados y usos del espacio. Finalmente, la investigación propone estrategias socioespaciales y recomendaciones para políticas públicas orientadas a la revalorización de las periferias, la descentralización de los servicios urbanos, la mejora de la movilidad y la promoción de una urbanidad más inclusiva. Así, la disertación contribuye al debate explorando las facetas de la segregación socioespacial en ciudades medianas, ofreciendo un análisis crítico sobre el impacto de las políticas de vivienda en el contexto de las ciudades del interior de Mato Grosso do Sul. Al enfatizar los desafíos y las potencialidades de estos lugares, el estudio refuerza la importancia de políticas integradas y la participación activa de las comunidades en la construcción de ciudades más equitativas y sostenibles.

Palabras-clave: Segregación socioespacial; Programa Minha Casa Minha Vida; Producción del espacio urbano; Dourados-MS; Três Lagoas-MS.

“A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político), dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na cidade”.

Henri Lefebvre em: “O direito à cidade”

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS 17
LISTA DE FIGURAS 19
LISTA DE MAPAS 21
LISTA DE QUADROS 22
INTRODUÇÃO 23
CAPÍTULO 1 26
QUESTÕES NORTEADORAS DA PESQUISA E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS 26
1.1 As entrevistas 30
1.2 O trabalho de campo 43
CAPÍTULO 2 74
DISCUTINDO AS CIDADES OBJETO DA PESQUISA 74
2.1 A condição de Dourados: uma cidade média na porção Sul do estado de Mato Grosso do Sul 80
2.2 Três Lagoas/MS: uma cidade em transição? 84
2.3 Três Lagoas e Dourados: a discussão não se encerra aqui 87
2.4 Considerações sobre Três Lagoas e Dourados em Mato Grosso do Sul ... 91
CAPÍTULO 3 106
A PRODUÇÃO HABITACIONAL EM TRÊS LAGOAS E DOURADOS: UM OLHAR A PARTIR DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA 106
3.1 O Programa Minha Casa Minha Vida 106
CAPÍTULO 4 120
O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL 120
4.1. O cotidiano das moradoras dos conjuntos habitacionais verticais 132
CONSIDERAÇÕES FINAIS 167
REFERÊNCIAS 171
ANEXOS 182

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEMS – Associação de Ensino e Cultura de Mato Grosso do Sul

BF – Bolsa Família

BNH – Banco Nacional de Habitação

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAND – Colônia Nacional Agrícola de Dourados

CEI – Centro de Educação Infantil

CEIM – Centro de Educação Infantil Municipal

CH – Conjunto Habitacional

COHAB - Companhia de Habitação de Mato Grosso do Sul

CPTL – Campus de Três Lagoas

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DOU – Diária Oficial da União

EELLC – Escola Estadual Luiz Lopes de Carvalho

EM – Escola Municipal

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMPAER – Empresa Agrícola de Extensão Rural

FAR – Fundo de Arrendamento Residencial

FCH – Faculdade de Ciências Humanas

FDS – Fundo de Desenvolvimento Social

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFMS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

IP – International Paper

MCID – Ministério das Cidades

MP – Medida Provisória

MS – Mato Grosso do Sul

NOB – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

NSA – Nossa Senhora Aparecida

PIB – Produto Interno Bruto

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PND – Plano Nacional do Desenvolvimento

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PNHU – Programa Nacional de Habitação Urbana

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PROEJA – Educação Profissional de Jovens e Adultos

REGIC – Rede de Influências das Cidades

SP – São Paulo

SUS – Sistema Único de Saúde

TJL – Aeroporto Regional Plínio Alarcon

TL – Três Lagoas

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UHE Jupiá – Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

USF – Unidade de Saúde da Família

VCP – Votorantim Celulose Papel

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Três Lagoas. Códigos gerados pelas entrevistas (2024) 33
Figura 2: Dourados. Códigos gerados pelas entrevistas (2024) 40
Figura 3: Três Lagoas e Dourados. Códigos gerados pelas entrevistas (2024) 41
Figura 4: Três Lagoas. Cemitério Municipal (2024) 48
Figura 5: Três Lagoas. Praça do Novo Oeste (2024) 49
Figura 6: Três Lagoas. Apartamentos do Conjunto Habitacional Novo Oeste (2024) 51
Figura 7: Três Lagoas. Áreas de lazer no Conjunto Habitacional Novo Oeste (2024) 53
Figura 8: Três Lagoas. Lixeiras do Conjunto Habitacional Novo Oeste (2024) 54
Figura 9: Três Lagoas. Centros de Educação Infantil próximos aos Conjuntos Habitacionais Novo Oeste e Orestinho (2024) 55
Figura 10: Três Lagoas. Escola Municipal e Unidade de Saúde Familiar próximas aos Conjuntos Habitacionais Novo Oeste e Orestinho (2024) 56
Figura 11: Três Lagoas. Vazio Urbano próximo ao Conjunto Habitacional Novo Oeste (2024) 58
Figura 12: Três Lagoas. Produção Habitacional ao entorno do Conjunto Orestinho (2024) 60
Figura 13: Dourados. Via de acesso ao conjunto habitacional (2024) 63
Figura 14: Dourados-MS. Conjunto Habitacional Idelfonso Pedroso. CEIM e UBS (2024) 64
Figura 15: Dourados. Vista Frontal CH Idelfonso Pedroso (2024) 65
Figura 16: Dourados. Vista lateral do CH (2024) 67
Figura 17: Dourados. Entrada do CH Idelfonso Pedroso - Quadra 02 e Quadra 05 (2024) 68
Figura 18: Dourados. Rua sem pavimentação asfáltica ao lado do conjunto habitacional (2024) 69
Figura 19: Dourados. Vista do Stand de vendas do loteamento próximo ao CH (2024) 70
Figura 20: Dourados. Vista dos terrenos do loteamento próximo ao CH (2024) 71

Figura 21: Três Lagoas. Anúncios de apartamentos a venda no Conjunto Habitacional Novo Oeste (2023) 134
Figura 22: Dourados. Anúncios de apartamentos a venda no Conjunto Habitacional Idelfonso Pedroso (2023) 135
Figura 23: Três Lagoas. Horários de ônibus que atendem o Conjunto Habitacional Novo Oeste (2023) 146
Figura 24: Dourados. Horários de ônibus que atendem o Conjunto Habitacional Idelfonso Pedroso (2023) 147

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Três Lagoas. Percurso de campo (2024) 47
Mapa 2: Dourados. Percurso de campo (2024) 62
Mapa 3: Três Lagoas. Rodovias que perpassam pelo município (2024) 88
Mapa 4: Três Lagoas. Grandes superfícies comerciais (2024) 89
Mapa 5: Mato Grosso do Sul. Localização do município de Três Lagoas (2019) 92
Mapa 6: Três Lagoas. Localização do Distrito Industrial I (2021) 96
Mapa 7: Dourados. Localização do município (2024) 103
Mapa 8: Dourados. Localização do conjunto habitacional Idelfonso Pedroso (2024) 115
Mapa 9: Três Lagoas. Localização dos Conjuntos Habitacionais Novo Oeste e Orestinho (2021) 118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Três Lagoas. Perfil das entrevistadas (2024) 34
Quadro 2 - Dourados. Perfil das entrevistadas (2024) 38
Quadro 3 - Mato Grosso do Sul. Ranking dos municípios mais populosos (2022) 91
Quadro 4 – Três Lagoas. Evolução da população (2022) 93
Quadro 5 – Três Lagoas. Etapas do setor econômico (2021) 93
Quadro 6 – Dourados. Evolução da população (2023) 103
Quadro 7 – PMCMV. Valores e Faixas de Renda para participar (2023) 107
Quadro 8 – PMCMV. Taxas de Juros. Divididos por faixas (2023) 110
Quadro 9 – Três Lagoas. Quantidade de apartamentos no Conjunto Habitacional Novo Oeste (2019) 117
Quadro 10 - Três Lagoas. Quantidade de apartamentos no Conjunto Habitacional Orestinho (2019) 117
Quadro 11: Quadro síntese sobre o conceito de Segregação Socioespacial . 121

INTRODUÇÃO

Entendemos a partir de Corrêa (1989) que existem cinco agentes responsáveis por produzir e modificar o espaço urbano: a) os proprietários dos meios de produção; b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o Estado; e e) os grupos sociais excluídos.

Apoiado nisso, concordamos com Moreira Júnior (2010), que afirma que esses agentes (apontados por Corrêa, 1989) são protagonistas na produção do espaço e são eles os responsáveis por produzir o processo de segregação a partir de lógicas econômicas pré-estabelecidas.

Sendo assim, podemos relacionar a formação socioespacial de Três Lagoas e Dourados com a ocupação da Região Centro-Oeste do país, intensificada pela criação do estado de Mato Grosso do Sul e caracterizada por diversas fases de desenvolvimento econômico, que deram origem à realidade atual dos municípios abordados nessa pesquisa; dentre eles, destacamos: a industrialização (1990) e as instalações das empresas do setor de celulose e papel a partir dos anos 2000 no município de Três Lagoas e o setor agropecuário e de serviços em Dourados na década de 1970.

O processo de redefinição das cidades – sobretudo em Três Lagoas e Dourados – foi sendo articulado de acordo com os diferentes interesses dos agentes responsáveis pela produção do espaço urbano (Corrêa, 1989), que aceleram a expansão urbana, atribuindo novas funções (Sposito, 1999).

No município de Dourados, vale ressaltar que outras lógicas diferentes da industrialização também foram responsáveis pela alteração na produção do espaço urbano, como o setor de serviços terciários: comércio e serviços, e a agropecuária.

O processo de industrialização (que ocorreu a partir da década de 1990) está ligado à interiorização da urbanização no Brasil, devido ao processo de (des)concentração industrial e saída (sempre relativa) das atividades produtivas dos centros metropolitanos em direção às cidades do interior do país, especialmente as que oferecem facilidade para as instalações industriais (como em Três Lagoas e Dourados), que são: impostos mais baratos, mão de obra disponível, quantidades de terras a preços mais baixos em relação às metrópoles e outros centros urbanos, entre outras vantagens locacionais. No caso de

Dourados, ainda há a proximidade com o Paraguai, o que reforça sua localização estratégica.

Por meio de todas essas transformações no tecido urbano dos municípios abordados, uma das mudanças mais significativas foi o desenvolvimento do setor de moradias populares, com a instalação de Conjuntos Habitacionais Horizontais e Verticais, pertencentes ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – que é objeto de estudo neste trabalho.

A partir dessas mudanças no espaço urbano de Três Lagoas e Dourados, o objetivo central desta pesquisa é compreender como a segregação socioespacial é vivenciada com base nas experiências e práticas espaciais das moradoras do Conjunto Habitacional Novo Oeste, em Três Lagoas, e moradoras do Conjunto Habitacional Idelfonso Pedroso, em Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul, implantados via PMCMV.

Acerca dos nossos objetivos específicos, temos: a) Analisar como o a segregação socioespacial é produzida pelas práticas espaciais das moradoras que residem nas áreas de estudo; b) compreender quais os desdobramentos gerados pelo processo de segregação socioespacial nos conjuntos habitacionais abordados; e c) apontar elementos para se pensar o processo de segregação socioespacial a partir das formas de produção habitacional.

O interesse pela temática da pesquisa surgiu em meados de 2018 com o ingresso no curso de Geografia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Durante esse período, foram realizadas duas Iniciações Científicas voltadas para Geografia Urbana e questões habitacionais, sob a orientação da Professora Doutora Patrícia Helena Milani.

No processo de formação, foram desenvolvidas ideias que culminaram na elaboração de uma monografia intitulada “Vozes da cidade: análises da vida cotidiana de moradoras dos Conjuntos Habitacionais Verticais em Três Lagoas – MS”, apresentada em novembro de 2021.

Após a graduação, a opção foi por não ingressar no Mestrado no ano seguinte (2022), dedicando-se ao ensino. Foi professor contratado na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul em 2022, lecionando Geografia, Projeto de Vida, Ciências Integradas e Novas Tecnologias e Empreendedorismo Social no Ensino Fundamental e Médio, na Escola Estadual Luiz Lopes de Carvalho em Três Lagoas – MS.

Durante o período de docência, o desejo de seguir para o Mestrado permaneceu. Assim, foi elaborado um Projeto de Pesquisa e, em 2023, o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados foi concretizado, sob a orientação da Professora Doutora Maria José Martinelli Silva Calixto.

Além desta Introdução, este trabalho, encontra-se estruturado da seguinte forma:

No **Capítulo 1**, são apresentados os procedimentos metodológicos e as abordagens metodológicas empregadas na execução da pesquisa, incluindo as entrevistas realizadas e a descrição do trabalho de campo nas cidades selecionadas.

O **Capítulo 2**, dedica-se a uma breve análise do conceito de cidades médias, para então apresentar Dourados como cidade média e explorar a condição de Três Lagoas, refletindo sobre a possibilidade desta cidade se encontrar em um processo de transição e desenvolvem-se considerações acerca dessas cidades, abordando o contexto histórico, o processo de urbanização e as condições atuais de cada uma.

Já no **Capítulo 3**, analisa-se a produção habitacional em Três Lagoas e Dourados a partir do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Inicialmente, são detalhadas as características do programa, suas regras e requisitos de participação; posteriormente, são examinadas as especificidades da implementação do Programa nas cidades foco deste estudo.

No **Capítulo 4**, é realizado uma discussão conceitual sobre o processo de Segregação Socioespacial, fazendo uma contextualização histórica e apresentando autores que contribuíram para se pensar esse conceito e após é analisado o processo de segregação vivenciado, apresentando as análises das entrevistas realizadas, as quais fundamentam a compreensão das dinâmicas de segregação nas cidades estudadas.

Por último, são apresentadas as **Considerações Finais**, seguidas das **Referências** utilizadas e dos **Anexos**.

CAPÍTULO 1
QUESTÕES NORTEADORAS DA PESQUISA E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

> *"A metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Os métodos são as formas mais adequadas de operação do pensamento e da ação"*
> *(MINAYO, 2014, p. 26)*

A expressão "Caminhos Metodológicos" foi escolhida a partir da compreensão de que a pesquisa, como argumentam Minayo (2010) e Demo (1995), é um processo intrinsecamente coletivo, no qual os procedimentos adotados não apenas guiam o percurso investigativo, mas também refletem as escolhas teórico-metodológicas que orientam o pesquisador.

Assim, a construção do conhecimento configura-se como um "caminho metodológico", no qual cada etapa é marcada por decisões que vinculam teoria, prática e o contexto investigado, conforme também destacado por Severino (2007).

A metodologia se associa com a construção, organização e estruturação do caminho/trajetória que o pesquisador desenvolve para gerar informações ao longo de sua pesquisa (Bezerra, 2021). É também a produção do conhecimento científico, em que acontece, simultaneamente, a avaliação e reflexão sobre teoria e empiria e sobre sujeito e objeto de pesquisa com todos os seus limites e potencialidades (Turra Neto, 2011).

O que define a opção metodológica é a problemática que a pesquisa apresenta, sendo assim, o caminho metodológico nos direciona as fontes que serão acionadas e nos indica qual ou quais instrumentos devemos utilizar para ter acesso as fontes (Turra Neto, 2011).

Concordamos que não existe um caminho a ser seguido, uma receita a ser seguida para um resultado esperado, o que acreditamos é que exista a metodologia que se adeque aos objetivos que cada pesquisa propõe, sendo assim, as questões levantadas nessa pesquisa nos levaram a utilização em grande parte da metodologia qualitativa, que nos debruçamos para entendê-la e utilizá-la da melhor maneira e com o rigor científico adequado.

A metodologia pode ser caracterizada por observações, entrevistas, levantamento de dados entre outros instrumentos que a compõe, podendo ser qualitativa e/ou quantitativa.

Para Turra Neto (2011), na pesquisa quantitativa, o material de estudos se dá em sua grande maioria pela natureza numérica e permite um tratamento estatístico, como o cálculo de porcentagem, de amostra, assim como elaboração de matrizes e representações gráficas.

Já na pesquisa qualitativa, o material principal corresponde a uma natureza discursiva, podendo ser um relato, uma história de vida, uma descrição de fenômeno, e para esse tipo de metodologia é adequado um tratamento e utilização de técnicas e outras formas de representação que são extraídos dos próprios discursos.

Quando abordamos a metodologia qualitativa, está em jogo os processos de interação humana, com todos os seus humores, temores, particularidades e singularidades. É um tipo de relação dialógica entre o investigador e quem ele investiga, que não é sem importância para os resultados que a pesquisa pode produzir.

Durante esta pesquisa, utilizamos diversos instrumentos metodológicos, incluindo a observação das áreas de estudo, entrevistas com roteiros semiestruturados e pesquisa quantitativa com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre *déficit* habitacional, densidade demográfica e salários.

Também consultamos o site da Prefeitura Municipal de Três Lagoas e Dourados, além de seus departamentos relacionados, como o Departamento de Habitação em Três Lagoas e a Agência Municipal de Habitação de Interesse Social em Dourados, para obter informações sobre moradias populares do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Para a investigação sobre a existência de práticas de aluguel e/ou venda de apartamentos nas duas cidades, bem como para a coleta de outras informações relevantes, recorremos a plataformas digitais amplamente utilizadas, como redes sociais (*Facebook*) e sites de comércio eletrônico (*OLX*). Buscando considerar a vida cotidiana e seus desdobramentos como fonte para análise socioespacial.

Além disso, a consulta a esses ambientes virtuais possibilita apreender dinâmicas informais que, conforme observa Corrêa (1995), muitas vezes escapam às abordagens formais e institucionais, mas desempenham um papel essencial na compreensão dos processos urbanos.

A construção de uma pesquisa envolve a participação de diversos agentes, cujas interações ao longo do tempo podem influenciar positiva ou negativamente os resultados obtidos.

Conforme ressaltado por autores como Becker (1999) e Geertz (1973), o pesquisador não ocupa uma posição neutra no processo de investigação, mas é parte ativa na construção do conhecimento. Suas próprias experiências, sensações, sentimentos e angústias exercem influência sobre o delineamento e desenvolvimento da pesquisa, especialmente no contexto de metodologias qualitativas, onde a subjetividade do pesquisador é um componente central.

Neste estudo, a temática explorada já era previamente familiar ao pesquisador, que havia realizado trabalhos anteriores sobre o assunto. No entanto, a escolha das cidades e dos conjuntos habitacionais investigados foi um processo que se revelou, de certo modo, tranquilo e satisfatório.

O pesquisador, ao longo da construção do percurso metodológico, se envolveu de maneira intensa e subjetiva, conforme discutido por Maffesoli (1998), que enfatiza o papel da sensibilidade e da intuição na prática científica.

No caso de Três Lagoas, a escolha do conjunto habitacional foi influenciada pela familiaridade do pesquisador com o local, uma vez que ele havia estudado o mesmo objeto em sua monografia de graduação.

Além disso, a relação pessoal do pesquisador com o conjunto, onde residem familiares próximos, reforça a relevância desse contexto no estudo, evidenciando a importância das conexões afetivas na pesquisa qualitativa, conforme explorado por Riessman (2008).

Essa proximidade proporciona uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos sociais e espaciais em análise.

Em Dourados, a escolha do conjunto habitacional investigado foi pautada pelo fato de o padrão construtivo ser semelhante ao de Três Lagoas e pela localização periférica do conjunto em relação ao centro comercial da cidade, o que, em determinados contextos, acentua os processos de segregação socioespacial, mas, por si só, não o explica.

Nesse sentido, a vivência e a sensibilidade do pesquisador contribuíram para uma compreensão mais ampla e crítica do objeto de estudo, reafirmando a ideia de que o pesquisador desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento, como argumentado por Strey (2001).

A partir dessas considerações acerca da metodologia usada nesta pesquisa, entendemos, a partir de Silva (2017) que a ciência é produzida por seres humanos em seus cotidianos e, portanto, o conhecimento gerado é relacional ao tempo e espaço próprio do cientista, e o pesquisador tem papel de extrema importância nessa construção da pesquisa, pois, de certa forma, ele também faz parte dela, mesmo que de forma indireta.

Portanto, a sua presença na construção não pode ser deixada de lado, devemos assumir o nosso papel enquanto pesquisadores e assumir que fazemos parte do processo de construção da pesquisa.

Assim, é possível perceber que a pesquisa passou por um longo processo de construção, no qual as experiências, relações pessoais e subjetividades do pesquisador exerceram um papel importante, e esses aspectos merecem ser mencionados, pois são parte integrante e significativa desta investigação.

A seguir, detalha-se o processo de produção e obtenção de dados que fundamentaram esta pesquisa, com ênfase nas etapas de produção de informações qualitativas.

Este processo incluiu a realização de entrevistas com os moradoras das áreas estudadas, buscando captar suas percepções e experiências sobre os espaços habitacionais, bem como a execução de trabalhos de campo *in loco* nas cidades de Três Lagoas e Dourados.

Essas atividades permitiram uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas socioespaciais locais, proporcionando subsídios essenciais para a análise dos fenômenos investigados.

1.1 As entrevistas

> *"As entrevistas são uma forma poderosa de obter dados, pois permitem que os pesquisadores explorem as experiências, opiniões e sentimentos dos participantes de maneira mais profunda e contextualizada"*
>
> *(Kvale, 1996, p. 5).*

Utilizaremos a entrevista pois, segundo Kapp (2020), as entrevistas são ferramentas que tornam possível ter contato com mundos e perspectivas diferentes, que só elas conseguem nos proporcionar.

Nas entrevistas semiestruturadas, o pesquisador segue um roteiro previamente elaborado, no qual a maioria das perguntas já está prevista, permitindo, contudo, flexibilidade e maior abertura para que o entrevistado expresse suas perspectivas e experiências de maneira mais livre.

Segundo Minayo (2009), essa abordagem promove um ambiente de interação dialógica, facilitando a construção conjunta de significados entre pesquisador e entrevistado.

Conforme apontado por Triviños (1987), tal flexibilidade é essencial para captar a complexidade dos fenômenos sociais, uma vez que permite a emergência de informações e nuances que podem não ser contempladas em perguntas estritamente fechadas.

Ademais, Cologne e Melo (1998) ressaltam que essa dinâmica social possibilita a obtenção de dados mais ricos e profundos, auxiliando na elucidação de questões centrais à pesquisa, sobretudo quando o objetivo é explorar subjetividades e vivências dos sujeitos entrevistados.

Ao realizar entrevistas no contexto de uma pesquisa, seguimos um conjunto de etapas fundamentais para garantir a qualidade e a relevância da produção de informações.

Primeiramente, é necessário elaborar um roteiro de entrevistas alinhado à realidade investigada, de modo a contemplar questões essenciais para o estudo.

Após a construção do roteiro, procede-se ao contato com os participantes, no caso moradoras, e ao agendamento prévio das entrevistas, respeitando sua disponibilidade.

A terceira etapa envolve a execução das entrevistas, as quais, com a devida autorização dos entrevistados, podem ser gravadas. Essas entrevistas podem ser realizadas de forma remota, por meio de chamadas de vídeo utilizando ferramentas digitais de comunicação, ou presencialmente, com o auxílio de um gravador para registro do áudio.

Em seguida, ocorre a transcrição das entrevistas, utilizando os áudios gravados para a produção de um conteúdo textual completo. Esse processo pode ser feito manualmente ou com o auxílio de *softwares* específicos que facilitam a transcrição.

Após a transcrição, passa-se à separação por temas, etapa em que os conteúdos das entrevistas são analisados em busca de temas recorrentes, como, por exemplo, "ausência do poder público" ou "transporte ineficiente". Esses temas são agrupados para facilitar a análise posterior.

Por fim, realiza-se a decodificação das entrevistas, etapa crucial no processo de análise. Nessa fase, todo o material é lido atentamente e organizado em um quadro que destaca os temas comuns identificados.

A decodificação é uma das etapas mais importantes, pois permite uma visão mais aprofundada e sistemática dos dados, viabilizando uma análise robusta e fundamentada.

Para a realização das entrevistas, preparamos um roteiro semiestruturado, disponível nos anexos deste trabalho. No momento da entrevista, também foi entregue um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que o entrevistado assinasse, assegurando sua concordância em participar e autorizando a gravação. Esse termo também pode ser encontrado nos anexos.

Ao empregar o processo de decodificação mencionado anteriormente, baseamo-nos nas orientações práticas de Gibbs (2009), que são voltadas para a análise de informações e detalham o processo de decodificação de dados qualitativos.

No livro *Analyzing Qualitative Data*, Gibbs (2009) aprofunda-se nas metodologias qualitativas, destacando, entre os aspectos centrais, o processo de codificação (*coding*). Tal processo é essencial para a organização e interpretação de dados qualitativos, especialmente em análises de entrevistas e textos.

A codificação, conforme descrito por Gibbs, consiste na atribuição de rótulos ou códigos a partes dos dados que representem uma ideia ou tema recorrente nas falas dos entrevistados.

Essa estratégia visa transformar o material "bruto" em uma forma mais estruturada, possibilitando ao pesquisador a identificação de padrões e significados nos dados produzidos.

Antes de iniciar a codificação, Gibbs recomenda uma imersão nos dados produzidos pelo pesquisador, o que envolve a leitura repetida de entrevistas, notas de campo e/ou transcrições, de forma a garantir a familiarização com o conteúdo, mesmo que o pesquisador já tenha realizado tal tarefa durante a transcrição das entrevistas. Essa fase inicial é crucial para que o processo de análise ocorra de maneira fluida e precisa.

Na primeira etapa da análise, o autor sugere a aplicação da codificação aberta. Nesse momento, o pesquisador atribui códigos provisórios a pequenos trechos do texto que podem ser relevantes para a investigação, sendo esses códigos tanto específicos quanto amplos. Por exemplo, em um estudo sobre segregação socioespacial, um pesquisador pode empregar códigos como "barreiras físicas", "segregação de classe" ou "acesso limitado ao transporte" em trechos de entrevistas que abordem essas questões.

Após essa codificação inicial, Gibbs recomenda uma revisão e refinamento dos códigos, visando torná-los mais significativos e coerentes com os dados. A identificação de padrões emergentes possibilita o ajuste dos códigos, tornando-os mais específicos. Por exemplo, um código inicial como "acesso ao transporte" pode ser refinado para "acesso desigual ao transporte público" se os dados indicarem uma diferença nas experiências de mobilidade entre diferentes grupos sociais.

O próximo estágio consiste em agrupar os códigos em temas ou categorias mais amplas. Gibbs sugere que o pesquisador busque conexões entre os códigos, formando categorias temáticas que auxiliem na compreensão do fenômeno estudado. Por exemplo, códigos como "isolamento social", "ausência de infraestrutura" e "segregação socioespacial" podem ser organizados sob um tema mais amplo, como "exclusão territorial", especialmente quando o foco recai sobre populações marginalizadas geograficamente.

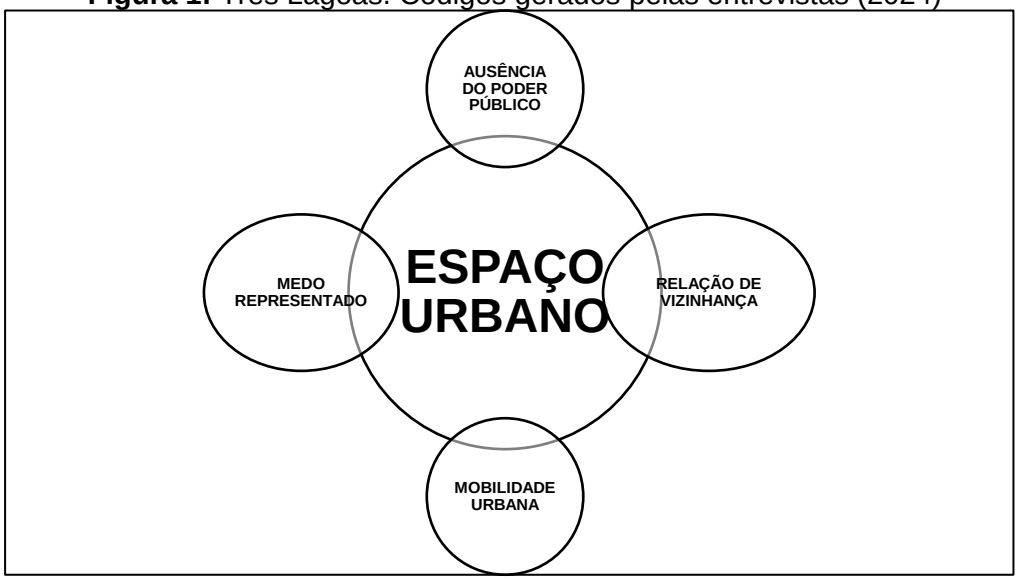
O estágio final do processo envolve a integração dos temas identificados e sua interpretação à luz de um referencial teórico previamente selecionado. O objetivo é desenvolver uma narrativa coerente que explique os padrões encontrados. Por exemplo, um pesquisador que utilize a codificação para estudar a segregação pode descobrir que os temas emergentes revelam uma reprodução estrutural das desigualdades sociais.

A seguir, apresentamos um diagrama de Venn Radial[1] que ilustra os códigos identificados nas entrevistas realizadas em Três Lagoas. Esse diagrama permite uma análise detalhada dos temas predominantes nos discursos de cada entrevistada, proporcionando uma visão aprofundada sobre a temática da segregação socioespacial.

O uso de tal ferramenta analítica é respaldado por autores como Bardin (2011), que destaca a importância da sistematização dos dados qualitativos para uma interpretação mais precisa das nuances temáticas, e Flick (2009), que reforça a utilidade dos diagramas para a visualização das relações entre categorias emergentes.

A análise das informações produzidas contribui para uma compreensão mais rica e fundamentada dos processos de segregação socioespacial observados no contexto de Três Lagoas.

Figura 1: Três Lagoas. Códigos gerados pelas entrevistas (2024)



Org: Bezerra (2024)

[1] O diagrama de Venn Radial é uma ferramenta visual utilizada para representar e analisar a sobreposição de categorias ou temas emergentes em uma pesquisa qualitativa. Ele permite a visualização das inter-relações entre diferentes códigos ou categorias, facilitando a identificação de padrões e intersecções nos dados produzidos.

Ao cruzar esses dados com a teoria crítica da segregação, o pesquisador pode argumentar que as políticas públicas de habitação contribuem para a manutenção da exclusão e da segregação socioespacial.

As análises derivadas dos códigos apresentados na figura acima serão integradas e discutidas no capítulo dedicado ao processo de segregação socioespacial vivido. (Capítulo 4).

Neste capítulo, serão examinadas todas as entrevistas, com o objetivo de proporcionar uma compreensão das dinâmicas de segregação socioespacial com base nos dados qualitativos produzidos.

Em síntese, Gibbs (2009) descreve a codificação como um processo iterativo e flexível, que permite ao pesquisador tanto organizar os dados quanto interpretar seus significados dentro de um contexto teórico mais amplo, auxiliando na construção de uma análise aprofundada e significativa sobre o fenômeno em questão.

No quadro abaixo (Quadro 1)[2] podemos observar o perfil das pessoas entrevistadas, moradoras da área estudada em Três Lagoas.

Quadro 1 – Três Lagoas. Perfil das entrevistadas (2024)

Nome	Idade	Sexo	Ocupação	Local de Moradia
Sônia	22 anos	Feminino	Representante de Atendimento	Novo Oeste
Aline	39 anos	Feminino	Agente Comunitária de Saúde	Novo Oeste
Ana	39 anos	Feminino	Autônoma	Novo Oeste
Amanda	21 anos	Feminino	Faxineira	Novo Oeste

Org: Bezerra (2024)

[2] As duas primeiras entrevistas foram realizadas no âmbito do projeto de pesquisa intitulado *Urbanização e segregação socioespacial: escalas, formas e conteúdos*, vinculado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL), sob a coordenação da Profa. Dra. Patrícia Helena Milani. Esse projeto também resultou na elaboração da monografia de graduação do autor.

A primeira entrevistada, Sônia, tem 22 anos, reside no Conjunto Habitacional Novo Oeste, é solteira, vive sozinha e trabalha como Representante de Atendimento em um *call center* local.

Durante a entrevista, Sônia mostrou-se receptiva, embora expressasse certa apreensão com o uso do gravador. Após o término da gravação, a entrevistada destacou a relevância de pesquisas que deem voz às pessoas que experienciam diferentes realidades urbanas, como a dela.

Segundo Sônia, é comum ouvir no dia a dia opiniões que considera distorcidas sobre o conjunto habitacional onde vive, ressaltando a necessidade de uma compreensão mais aprofundada dessas percepções.

A segunda entrevistada, Aline, tem 39 anos, é divorciada e mora no Conjunto Habitacional Novo Oeste. Ela trabalha como Agente Comunitária de Saúde na Prefeitura Municipal de Três Lagoas e vive sozinha.

Ao longo da entrevista, Aline demonstrou disposição para colaborar, não expressando qualquer desconforto em relação às questões formuladas. A entrevistada manteve um comportamento alegre, o que gerou um ambiente de descontração e fluidez no diálogo.

Ana, a terceira entrevistada, também tem 39 anos, é casada e mora com o marido e o filho de 14 anos no Conjunto Habitacional Novo Oeste. Ela trabalha de forma autônoma em sua residência.

O contato com Ana ocorreu de maneira bastante tranquila, facilitado pela relação familiar com o entrevistador, que é seu sobrinho. A entrevista foi agendada via WhatsApp e conduzida com sucesso por meio da plataforma Google Meet, sem intercorrências técnicas.

Por fim, a quarta entrevistada, Amanda, de 21 anos, trabalha como faxineira e vive em um apartamento cedido pela sogra, junto com seu marido e filho de 4 anos, também no Conjunto Habitacional Novo Oeste. A entrevista foi realizada de maneira virtual, por meio do Google Meet, sem qualquer dificuldade de conexão, o que permitiu o desenvolvimento satisfatório da conversa.

Esses depoimentos revelam não apenas as condições de vida e trabalho dessas mulheres, mas também suas percepções acerca do local onde vivem, além de enfatizar a importância de metodologias qualitativas que permitam explorar suas vivências cotidianas.

Cada uma, ao seu modo, contribuiu para a construção de uma narrativa mais detalhada sobre a experiência de morar no Conjunto Habitacional Novo Oeste, evidenciando nuances que dificilmente seriam captadas por outros métodos de investigação.

É relevante destacar que o pesquisador estabeleceu contato com outras duas mulheres residentes no mesmo conjunto habitacional das demais entrevistadas. No entanto, apesar das várias tentativas de agendamento, as entrevistas não foram concretizadas.

Essas participantes agendaram encontros com o pesquisador em quatro ocasiões distintas, mas cancelaram pouco antes da realização das entrevistas.

Diante dessa recorrência, optou-se por não insistir no contato, respeitando o princípio ético da pesquisa qualitativa, que preza pela voluntariedade e autonomia dos participantes (Minayo, 2009).

A abordagem qualitativa, segundo Flick (2009), envolve a consideração das subjetividades e experiências individuais dos sujeitos, e a recusa de participação pode ser interpretada como parte dessas subjetividades, reforçando a necessidade de respeito aos limites e às decisões das interlocutoras.

Nesse contexto, a negativa dessas mulheres reflete o caráter flexível e não impositivo da metodologia qualitativa, que busca compreender a realidade social por meio da escuta atenta e do consentimento dos participantes (Bloor; Wood, 2006).

Além disso, essa decisão de não forçar o contato alinha-se com a perspectiva de Minayo (2009), para quem a relação entre pesquisador e sujeito da pesquisa deve ser marcada pelo respeito e pela sensibilidade aos sinais que indicam desconforto ou resistência.

É importante ressaltar que, nas entrevistas realizadas em Três Lagoas, o perfil predominante dos participantes foi composto por mulheres. Tal fato não foi resultado de uma escolha deliberada por parte do pesquisador, uma vez que houve tentativas prévias de contato com homens, as quais não obtiveram retorno. Apenas as mulheres se dispuseram a participar das entrevistas, o que é um aspecto relevante a ser destacado.

Estudos sobre a metodologia qualitativa evidenciam que a maior participação de mulheres em pesquisas pode estar relacionada a diversos fatores, incluindo uma maior disposição para compartilhar experiências pessoais

e familiares, além de uma possível percepção de que suas vivências cotidianas são frequentemente desvalorizadas e, portanto, a pesquisa se torna um espaço de expressão e reconhecimento (Minayo, 2009; Creswell, 2014).

Segundo Minayo (2009), as mulheres costumam estar mais abertas a colaborar em estudos qualitativos que abordam temas relacionados ao espaço doméstico ou às interações comunitárias, pois tais esferas são geralmente associadas às suas trajetórias de vida e papéis sociais.

Além disso, Flick (2009) ressalta que a escolha dos participantes em uma pesquisa qualitativa nem sempre segue um critério pré-definido, mas sim emerge das interações e disponibilidades dos sujeitos, o que, no caso presente, resultou na predominância exclusiva de mulheres.

Essa questão torna-se ainda mais relevante ao considerar que o gênero pode influenciar a forma como os indivíduos se posicionam frente a processos de pesquisa, evidenciando dinâmicas sociais que permeiam a própria produção de dados (Bloor; Wood, 2006).

Os primeiros contatos para o agendamento das entrevistas no município de Dourados foram articulados por meio de uma ex-aluna do curso de Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), residente em um bairro nas proximidades da área investigada pela presente pesquisa. Embora, até o momento, a captação de participantes com o auxílio dessa colaboradora não tenha se concretizado devido a diversos fatores, a possibilidade de sua contribuição futura permanece em aberto, já que a ex-aluna demonstrou um comprometimento significativo em intermediar os contatos necessários ao pesquisador.

Paralelamente, um segundo canal de contato foi estabelecido por intermédio de um colega do mesmo laboratório de pesquisa, que, tendo atuado anteriormente na Defesa Civil de Dourados, ainda mantém uma rede de relacionamentos ativos com funcionários da instituição. Esse colega desempenhou um papel crucial ao facilitar o acesso do pesquisador à Defesa Civil, possibilitando, assim, a obtenção de novos contatos e a realização das primeiras entrevistas.

Entre os indivíduos contatados, destaca-se um acadêmico do curso de Geografia da UFGD, já previamente conhecido pelo pesquisador, que tem atuado nas negociações para a viabilização das entrevistas.

Após o exame de qualificação desta pesquisa, optou-se por entrevistar exclusivamente mulheres, uma vez que, em Dourados, foi observado que o padrão predominante dos participantes também era feminino.

Essa escolha possibilita uma abordagem sobre a interseção entre o processo de segregação socioespacial e as questões de gênero.

Estudos como os de Massey (1994) e Butler (1990) ressaltam a importância de considerar o gênero como uma categoria analítica fundamental para compreender as dinâmicas sociais e espaciais.

Além disso, autoras como Sposito (2001) e Silva (2009) destacam como as mulheres frequentemente vivenciam formas específicas de exclusão e segregação, reforçando a relevância de focar no perfil feminino como parte dos objetivos desta pesquisa.

No quadro abaixo (Quadro 2), podemos observar o perfil das entrevistadas nesta pesquisa, moradoras da área estudada em Dourados.

Quadro 2 - Dourados. Perfil das entrevistadas (2024)

Nome	Idade	Sexo	Ocupação	Local de Moradia
Adriana	36 anos	Feminino	Professora	Idelfonso Pedroso
Ágata	28 anos	Feminino	Diarista	Idelfonso Pedroso
Alice	39 anos	Feminino	Auxiliar de Serviços Gerais	Idelfonso Pedroso
Aurora	34 anos	Feminino	Autônoma	Idelfonso Pedroso

Org: Bezerra (2024)

A primeira entrevistada na pesquisa realizada em Dourados é Adriana, uma mulher de 36 anos, residente no Conjunto Habitacional Idelfonso Pedroso. Divorciada, Adriana vive com seus dois filhos e exerce a profissão de professora em uma escola estadual, localizada em um distrito do município de Dourados.

O contato com a entrevistada foi viabilizado por intermédio de uma amiga do pesquisador, que já mantinha vínculo prévio com Adriana e se prontificou a colaborar na intermediação.

A entrevista foi realizada após algumas tentativas de agendamento, devido a incompatibilidades de horários. Porém, ocorreu de maneira tranquila e satisfatória, contribuindo significativamente para os objetivos da investigação.

A segunda entrevistada é Ágata, uma mulher de 28 anos, residente no Conjunto Habitacional Idelfonso Pedroso. Solteira, ela vive com seus dois filhos, de 7 e 13 anos.

O contato com Ágata foi estabelecido por meio da indicação da primeira entrevistada, que facilitou a aproximação e contribuiu para a realização da entrevista. Ágata demonstrou prontidão em colaborar, o que possibilitou a coleta de informações relevantes para o estudo.

A terceira entrevistada é Alice, uma mulher de 39 anos, residente no Conjunto Habitacional Idelfonso Pedroso. Casada, ela tem uma filha de 5 anos e trabalha como auxiliar de serviços gerais em um condomínio de alto padrão localizado em Dourados.

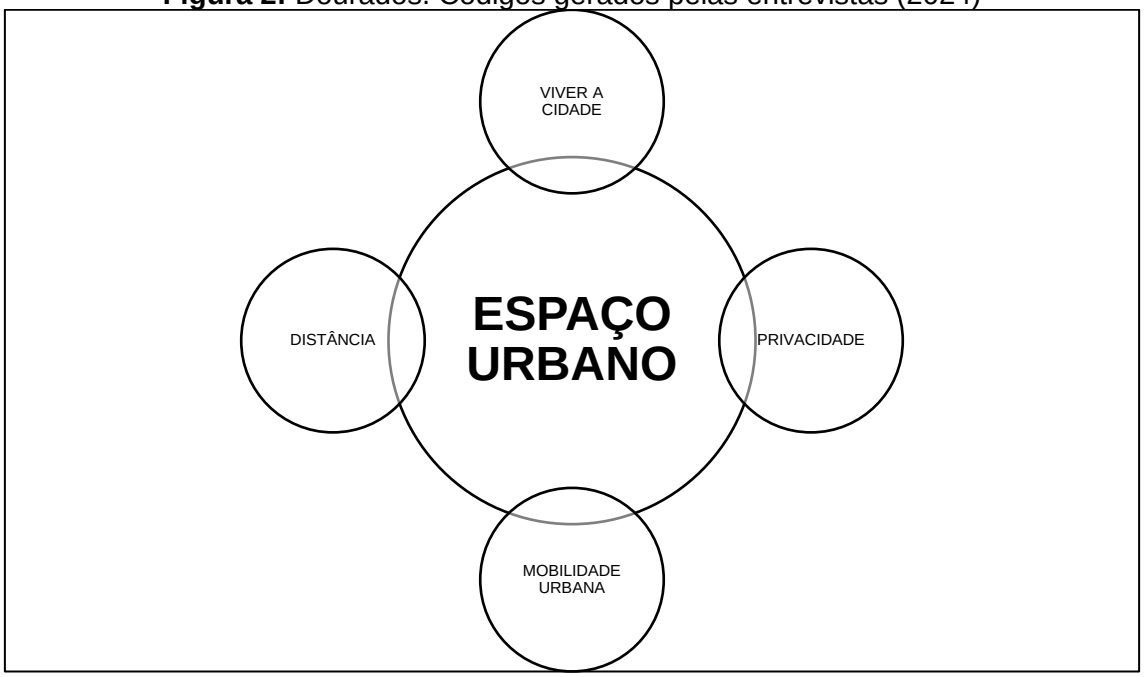
O contato com Alice foi viabilizado por meio da indicação da primeira entrevistada. A entrevista transcorreu de maneira satisfatória, sem intercorrências, contribuindo de forma significativa para os objetivos da pesquisa.

A quarta entrevistada é Aurora, uma mulher de 34 anos, residente no Conjunto Habitacional Idelfonso Pedroso. Casada, ela tem um bebê de 10 meses e, atualmente, exerce atividades autônomas, confeccionando bolos no pote e crochê para venda.

O contato com Aurora foi estabelecido por meio de um acadêmico de Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), amigo do pesquisador e membro da Defesa Civil de Dourados, que facilitou a aproximação e a realização da entrevista.

A análise das informações produzidas contribuiu para uma compreensão do processo de segregação socioespacial observado no contexto de Dourados, que culminou em um Diagrama de *Venn Radial* (Figura 2).

Figura 2: Dourados. Códigos gerados pelas entrevistas (2024)



Org: Bezerra (2024)

A partir dos códigos gerados nas entrevistas realizadas em Dourados, foi possível proceder a uma análise comparativa entre os dados provenientes das duas cidades.

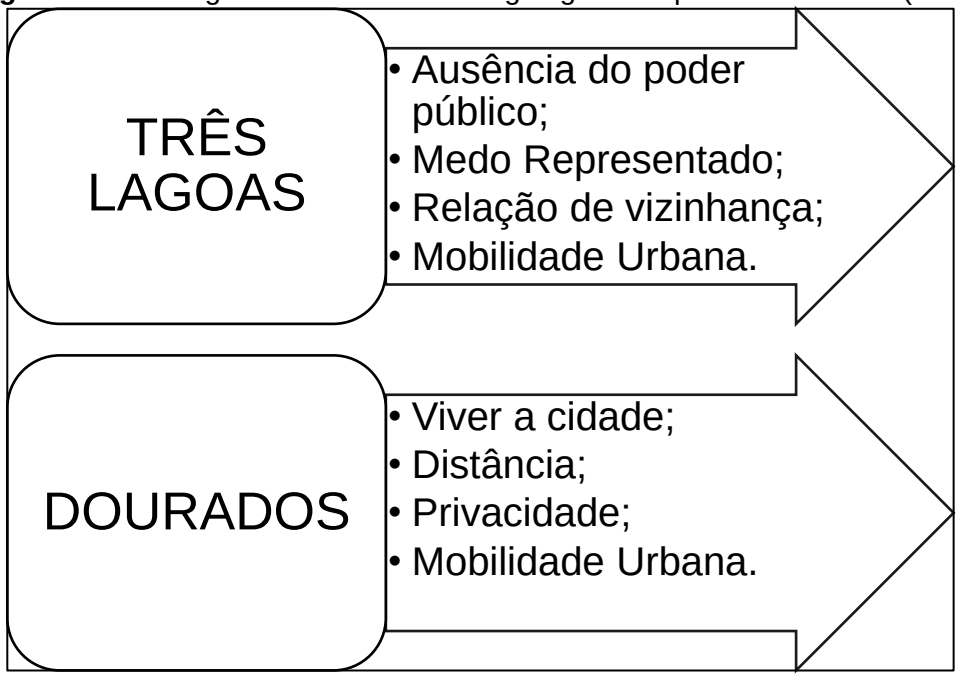
De acordo com Gibbs (2009), a análise de dados qualitativos envolve não apenas a codificação, mas também a identificação de padrões e temas emergentes que permitem uma compreensão mais profunda dos fenômenos sociais em estudo.

Nesse sentido, ao confrontar os códigos oriundos de Dourados com os de Três Lagoas, buscamos observar semelhanças e diferenças nas práticas, nas percepções das moradoras e nas dinâmicas espaciais.

A análise comparativa, conforme destaca Gibbs (2009), é fundamental para enriquecer a interpretação dos dados e possibilitar a construção de conclusões teóricas, ao integrar as experiências vividas nos diferentes contextos urbanos.

A seguir, apresenta-se a Figura 3, na qual estão dispostos os códigos gerados a partir das entrevistas realizadas em ambas as cidades.

Figura 3: Três Lagoas e Dourados. Códigos gerados pelas entrevistas (2024)



Org: Bezerra (2024)

A partir dos códigos gerados pelas entrevistas em Três Lagoas e Dourados, é possível identificar tanto pontos de convergência quanto de divergência nas dinâmicas e percepções das moradoras sobre a produção habitacional e o processo de segregação socioespacial, especialmente em contextos originados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Em ambas as cidades, temas como mobilidade urbana e a relação de vizinhança emergem como pontos de destaque, evidenciando a complexidade das experiências vividas nas novas áreas habitacionais.

Em Três Lagoas, a ausência de poder público e o medo representado por aspectos como a violência e o estigma social associado às áreas periféricas do programa, se destacam como questões centrais.

Essas condições podem ser interpretadas à luz dos estudos de Corrêa (2014) e Marcuse (2012), que discutem a segregação socioespacial em áreas populares e a estigmatização de espaços habitacionais como resultado de políticas públicas excludentes.

Segundo esses autores, a ausência de um planejamento urbano mais inclusivo e a falta de investimentos em infraestrutura e serviços públicos nas periferias frequentemente intensificam o isolamento social e a marginalização

das populações residentes, contribuindo para a reprodução da segregação socioespacial.

Por outro lado, em Dourados, os códigos relacionados ao viver a cidade, à distância das áreas centrais e à privacidade nas novas habitações refletem um outro conjunto de desafios.

A distância aqui remete à segregação espacial imposta pela localização dos conjuntos habitacionais em áreas periféricas, conforme discutido por Villaça (2001), que analisa como a separação geográfica das classes sociais contribui para a exclusão de populações de baixos rendimentos do acesso a serviços e equipamentos urbanos essenciais.

A privacidade mencionada pelas moradoras, por sua vez, pode ser interpretada à luz das discussões de Sposito (2007), que aborda a sensação de anonimato e isolamento nas grandes áreas habitacionais, resultante da configuração espacial e das relações interpessoais que, muitas vezes, são desafiadas por fatores como a densidade populacional e a convivência em áreas coletivas.

Apesar das diferenças entre as duas cidades, ambos os conjuntos habitacionais refletem processos de segregação socioespacial intensificados pela implementação do PMCMV, um tema abordado por Jirón (2010).

A autora destaca como a localização dos novos conjuntos habitacionais, geralmente afastados dos centros urbanos e dos serviços públicos, contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais e espaciais, aprofundando a divisão entre áreas periféricas e centrais.

Essa segregação é ainda mais agravada pela mobilidade urbana que, em ambas as cidades, se configura como um fator limitante para o acesso à cidade em seu conjunto.

Portanto, ao comparar as experiências de Três Lagoas e Dourados, observamos que, apesar das particularidades de cada cidade, a segregação socioespacial e a mobilidade urbana emergem como questões estruturais comuns.

As dinâmicas de privacidade, distância e ausência de poder público nas novas áreas habitacionais são elementos cruciais para entender como o PMCMV tem impactado as condições de vida das populações urbanas em diferentes

contextos, reforçando a necessidade de um olhar crítico sobre a implementação dessas políticas habitacionais e seus efeitos a longo prazo.

1.2 O trabalho de campo

> *"O trabalho de campo é fundamental na pesquisa geográfica, pois proporciona a imersão do pesquisador na realidade local, permitindo uma compreensão mais rica e contextualizada dos fenômenos sociais e espaciais"*
>
> *(Lima, 2007, p. 72).*

O trabalho de campo desempenha um papel central nas pesquisas qualitativas em Geografia, pois permite que o pesquisador se aproxime das realidades espaciais e sociais que estão sendo estudadas.

Segundo Carlos (2007), o espaço é vivido, dinâmico e relacional, e somente através da experiência *in loco* é possível capturar a complexidade das interações sociais e das práticas espaciais cotidianas.

O campo oferece ao geógrafo a oportunidade de observar as dinâmicas socioespaciais em sua materialidade, permitindo a produção de dados primários essenciais, como percepções, narrativas e experiências dos sujeitos envolvidos.

A abordagem qualitativa valoriza a subjetividade e as múltiplas perspectivas dos atores sociais, o que só pode ser acessado por meio de metodologias que envolvam a inserção do pesquisador no contexto estudado.

Villaça (2001) destaca que o trabalho de campo é indispensável para entender os processos de segregação socioespacial, já que é no espaço urbano concreto que as desigualdades se expressam de maneira mais evidente. Para além de uma produção de dados "objetiva", o trabalho de campo qualitativo promove uma leitura crítica e interpretativa do espaço urbano, sendo um processo contínuo de construção de conhecimento.

Jirón (2010), em sua análise sobre acessibilidade urbana e segregação socioespacial, também reforça a importância do trabalho de campo, apontando que é nas interações diretas com os sujeitos que se pode captar as dificuldades de mobilidade e a exclusão social que eles enfrentam.

O contato direto com o objeto de estudo não só enriquece a análise, como também permite a reflexão crítica sobre as próprias práticas de pesquisa,

levando a uma compreensão mais profunda das dinâmicas espaciais e suas implicações sociais.

O trabalho de campo, no âmbito da pesquisa qualitativa, não apenas viabiliza a produção de informações e dados empíricos, mas também possibilita que o pesquisador interaja com a realidade social, o que é fundamental para a compreensão das dinâmicas socioespaciais.

Como aponta Corrêa (1995), o espaço urbano é uma construção social e, nesse sentido, suas complexidades só podem ser plenamente compreendidas quando se investigam, de forma direta, os locais onde essas interações ocorrem.

O geógrafo, ao realizar o trabalho de campo, observa como as práticas sociais se materializam em territórios específicos, capturando as contradições e particularidades locais que dificilmente seriam percebidas por meio de outros métodos.

O contato direto com os sujeitos investigados também é um aspecto essencial do trabalho de campo.

Segundo Lefebvre (2000), é no espaço vivido que as relações de poder, de exclusão e de dominação se tornam visíveis.

Dessa forma, o pesquisador, ao interagir com o ambiente urbano e com os atores sociais envolvidos, consegue captar as nuances de processos como a segregação socioespacial e a apropriação do espaço, que são frequentemente moldados por forças econômicas, políticas e culturais.

O campo, então, deixa de ser apenas uma etapa metodológica e se torna um processo de compreensão crítica do espaço e das realidades sociais nele inseridas.

No caso da pesquisa sobre segregação socioespacial em Três Lagoas e Dourados, o trabalho de campo foi fundamental para compreender como as políticas habitacionais e a expansão urbana afetaram as dinâmicas locais.

Ao visitar os bairros e áreas periféricas da cidade, foi possível observar a forma como a população se apropria do espaço urbano e como as desigualdades se manifestam geograficamente.

Villaça (2001) já havia destacado que a segregação não é apenas uma questão de localização espacial, mas também de acesso a serviços e oportunidades, algo que foi confirmado no campo.

As entrevistas e observações realizadas revelaram como o Programa Minha Casa Minha Vida alterou o padrão de ocupação urbana, ao deslocar populações de baixa renda para áreas mais afastadas, intensificando a segregação.

Assim, o trabalho de campo realizado em Três Lagoas e Dourados possibilitou não só a produção de dados empíricos, mas também a construção de uma análise crítica sobre a segregação.

A interação com o espaço e com os sujeitos permitiu que a pesquisa ultrapassasse o nível descritivo e atingisse uma compreensão mais profunda dos processos sociais e espaciais que estruturam a cidade, como veremos a seguir nas descrições dos trabalhos de campo realizados.

O trabalho de campo conduzido em Três Lagoas ocorreu em duas fases: nos dias 28 de dezembro de 2023 e 3 de janeiro de 2024. Embora o pesquisador já possuísse certo nível de familiaridade com o local, a prática de campo revelou-se fundamental para a análise qualitativa em Geografia, uma vez que permitiu uma observação detalhada e atualizada das dinâmicas socioespaciais.

Conforme apontado por Corrêa (1986), o trabalho de campo é indispensável para captar as transformações espaciais que ocorrem de maneira cotidiana, muitas vezes imperceptíveis em análises puramente teóricas.

Nesse sentido, a visita ao campo surpreendeu o pesquisador ao revelar alterações significativas no espaço urbano, como a construção de novos empreendimentos e a abertura de comércios, elementos que não eram previstos na análise inicial.

A experiência demonstra que o espaço urbano é uma realidade dinâmica e em constante transformação, como destaca Santos (2008), cuja teoria do espaço geográfico enfatiza a inter-relação entre o espaço físico e as práticas sociais que o configuram.

Além disso, é importante reconhecer a dimensão subjetiva da experiência do pesquisador no campo. Durante a realização da pesquisa, foi possível perceber um certo desconforto, expresso na sensação de ser observado com estranheza pelas moradoras locais.

Esse olhar de desconfiança pode ser interpretado, de acordo com Souza (2009), como uma barreira social que afeta tanto a produção de informações

quanto a postura do pesquisador, reforçando a necessidade de uma postura crítica e reflexiva diante da metodologia de campo.

Durante o trabalho de campo, inicialmente realizamos um percurso pelo entorno dos conjuntos habitacionais com o objetivo de compreender as dinâmicas socioespaciais e imobiliárias que estavam ocorrendo na área.

Essa abordagem metodológica buscou captar as transformações espaciais, econômicas e sociais no território, conforme destacado por autores como Villaça (2001) e Corrêa (1989), que enfatizam a importância de se observar as relações entre o espaço urbano e as práticas sociais.

Posteriormente, iniciamos o registro fotográfico, evidenciando, além dos próprios conjuntos habitacionais, os equipamentos urbanos presentes no entorno, como Centros de Educação Infantil (CEI), Unidades Básicas de Saúde (UBS), comércios locais, e as novas dinâmicas imobiliárias em desenvolvimento.

Essa observação está alinhada com as discussões de Sposito (2011), que ressalta o papel dos equipamentos urbanos na estruturação do espaço e na dinâmica de segregação.

A seleção das fotografias apresentadas no texto seguiu critérios específicos, considerando as vias de acesso aos conjuntos, as praças públicas existentes, bem como as novas dinâmicas e elementos que se destacavam no espaço.

De acordo com Carlos (1994), o uso de imagens é uma ferramenta importante na análise geográfica, permitindo uma interpretação visual das transformações espaciais.

Assim, optou-se por incluir imagens que, além de estarem tecnicamente adequadas em termos de nitidez e qualidade, contribuíssem para a compreensão das dinâmicas socioespaciais em questão, compondo o corpus analítico do texto.

Antes de expor as imagens registradas durante o trabalho de campo, apresentamos, a seguir, um mapa (Mapa 1) que mostra o trajeto realizado no trabalho de campo na cidade de Três Lagoas - MS.

Mapa 1: Três Lagoas. Percurso de campo (2024)

Fonte: Google Maps; **Org**: Bezerra (2024)

Na figura abaixo (Figura 4), temos uma das vias principais de acesso ao Conjunto Habitacional Novo Oeste passa pelo Cemitério Municipal de Três Lagoas.

Figura 4: Três Lagoas. Cemitério Municipal (2024)

Foto: Bezerra (2024)

Logo após o Cemitério, chegando aos Conjuntos Habitacionais temos uma praça pública, que foi inaugurada após a inauguração dos empreendimentos habitacionais (Figura 5).

Figura 5: Três Lagoas. Praça do Novo Oeste (2024)

Foto: Bezerra (2024)

Na Figura 6, observa-se um dos blocos do Conjunto Habitacional Novo Oeste, onde se verificam modificações realizadas pelas moradoras, que construíram áreas cobertas nas entradas das escadas dos apartamentos superiores, muitas vezes utilizadas como garagens.

Tais intervenções espontâneas indicam uma tentativa de adequação do espaço à realidade das famílias, demonstrando a inadequação das tipologias habitacionais padronizadas para algumas delas.

De acordo com Lefebvre (2001), essa apropriação do espaço pelos habitantes é uma forma de contestação às limitações impostas pelo planejamento estatal, revelando a dialética entre espaço produzido e vivido.

Além disso, Maricato (2000) destaca que a autoconstrução em áreas habitacionais de interesse social é um reflexo das falhas do planejamento urbano, que não consegue atender plenamente as necessidades e práticas cotidianas das moradoras.

Figura 6: Três Lagoas. Apartamentos do Conjunto Habitacional Novo Oeste (2024)

Foto: Bezerra (2024)

Os beneficiários das unidades habitacionais dispõem, em cada bloco, de uma área de lazer destinada ao uso das moradoras, mediante agendamento prévio.

No entanto, conforme constatado durante o trabalho de campo, muitas dessas instalações encontram-se em desuso há algum tempo, em função de suas precárias condições de preservação (Figura 7).

Essa realidade reflete a problemática da gestão inadequada e da falta de manutenção de espaços coletivos em empreendimentos habitacionais de

interesse social, o que compromete (de certo modo) a qualidade de vida das moradoras.

Segundo Corrêa (1999), a degradação de áreas de uso comum é uma consequência frequente da ausência de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade e manutenção de infraestruturas urbanas, especialmente em conjuntos habitacionais voltados para a população de baixa renda.

A carência de uma gestão eficiente desses espaços reforça processos de segregação, conforme discutido por Villaça (2001), ao limitar o acesso das moradoras a equipamentos de lazer e integração social, fundamentais para o exercício pleno da cidadania.

Ao mesmo tempo em que se observa o esvaziamento das áreas coletivas acontece uma (re)configuração de seus usos, isso não significa que as moradoras não estejam praticando atividades de lazer; elas simplesmente ocorrem de formas e em locais distintos.

Lefebvre (2008) discute como o espaço é constantemente apropriados e ressignificado, destacando que práticas cotidianas, mesmo fora dos locais oficialmente destinados ao lazer, também configuram vivências importantes.

Além disso, autores como Gehl (2013) e Jacobs (2000) enfatizam que a dinâmica dos espaços coletivos urbanos está em constante transformação, sendo impactada pelas necessidades e práticas das moradoras.

Assim, o lazer se manifesta de maneira mais diversificada, revelando novos significados e usos que reconfiguram as interações sociais nesses contextos.

Figura 7: Três Lagoas. Áreas de lazer no Conjunto Habitacional Novo Oeste (2024)

Foto: Bezerra (2024)

Esse desuso não se limita apenas às áreas de lazer do Conjunto Habitacional, mas também abrange outras infraestruturas, como as lixeiras. Em diversos blocos, observou-se que essas lixeiras foram demolidas, resultando em acúmulo de resíduos a céu aberto, incluindo galhos de árvores e outros materiais que não são recolhidos pela coleta seletiva municipal (Figura 8).

A ausência de manutenção e a destruição de infraestruturas básicas evidenciam a precariedade dos serviços urbanos em áreas de habitação popular.

Segundo Sposito (2011), essas deficiências estruturais são comuns em empreendimentos habitacionais destinados às camadas de baixa renda, reforçando a marginalização espacial e a exclusão social.

Para Carlos (2015), a falta de gestão adequada desses espaços públicos e a ineficiência do poder público em garantir a coleta e o manejo de resíduos são expressões de uma urbanização desigual, na qual as moradoras desses conjuntos habitacionais enfrentam condições insalubres que comprometem o direito à cidade.

Figura 8: Três Lagoas. Lixeiras do Conjunto Habitacional Novo Oeste (2024)

Foto: Bezerra (2024)

Do ponto de vista de acesso a bens e serviços imediatos, ambos os Conjuntos Habitacionais citados possui uma rede de apoio próxima a sua localização, como supermercados, bares, e conveniências, além de possuir unidade de saúde, Centro de Educação Infantil – CEI (Figura 9) e acesso a bens públicos como uma praça que se localiza próxima aos empreendimentos habitacionais e fácil acesso a Lagoa Maior de Três Lagoas.

Figura 9: Três Lagoas**.** Centros de Educação Infantil próximos aos Conjuntos Habitacionais Novo Oeste e Orestinho (2024)

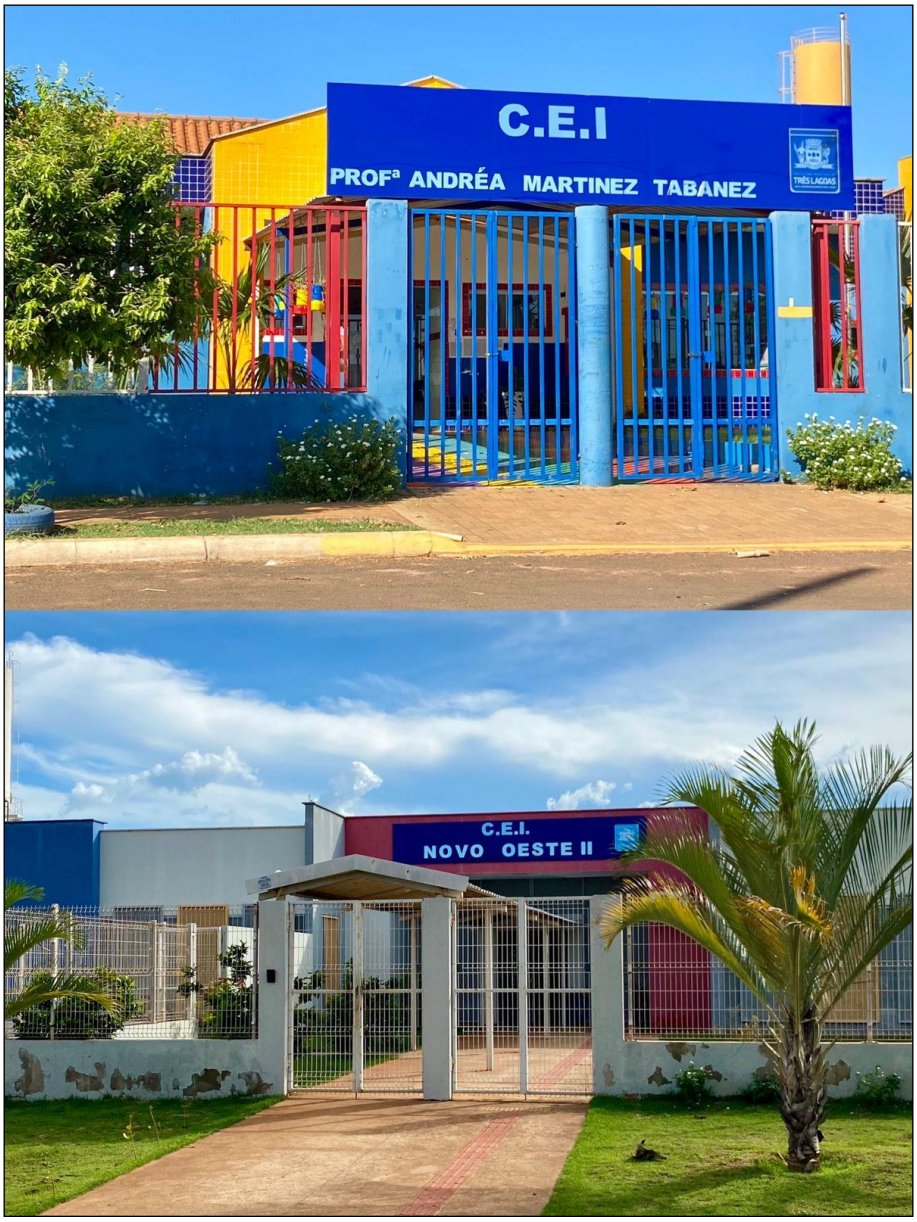


Foto: Bezerra (2024)

Para além das instalações dos Centros de Educação Infantil, o bairro também possui uma Escola Municipal (EM) e uma Unidade de Saúde da Família (USF), que atendem as moradoras dos Conjuntos Habitacionais Novo Oeste e Orestinho (Figura 10).

Figura 10: Três Lagoas. Escola Municipal e Unidade de Saúde Familiar próximas aos Conjuntos Habitacionais Novo Oeste e Orestinho (2024)

Foto: Bezerra (2024)

Todos esses apontamentos que realizamos até agora em certo momento serão confrontados, como a realidade de Dourados comparada à de Três Lagoas, do ponto de vista da localização e acesso aos Conjuntos Habitacionais, pois podemos observar preliminarmente uma discrepância no ponto de vista da implementação em ambas as cidades abordadas.

Durante o trabalho de campo na área de estudo, identificou-se uma quantidade significativa de vazios urbanos, o que indica práticas de especulação imobiliária grandes terrenos localizados na extremidade do Conjunto Habitacional Novo Oeste, antes da aproximação com o Conjunto Habitacional Orestinho (Figura 11).

Parte desses terrenos foi loteada, e atualmente predominam casas térreas, além de comércios e serviços diversos entre os dois conjuntos habitacionais.

Esse cenário reflete o impacto da lógica especulativa sobre a produção do espaço urbano, conforme discutido por Harvey (2005), que destaca o papel do capital imobiliário na transformação de áreas periféricas em novas frentes de expansão urbana.

Essas manifestações contribuem para a fragmentação do tecido urbano, um processo amplamente estudado por Lefebvre (1999), que aponta como a mercantilização da terra acentua as desigualdades sociais, segregando diferentes grupos populacionais e consolidando barreiras socioespaciais.

A ocupação diferenciada do território, com a predominância de atividades comerciais e residenciais, demonstra também o caráter seletivo da urbanização contemporânea, centrada no valor de troca em detrimento do valor de uso do espaço (Marcuse, 1997).

Figura 11: Três Lagoas. Vazio Urbano próximo ao Conjunto Habitacional Novo Oeste (2024)

Foto: Bezerra (2024)

Entre o Conjunto Habitacional Novo Oeste e o Conjunto Habitacional Orestinho, observa-se uma significativa concentração de casas construídas em um mesmo lote, conforme ilustrado na Figura 12.

Essas edificações seguem um padrão de casas conjugadas, erigidas em um loteamento que não havia sido inaugurado na entrega de ambos os conjuntos.

É importante ressaltar que essas casas não possuem ligação direta com os conjuntos habitacionais, sendo, na verdade, parte de empreendimentos de incorporadoras e imobiliárias que se dedicam à sua comercialização.

Essa prática evidencia a dinâmica da especulação imobiliária nas áreas periféricas, onde empresas buscam maximizar o valor de mercado de terrenos e promover a construção de habitações que atendam à demanda habitacional local (Gentile, 2017).

Segundo Harvey (2005), essa estratégia reflete a mercantilização do espaço urbano, resultando em uma configuração territorial que, embora aparentemente integrada, promove a segregação e a exclusão social, uma vez que essas novas construções podem carecer de infraestrutura e serviços adequados, contrastando com as condições oferecidas pelos conjuntos habitacionais públicos.

A relação entre essas casas e os conjuntos habitacionais vizinhos, portanto, é marcada por uma lógica de mercado que prioriza o lucro.

Figura 12: Três Lagoas. Produção Habitacional ao entorno do Conjunto Orestinho (2024)

Foto: Bezerra (2024)

Essas nuances se revelam em um processo maior – a segregação socioespacial em cidades do interior de Mato Grosso do Sul, no nosso caso, a cidade de Dourados e Três Lagoas.

O trabalho de campo em Dourados foi realizado na manhã do dia 28 de setembro de 2024, com o auxílio de uma colega de trabalho do pesquisador, que

se dispôs a acompanhar a visita ao conjunto habitacional, possibilitando a realização de registros fotográficos e a observação das dinâmicas locais.

A distância entre a residência do pesquisador e o conjunto habitacional permitiu a análise das dinâmicas urbanas ao longo do percurso, evidenciando a localização periférica do conjunto em relação ao centro comercial da cidade, situado além da Rodovia BR-163.

No início do trabalho de campo, foi realizado um percurso no entorno do conjunto habitacional e seus blocos, com o objetivo de reconhecer a área de estudo. Observou-se que, antes da área dos conjuntos habitacionais, existem diversas áreas com vazios urbanos, o que indica práticas de especulação imobiliária, além de loteamentos em construção e áreas destinadas à venda de terrenos e lotes.

O bairro onde se localiza o conjunto habitacional conta com pavimentação asfáltica, iluminação pública e saneamento básico. Os registros fotográficos foram iniciados na entrada do bairro, anterior ao Conjunto Habitacional Idelfonso Pedroso, onde se observou a presença de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) – Dr. Luiz Carlos Siebert – e um Centro de Educação Infantil Municipal (CEIM) – Professora Argemira Rodrigues Barbosa. A escola estadual mais próxima, que oferece o ensino fundamental II e ensino médio, é a Escola Estadual Vereador Moacir Djalma Barros, situada no Residencial Harrison de Figueiredo, a aproximadamente 1 km do conjunto habitacional Idelfonso Pedroso.

Chamou a atenção o fato de que, logo após o término do conjunto habitacional, a rua adjacente, já pertencente ao bairro Dioclécio Artuzi, não é pavimentada.

Cabe destacar que, durante o trabalho de campo, o pesquisador não experimentou a mesma sensação de insegurança vivida em um trabalho de campo anterior, realizado em Três Lagoas. Tal percepção pode estar relacionada ao horário da visita, que ocorreu nas primeiras horas da manhã de um sábado, quando o movimento no bairro e no interior do conjunto era reduzido.

Ao final do trabalho de campo, o pesquisador se deslocou pela Rua Coronel Ponciano, que se encontra em processo de revitalização. Foi possível constatar a dificuldade de acesso a essa via, especialmente para aqueles que não possuem veículo próprio ou dependem de bicicleta para realizar seus deslocamentos.

Antes de expor as imagens obtidas durante o trabalho de campo realizado em Dourados, MS, é fundamental apresentar um mapa que ilustre o percurso realizado (Mapa 2), evidenciando detalhadamente o trajeto ao conjunto habitacional Idelfonso Pedroso e sua área circundante.

Tal recurso cartográfico é essencial para proporcionar uma compreensão espacial mais precisa das dinâmicas territoriais observadas no estudo, contextualizando adequadamente as análises subsequentes.

Mapa 2: Dourados. Percurso de campo (2024)

Fonte: Google Maps; **Org**: Bezerra (2024)

Uma das vias principais de acesso ao Conjunto Habitacional Idelfonso Pedroso é a Avenida Jaconias Ulisses Marques (Figura 13).

Figura 13: Dourados. Via de acesso ao conjunto habitacional (2024)

Foto: Bezerra (2024)

A seguir, são apresentadas imagens do Centro de Educação Infantil Municipal (CEIM) e uma Unidade Básica de Saúde (UBS) localizados nas proximidades do conjunto habitacional Idelfonso Pedroso (Figura 14).

Figura 14: Dourados-MS. Conjunto Habitacional Idelfonso Pedroso. CEIM e UBS (2024)

Foto: Bezerra (2024)

A Figura 15 ilustra a fachada frontal do Conjunto Habitacional Idelfonso Pedroso, evidenciando características construtivas que afetam negativamente o conforto térmico das moradoras.

A disposição dos edifícios, ao permitir a incidência constante de luz e calor solar ao longo do dia, resulta em ambientes internos que sofrem com a elevada temperatura.

Esse fenômeno é frequentemente abordado em estudos sobre habitação popular, nos quais a falta de planejamento adequado para o conforto ambiental é uma problemática recorrente (Sposito, 2011; Carlos, 2015).

A má orientação solar dos edifícios, como observado no presente caso, implica diretamente na qualidade de vida dos residentes, uma vez que o planejamento urbano deve considerar, além de questões estéticas e econômicas, o bem-estar climático dos habitantes (Corrêa, 1999).

Figura 15: Dourados. Vista Frontal CH Idelfonso Pedroso (2024)

Foto: Bezerra (2024)

A Figura 16 apresenta a imagem lateral do Conjunto Habitacional Idelfonso Pedroso, destacando-se a ausência de arborização nas áreas comuns do empreendimento. A escassez de vegetação, excetuando algumas palmeiras, revela-se como um fator potencial de agravamento das condições térmicas no local.

A literatura sobre planejamento urbano e conforto ambiental aponta que a presença de vegetação contribui significativamente para a amenização do calor, influenciando tanto as áreas externas quanto os interiores das edificações (Sposito, 2010; Villaça, 2001).

A falta de arborização pode, portanto, impactar diretamente a qualidade de vida das moradoras, uma vez que a vegetação urbana desempenha um papel crucial na regulação climática e no bem-estar das populações (Corrêa, 1995).

Figura 16: Dourados. Vista lateral do CH (2024)

Foto: Bezerra (2024)

Abaixo (Figura 17), observa-se a entrada de duas quadras do Conjunto Habitacional Idelfonso Pedroso, que está organizado em quadras com o intuito de facilitar a localização interna.

Nas guaritas de entrada, é possível visualizar caixas de correspondência destinadas a todos os apartamentos, bem como uma área que aparenta ser reservada para a instalação de um porteiro. No entanto, durante o trabalho de campo, não foi possível confirmar a presença de tal funcionário.

Figura 17: Dourados. Entrada do CH Idelfonso Pedroso - Quadra 02 e Quadra 05 (2024)

Foto: Bezerra (2024)

A Figura 18 apresenta a última quadra do Conjunto Habitacional, onde se observa a divisa com o bairro vizinho Harrison de Figueiredo.

Nota-se que a pavimentação asfáltica se estende até a rua pertencente ao conjunto habitacional, mas, ao cruzar essa divisa, a via no bairro adjacente deixa de ser asfaltada.

Essa situação evidencia uma diferenciação no acesso à infraestrutura urbana entre os bairros, que reflete dinâmicas de segregação socioespacial. Segundo Villaça (2001), a distribuição desigual de serviços urbanos, como a

pavimentação, é uma das expressões da diferenciação da produção da desigualdade nas cidades, marcando as fronteiras entre áreas com diferentes níveis de investimento público.

Para Corrêa (1999), essa desigualdade territorial é resultado de processos históricos de exclusão, reforçando a marginalização de determinadas áreas urbanas.

Figura 18: Dourados. Rua sem pavimentação asfáltica ao lado do conjunto habitacional (2024)

Foto: Bezerra (2024)

A Figura 19 apresenta um *stand* de vendas de terrenos de um loteamento localizado nas proximidades do conjunto habitacional. Nota-se que esse empreendimento imobiliário se beneficiou da construção do conjunto habitacional, utilizando-se dessa proximidade para “valorizar” seus terrenos e comercializá-los a preços mais elevados após a consolidação do conjunto.

Essas manifestações reflete o impacto da urbanização sobre o valor fundiário, conforme apontado por Limonad (2000), ao destacar que a criação de empreendimentos habitacionais, especialmente em áreas periféricas, muitas vezes desencadeia processos de valorização especulativa em áreas vizinhas.

Figura 19: Dourados. Vista do Stand de vendas do loteamento próximo ao CH (2024)

Foto: Bezerra (2024)

A Figura 20 ilustra os terrenos comercializados nesse loteamento, os quais contam com infraestrutura básica, incluindo pavimentação asfáltica, iluminação pública e saneamento.

A oferta dessas melhorias urbanas é frequentemente utilizada como um atrativo pelos empreendimentos imobiliários para agregar valor aos lotes e acelerar as vendas, conforme discutido por Fix (2007).

Figura 20: Dourados. Vista dos terrenos do loteamento próximo ao CH (2024)

Foto: Bezerra (2024)

A partir da análise empírica realizada durante o trabalho de campo em Três Lagoas e Dourados, é possível identificar semelhanças significativas na lógica de implantação dos conjuntos habitacionais.

Em ambos os casos, os empreendimentos foram construídos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) Faixa 1, caracterizando-se pela tipologia de edifícios de dois pavimentos com quatro apartamentos por bloco.

Essa padronização reflete uma estratégia comum do Programa, observada em diversos estudos que tratam da habitação de interesse social, como apontam autores como Rolnik (2015) e Cardoso (2013).

A localização periférica dos conjuntos é outro aspecto que merece destaque, sendo mais acentuada em Dourados.

Essa dinâmica, recorrente em cidades brasileiras, reforça o processo de segregação socioespacial discutido por autores como Villaça (1998) e Corrêa (1989), que associam a distribuição de empreendimentos habitacionais populares ao distanciamento socioespacial de seus moradores.

A existência de vazios urbanos próximos a esses conjuntos habitacionais, tanto em Três Lagoas quanto em Dourados, também chama a atenção, especialmente pela proliferação de novos loteamentos que se beneficiam das infraestruturas implementadas com os empreendimentos do PMCMV.

Conforme aponta Santos (2008), essa é uma estratégia comum do mercado imobiliário, que aproveita a abertura de novas áreas habitacionais para lucrar com a expansão urbana.

Outra semelhança observada entre as duas cidades é a proximidade de equipamentos públicos como Centros de Educação Infantil e Unidades Básicas de Saúde aos conjuntos habitacionais. Alguns desses serviços foram instalados após a construção dos conjuntos, mas atendem não apenas seus moradores, mas também as populações dos bairros adjacentes.

Em Dourados, uma escola pública estadual, situada a cerca de 1 km dos conjuntos, atende ao Ensino Fundamental II e Ensino Médio, enquanto em Três Lagoas, a distância para uma instituição de ensino equivalente é um pouco maior.

A localização desses serviços nas áreas periféricas dialoga com a discussão de Sposito (2011), que ressalta a necessidade de políticas públicas que atendam a população residente nas periferias urbanas.

Adicionalmente, em Dourados, foi observada a falta de pavimentação asfáltica em uma rua adjacente ao bairro Harrison de Figueiredo, já consolidado antes da construção dos conjuntos habitacionais.

Esse fato suscita questionamentos sobre as razões para tal ausência de infraestrutura, mesmo em uma área próxima a um bairro estabelecido.

Como discute Jirón (2010), essas contradições na distribuição de infraestruturas refletem as desigualdades inerentes ao planejamento urbano e suas implicações na segregação socioespacial.

Dessa forma, as observações levantadas durante o trabalho de campo em Três Lagoas e Dourados foram fundamentais para aprofundar a compreensão sobre o processo de segregação socioespacial nessas cidades, confirmando o papel da localização e da infraestrutura urbana no aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

No próximo capítulo, serão apresentadas algumas considerações sobre o conceito de cidades médias e a apresentação das cidades abordadas na pesquisa.

CAPÍTULO 2
DISCUTINDO AS CIDADES OBJETO DA PESQUISA

> *"Sabe-se muito bem o que é que a cidade média não é, mas, dificilmente, podemos saber o que é [...]".*
>
> *(Michel, 1977, p. 11)*

Neste capítulo, inicialmente, será discutido o conceito de cidades médias, considerando as definições teóricas e os procedimentos utilizados para sua análise.

Em seguida, será analisada a cidade de Dourados, destacando suas características de uma cidade média no Estado de Mato Grosso do Sul, como sua estrutura socioeconômica, dinâmica urbana e papel regional.

Por fim, será abordada Três Lagoas, examinando seus aspectos específicos que justificam sua apresentação como uma possível cidade média.

Historicamente a partir da década de 1970 começa a surgir no Brasil as primeiras tentativas de abordagens e conceituações acerca das cidades médias, enfocando principalmente o "porte médio" da cidade que, em outras palavras, seria o elemento populacional como critério para definir uma cidade como uma cidade média (Silva, 2013).

O conceito de cidade média em um primeiro momento fez menção ao seu contingente populacional. Seria a cidade que não se enquadra em pequena e não se enquadra em uma cidade grande. Ou seja, a sua dimensão seria intermediária (Maia, 2010).

Quando tratamos de tamanho, podemos recorrer a dados de instituições de estatística para nos ajudar a compreender essa conceituação, como França (2007, p. 51) faz:

> [...] para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, a cidade média é aquela que possui população entre 100.000 e 500.000 habitantes. Conforme a Organização das Nações Unidas – ONU -, as cidades médias são aquelas com aglomerações entre 100.000 e 1.000.000 de habitantes [...] Andrade e Serra (2001) também trabalham com essa mesma definição de cidade média apresentada pelo IBGE. Enquanto Amorim Filho e Bueno e Abreu (1982) estabeleceram um tamanho mínimo de 10 mil na sede do município [...]

Outros autores dizem que é necessário um esforço maior para superar essa nomenclatura, pois esses termos não são suficientes para caracterizar as cidades não metropolitanas (Sposito, 2009):

> "[...] será que essas duas expressões (pequena/média) são boas para designar um tipo, um padrão, um conjunto de cidades que desempenham vários e diferentes papéis numa divisão de trabalho que se estabelece?"

Ao consideramos as cidades apenas pelo seu caráter demográfico, estamos então considerando as cidades de "porte médio", que são aquelas cidades que tem entre 50 mil e 500 mil habitantes, porém não podemos conceituar essas cidades como médias apenas empregando as características demográficas (Sposito, 2006). Ou seja, cidade de "porte médio" não é a mesma coisa que "cidade média".

Podemos definir então, as cidades médias como aquelas que desempenham papéis de intermediação entre as suas redes urbanas com cidades menores e maiores que ela. Assim, se diferenciam das de "porte médio", pois estas são definidas exclusivamente em função de seu tamanho e contingente populacional (Sposito, 2010).

Assim, o critério populacional não é suficiente para explicar a dinâmica das cidades médias, uma vez que, mesmo considerando um intervalo de habitantes, existem diferenças substanciais entre esses espaços.

Por exemplo, uma cidade no interior do Mato Grosso com 100 mil habitantes pode não possuir uma rede urbana consolidada quando comparada a uma cidade com características semelhantes no interior do Estado de São Paulo (Corrêa, 2007).

Santos (1993, p. 70) nos alertava sobre a problemática de se classificar as cidades médias considerando apenas o fator demográfico:

> Cabe, todavia, levantar uma questão: podemos classificar as cidades com mais de 20.000 habitantes como médias? Um dos problemas que se apresentam nas ciências humanas é o do uso e interpretação das séries estatísticas, pois o número, em momentos distintos, possui significado diferente. O que chamávamos de cidade média em 1940/50, naturalmente não é cidade média dos anos 1970/80. No primeiro momento, uma cidade com mais de 20.000 habitantes poderia ser classificada como média, mas hoje, para ser cidade média uma aglomeração deve ter população em torno dos 100.000 habitantes. Isto não invalida o uso de quadros estatísticos, mas sugere cautela em sua interpretação.

Para entendermos as articulações de cidades médias precisamos antes entender o que de fato seria a rede urbana, para Corrêa (1989, p. 8) é:

> A rede urbana é o conjunto articulado de centros urbanos resultante de processos complexos desenvolvidos por diferentes atores sociais, que conferem à mesma uma diversidade de características que variam de acordo com o tamanho dos centros, a sua densidade, as funções que desempenham, a natureza, a intensidade e o alcance de suas interações e a forma espacial da rede. Assim, as condições de existência de uma dada cidade ou região do país estão relacionadas à sua produção, circulação e consumo.

Ou seja, as articulações em diferentes escalas a partir de combinações particulares entre o tamanho demográfico, o plano morfológico e as funções e usos urbanos que os colocam em diferentes funções na rede urbana (Sposito, 2006).

Convém aqui mencionar que existem cidades que apesar de não estarem na faixa populacional de porte médio, cumprem papéis de suporte e sustentam uma determinada estrutura econômica, política e social na região a qual estão inseridas na rede urbana (Pereira, 2004).

Ao consideramos os elementos qualitativos temos a relevância da situação geográfica das cidades médias como fator favorável para sua constituição, a sua relevância regional, o seu distanciamento dos grandes centros e áreas metropolitanas e sua capacidade oferta de bens e serviços, além de emprego e saúde são alguns critérios que contribuem para a sua definição (Sposito, 2001).

Para Sposito (2010, p. 6) as cidades médias,

> [...] são aquelas que desempenham papéis de ligação, de intermediação entre as pequenas e as maiores cidades, sem desprezar o tamanho populacional como primeiro nível da análise, pois como já destacado, existe a estreita relação entre quantidade e qualidade das dinâmicas e processos.

E cabe destacar aqui que as cidades médias são “centros regionais importantes, em função de serem a ponte entre cidades maiores e menores”:

> [...] o que se compreende como cidades médias só podem ser consideradas no plano conceitual e a partir de uma análise que contemple a situação geográfica da aglomeração ou centro urbano que a constituem, seus papéis econômicos regionais, suas relações intermediárias entre cidades pequenas e metrópoles, bem como seus papéis político-administrativos. Os papéis econômicos aqui destacados são mais aqueles referentes às atividades comerciais e de serviços do que propriamente as industriais [...] (Sposito, 2004, p. 127).

Nesse sentido, temos a ideia de que a cidade se apresenta na rede urbana de formas distintas uma das outras, pois a sua inserção ocorreu de maneira diferente e em um espaço-tempo singular se comparado a outras cidades (Leitzke; Fresca, 2009).

Só podemos então mensurar o tamanho e a importância de uma cidade a partir do papel que ela desempenha na rede urbana que ela está inserida.

Para Sposito (2006), fica cada vez mais difícil essa compreensão pelo fato do avanço da mundialização da economia e o desenvolvimento cada vez mais rápido das telecomunicações:

> […] há um vasto conjunto de possibilidades de estabelecimento de relações com outras cidades e espaços que não compõem, de fato, a rede a que pertence essa cidade. Por isso é necessário analisar e considerar toda área de influência de uma cidade média, não se limitando ao regional (Sposito, 2006, p.147-148).

Para Castello Branco (2007) a centralidade é um papel fundamental para a conceituação e classificação de cidades médias:

> O tamanho demográfico é importante, pois sempre aparece nos estudos de cidades médias. O tamanho econômico é indicativo da dinâmica econômica do centro. O grau de urbanização porque é no espaço urbano que se realiza as funções articuladoras e prestação de serviços. A qualidade de vida expressa a infraestrutura urbana (segurança, facilidade de deslocamento, entre outros). A centralidade é a principal característica dessa categoria de cidades, uma vez que nela se apoia o seu poder de articulação entre os diferentes níveis de centros urbanos (Castello Branco, 2007, p. 250).

Para a autora as características definidoras das cidades médias brasileiras são o tamanho populacional e econômico, o seu grau de urbanização, a centralidade e a qualidade de vida das pessoas.

Soares (1999) nos afirma que para identificar uma cidade como média devemos considerar os seguintes critérios:

> Tamanho demográfico, qualidade das relações externas, especialização e diversificação econômica, posição e sua importância na região e na rede urbana de que faz parte, organização espacial e qualidade de vida (Soares, 1999, p.61).

Esses “critérios” podem variar de região para região e de país para país, uma vez que as cidades se consolidam de formas distintas devido aos diferentes contextos espaciais e temporais em que surgem. Assim, elas não são homogêneas e não se limitam apenas à rede urbana; algumas também estão inseridas no sistema econômico global (Soares, 1999).

Amorim Filho e Rigotti (2002) nos aponta outros aspectos e variáveis de âmbito qualitativo e quantitativo:

> Interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior; tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços aos espaços microrregionais a ela ligados; suficientes, sobre outro ponto, para desempenharem o papel de centros de crescimento econômico regional e engendrarem economias urbanas necessárias ao desempenho eficiente de atividades produtivas; capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, por meio do oferecimento de oportunidades de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades já saturadas; condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que o envolve; e diferenciação do espaço intra-urbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos (Amorim Filho; Rigotti, 2002, p.09).

Nessa linha de pensamento, podemos notar que as cidades médias oferecem os meios de consumo final das famílias e administrações e o consumo intermediário das empresas,

> [...] funcionam como entreposto e fábrica, isto é, como depositárias e como produtoras de bens e serviços exigidos por elas próprias e seu entorno [...]; constitui verdadeiros fóruns regionais, um lugar de debate entre preocupações mais imediatas e desígnios mais amplos (Santos; Silveira, 2001, p. 280).

Sendo assim, os papéis urbanos que definem as cidades médias não são estáticos, mas se modificam sempre de acordo com as necessidades da divisão territorial do trabalho.

Na mesma perspectiva, Santos e Silveira (2001) argumentam que a divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine a cada momento a capacidade de agir das pessoas.

Corrêa (2007), considera a cidade média como um tipo de cidade que é caracterizada por uma combinação particular de tamanho demográfico, funções urbanas e organização do espaço intraurbano. Argumenta também que essa combinação de características deve ser contextualizada geograficamente.

Ainda para o autor acima citado existe alguns elementos que devem ser considerados na construção da conceituação de cidades média, dentre eles: a presença de uma elite empreendedora, a localização relativa e as interações

espaciais, que elementos que tem grande influência na determinação de uma cidade média.

Para o autor, a presença de uma elite empreendedora é importante,

> [...] porque é ela que estabelece uma relativa autonomia econômica e política numa cidade, criando interesses locais e regionais, competindo em alguns setores de atividades com as grandes cidades e centros metropolitanos [...] (Corrêa, 2007, p. 28).

Acerca da localização relativa, o autor exemplifica que um centro portuário ou um centro industrial (independente da sua população) provavelmente não pode ser considerada como uma cidade média, pois ali não é local de concepção, de tomada de decisões e nem acúmulo do capital, e nesse sentindo não se tem uma elite empreendedora ativa (Corrêa, 2007, p. 28).

As interações espaciais nas cidades médias são definidas como complexas, multidirecionais e marcadas por diferentes escalas. Essas interações acontecem em duas escalas: a escala regional e a escala extrarregional (que pode ser tanto nacional quanto internacional).

A escala extrarregional, aquela que se realiza além da rede onde localiza a cidade é considerada decisiva na identificação de uma cidade média, pois é a essa escala que diferencia esse grupo de cidades de uma capital regional (Corrêa, 2007).

Após tais considerações acerca das cidades médias, trazemos o contexto de Dourados – MS e suas especificidades.

2.1 A condição de Dourados: uma cidade média na porção Sul do estado de Mato Grosso do Sul

Consideramos como recorte temporal a década de 1970[3], momento em que Dourados se consolida como um centro urbano de referência na rede urbana e regional, passando por mudanças significativas de papéis e funções.

O município começou então a exercer uma função de centralidade principalmente na porção sul do estado de Mato Grosso do Sul, se destacando como centro de apoio ligado ao comércio e a serviços, exercendo papel na rede urbana, não só por atender as demandas do campo, mas também pela presença de comércios e serviços especializados, como a educação, saúde, geração de conhecimento e mão de obra especializada (Calixto, 2017).

Silva (2010), nos acrescenta que as interações espaciais estabelecidas em Dourados com as outras cidades que estão sob sua influência se dão por meio do consumo de bens e serviços, desde o atendimento médico público e privado, comércio de vestuário, calçadista e alimentício, além do significativo número de trabalhadores que atendem o mercado de trabalho, elementos que reforçam e consolidam o papel dessa cidade na rede urbana regional, nacional e internacional.

Ressaltamos aqui a importância da situação geográfica de Dourados, que se localiza na porção Sul de Mato Grosso do sul, a cerca de 220km da capital Campo Grande, essa distância colabora com a sua consolidação como referência na rede urbana (Calixto, 2011).

Comparada a outras cidades, a rede urbana de Dourados pode não apresentar um elevado grau de complexidade funcional por não ter alguns níveis hierárquicos definidos pela REGIC/IBGE[4]. Mas, as articulações em escalas mais amplas consolidam uma divisão territorial do trabalho que acaba por romper um modelo exclusivamente hierárquico (Calixto, 2019).

Essas articulações se dão a partir do surgimento do “meio técnico-científico-informacional” (Santos, 2008), o conteúdo e significados de hierarquia

[3] Segundo Calixto (2000) foi nesse período que se delinearam, de forma mais clara, as maiores transformações no espaço urbano, trazendo novas formas/condições de desencadeamento do processo de produção, apropriação e consumo desse espaço, expressando o surgimento de novas relações socioespaciais.

[4] A REGIC tem o propósito de identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das Cidades (IBGE, 2020).

são redefinidos devido as suas múltiplas possibilidades e relações estabelecidas.

Dourados também desempenha um papel singular e complementar aos centros urbanos que fazem parte da sua área de influência e reforçam sua condição de centralidade. (Calixto, 2019)

A condição de centralidade aumenta contraditoriamente, a diferenciação entre Dourados e os demais centros urbanos, cujo movimento promove integração e articulação, o que gera novos conteúdos e formas socioespaciais diferenciadas,

> Esse processo é marcado por relações de trocas desiguais, resultado da complexidade da divisão territorial do trabalho, imprimindo um conteúdo e uma forma diferenciada socioespacialmente. Assim, a dimensão socioeconômica, na sua relação com a dimensão espacial, explicita a indissociabilidade entre a produção, o consumo e espaço e, nesse processo, os centros urbanos com papeis diferenciados são essenciais. (Calixto, 2011, p. 59).

A complementaridade dos centros urbanos revela uma maior diversidade entre eles, como exemplifica a autora:

> Os que concentram a demanda das atividades produtivas, com oferta de novos produtos, equipamentos, serviços e profissionais, também concentram fluxos de pessoas, bens, ideias, capital etc., tendendo a potencializar seu nível hierárquico (Calixto, 2019, p.585).

O aumento dos fluxos de diferentes escalas entre os centros urbanos tende a variar a natureza desses fluxos, criando conteúdos mais complexos em múltiplas possibilidades de relação que se estabelecem, ampliando assim a diferenciação socioespacial (Calixto, 2019).

Com isso, também para Calixto (2019), a cidade de Dourados apresenta significativo nível de centralidade interurbana, denotado pela relevância de seu papel no setor comercial, e sobretudo no de serviços, o que reforça sua condição de destaque na rede urbana regional, e como consequência de cidade média, como exemplifica a autora:

> Considerando Dourados um ‘ponto’ ou um ‘nó’ na rede urbana, pode-se dizer que representa a síntese de uma relação que envolve múltiplas escalas e interesses de ação. Essa condição se constrói a partir da simultaneidade dos diferentes tempos. A configuração espacial da rede urbana é uma construção histórico-social, e sua forma está sujeita a contingências econômicas, políticas e sociais gestadas tanto localmente quanto em escalas mais amplas. (Calixto, 2019, p. 586).

Dourados a partir da década de 1970 assume um papel de centro regional, passando a ter influência sob uma das maiores áreas agrícolas do Estado. (Calixto, 2019)

A região de Dourados foi alvo de vários incentivos governamentais, devido a ocorrência do elevado preço da soja no mercado externo, o que possibilitou a integração com o mercado nacional por meio de planos de desenvolvimento.

Ainda na mesma década criou-se no Brasil o “Programa para Cidades de Porte Médio”. E dentro desse programa foi elaborado o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, via Programa para o Desenvolvimento do Cerrado – POLOCENTRO (1975), que teve como objetivo integrar as áreas do Cerrado ao processo produtivo por meio do investimento em capital, tecnologia, infraestrutura, além de uma melhoria significativa na e comunicação, a autora ainda esclarece que,

> [...] Nos anos 1970 (sobretudo no II PND – Plano de Desenvolvimento, por meio de seu ‘Programa para Cidades de Porte Médio’), as chamadas cidades de ‘porte médio’ tivessem sido alvo de atenção, por intermédio das políticas de planejamento, isso se deu, sobretudo, como parte das estratégias e ações como local de recebimento dos fluxos migratórios dirigidos às metrópoles. Ou seja, naquele contexto, as cidades médias despertaram interesse em razão de sua funcionalidade frente à metrópole e, dentro dessa preocupação, estabeleceu-se a noção de ‘cidade de porte médio’, como uma retórica do sistema de planejamento então vigente, como se fossem pontos receptores dos fluxos migratórios em direção às áreas metropolitanas. (Calixto, 2017, p. 64).

Além desse, outros programas foram criados para atender a especificidade da região de Dourados, a fim de oferecer condições a intensificação da produção de um novo modelo agrícola, estabelecendo bases de uma política estratégico-espacial e redefinindo seu papel na divisão inter-regional do trabalho (Calixto, 2019).

Entre a década de 1970 e 1980 Dourados já era considerada capital regional Calixto (2019), reforçando o papel de centro de apoio às atividades agrícolas da região.

Dessa forma, a partir dessas relações se estabelecia o fluxo de atividades regionais voltadas ao campo, promovendo uma redefinição de suas funções além de articular áreas por meio de comércios e serviços. Nessa mesma época, o município atinge a segunda posição do estado em relação ao contingente populacional, atrás apenas da capital Campo Grande.

Todas essas redefinições nos mostram a consolidação da condição de Dourados no contexto regional, que faz parte de um processo que deve ser entendido através de sua relação com os demais centros urbanos de sua rede.

> A partir da década de 1970, as transformações engendradas no âmago do avanço do modo capitalista de produção no campo sul-mato-grossense são expressivas, alterando o quadro urbano qualitativa e quantitativamente – aumenta o número de centros urbanos, o quantitativo populacional, como também redefinem-se as relações socioespaciais que se desenrolam nesses centros. (Gomes; Calixto, 2020, p.17).

Essas transformações desencadearam novas formas de produção do espaço intraurbano, que passou a contar com uma demanda de profissionais qualificados, como médicos veterinários, agrônomos, contadores, administradores, para atender as necessidades especificas que eram e até hoje ainda são necessárias. (Calixto, 2000).

Diante dessa explanação acerca de Dourados – MS, retomaremos a seguir a problemática do conceito de cidades médias analisando o caso específico de Três Lagoas – MS.

2.2 Três Lagoas/MS: uma cidade em transição?[5]

Como observamos anteriormente existem várias maneiras de se analisar uma cidade média, e que esse conceito não deve ser confundido ou usado como sinônimo nas cidades que se caracterizam como de porte médio.

É possível verificar em Três Lagoas a transição de uma economia que antes era baseada na pecuária para uma economia urbano-industrial. Ainda que a urbanização e industrialização sejam processos distintos, há uma certa conexão entre eles, já que o processo de industrialização ao definir a urbanização contribui para a ampliação expressiva dos papéis urbanos (Sposito, 1999). A partir disso, verifica-se em Três Lagoas uma nova forma de produzir o espaço urbano e o aumento de sua complexidade.

Com o avanço do processo de industrialização Três Lagoas reforçou seu papel de influência na rede regional, tendo seu papel central ampliado estendendo essa influência de certo modo sobrepondo-se e justapondo-se as pequenas cidades da região. Isso por que não só atraiu mais habitantes, mas também um maior número de investimentos públicos e privados que ajudaram a redefinir a configuração espacial da cidade (Campos; Milani; Bezerra, 2020).

Ao considerar Três Lagoas como um espaço urbano em constante transformação econômica, social, política e espacial, especialmente nos últimos anos, é essencial discutir sua configuração e funções dentro da rede urbana regional. Este debate é crucial para compreender a condição da cidade dentro do conceito de cidades médias, um conceito que ainda está em construção.

Nesse sentido, concordamos com Sposito (2013, p. 62), ao afirmar que os conceitos podem e devem ser atualizados, podendo até mesmo passar por uma reconceitualização, desde que tais mudanças não resultem na negação ou em uma descontinuidade profunda em relação à compreensão dos processos e dinâmicas que os fundamentaram teoricamente.

Dessa forma, a análise de Três Lagoas deve considerar tanto as transformações recentes quanto as tradições teóricas que moldam a

---

[5] O título deste subitem é derivado de um capítulo homônimo publicado no livro *O urbano em Mato Grosso do Sul: abordagens e leituras*, de autoria de Patrícia Helena Milani e Edima Aranha. Referência completa: MILANI, P. H.; ARANHA SILVA, Edima. *Três Lagoas-MS: uma cidade em transição?* In: CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; MORENO, Bruno Bomfim; BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora (Org.). *O urbano em Mato Grosso do Sul: abordagens e leituras*. 1. ed. Dourados, MS: UFGD, 2020, p. 339-366.

compreensão de cidades médias no contexto brasileiro (Sposito, 2013; Pequeno, 2007; Lencioni, 2011).

Combinado ao processo de reestruturação das cidades (escala intraurbana), também ocorre a reestruturação urbana, em que a articulação entre as cidades passa a ser o meio através da produção, circulação e consumo (Corrêa, 1989).

Verificamos então, algumas características de serem dispostas na discussão do conceito de cidades médias, ainda mais considerando que, é muito difícil o conceito ser uma “peça” que se encaixe perfeitamente na realidade de algumas cidades, visto as suas diferenciações e especificidades sociais, econômicas e políticas.

Sposito (2006), nos apresenta que para entender como uma cidade se posiciona no âmbito da rede e consegue se reestruturar, é preciso antes verificar como os movimentos de vários atores e suas possíveis combinações de acontecimentos de diferentes temporalidades ocorrem no espaço.

No contexto de Três Lagoas, verificamos que as atividades econômicas influenciaram de forma direta na evolução do tecido urbano (Campos; Milani; Bezerra, 2020).

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi o fator que impulsionou o crescimento da cidade, juntamente com a abertura dos primeiros comércios e serviços para atender os trabalhadores da obra.

A construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (1964), houve novamente um aumento na demanda do comércio de bens e serviços com a chegada dos trabalhadores para a construção da obra.

Nos anos seguintes, temos o início dos incentivos voltados especificamente para a industrialização, o tecido urbano se expande cada vez mais.

Verificamos que a partir de 1990[6] há a produção de novos loteamentos, seguindo uma lógica da implantação de loteamentos fechados e conjuntos habitacionais.

[6] Essa lógica também está atrelada com o avanço do processo de industrialização no município abordado.

A consolidação de novas dinâmicas intraurbanas ligadas a moradia, marca o processo de reestruturação da cidade[7], pois há a abertura de comércios e serviços destinados aos diferentes segmentos socioeconômicos nessas áreas.

A dinâmica intraurbana que marca o processo de reestruturação da cidade de Três Lagoas foi intensificada com as rápidas transformações econômicas que se expressam dos mais variados tipos.

Assim, entendemos que o processo acelerado de industrialização modificou a dinâmica territorial intraurbana e, nesse sentindo, ocasionou mudanças também na escala da rede.

As cidades que se encontram em transição (como o caso de Três Lagoas), são palco de novas territorialidades, novas formas urbanas que se desenvolvem e tornam-se mundiais, uma vez que as relações capitalistas ao se realizarem, ainda que em diferentes territórios, produzem algumas características semelhantes (Whitacker, 2007).

Propomos, portanto, uma reflexão sobre o conceito de cidades médias, analisando duas cidades situadas no interior do estado de Mato Grosso do Sul.

Embora compartilhem o mesmo território estadual, essas cidades experimentaram interferências distintas ao longo de seu desenvolvimento, resultando na produção de lógicas urbanas diversas.

Essa análise permite entender como fatores regionais, históricos e econômicos moldam as dinâmicas urbanas de maneira única em cada localidade, evidenciando a complexidade e a multiplicidade de trajetórias dentro de um mesmo contexto geográfico.

Essa abordagem nos leva a considerar como as particularidades locais, aliadas às influências externas, configuram realidades urbanas que, embora similares em algumas características, apresentam trajetórias de desenvolvimento e desafios próprios, contribuindo para a construção do conceito de cidades médias em um cenário regional.

---

[7] Acerca dessa reestruturação territorial da cidade e abertura de novos loteamentos, ver o artigo: MILANI, Patrícia Helena; SILVA, Edima Aranha. Reordenamento territorial intraurbano de Três Lagoas. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, p. 92-121, 2012.

2.3 Três Lagoas e Dourados: a discussão não se encerra aqui

O processo de desconcentração industrial trouxe transformações profundas nas estruturas urbanas de várias cidades, como exemplificado por Três Lagoas. Esta cidade, situada no interior do Estado de Mato Grosso do Sul, experimentou um dinamismo econômico notável devido aos investimentos industriais recebidos, que promoveram uma expansão significativa do capital.

Segundo Silva (2017), a desconcentração industrial gerou uma reconfiguração espacial e econômica, permitindo uma integração mais robusta da cidade nas redes regionais de produção.

Oliveira (2020) destaca que tais investimentos foram cruciais para a revitalização econômica e para a alteração das dinâmicas de desenvolvimento urbano, refletindo um padrão de crescimento e transformação que foi impulsionado pela industrialização.

Assim, a cidade passou a se destacar no cenário nacional, evidenciando a influência do processo de desconcentração industrial na ampliação das oportunidades econômicas e no redesenho das estruturas urbanas.

Compreender que o conceito de cidades médias está em construção nos ajuda a entender que Três Lagoas exerce papel regional importante, na procura por bens e serviços especializados, como por exemplo, comércio, saúde e educação.

Como dito anteriormente, Três Lagoas possui Universidades e um Instituto Federal que além de beneficiar os próprios moradores é responsável por promover educação nas cidades de sua rede urbana.

O setor de saúde também é muito procurado, pois em cidades menores não existe todas as especialidades médicas, o que faz com que parte da população das cidades da rede urbana use o setor de saúde do município, reforçando, mais uma vez, o seu papel regional.

Conforme já apontado, de acordo com Corrêa (2007), existe alguns condicionantes para se considerar uma cidade média, aqui citaremos e tentaremos relacionar com Três Lagoas, para exemplificar a sua importância no debate sobre cidades médias.

Em primeiro lugar a localização relativa: Três Lagoas se encontra na divisa com o Estado de São Paulo e tem acesso fácil a diversas rodovias, como:

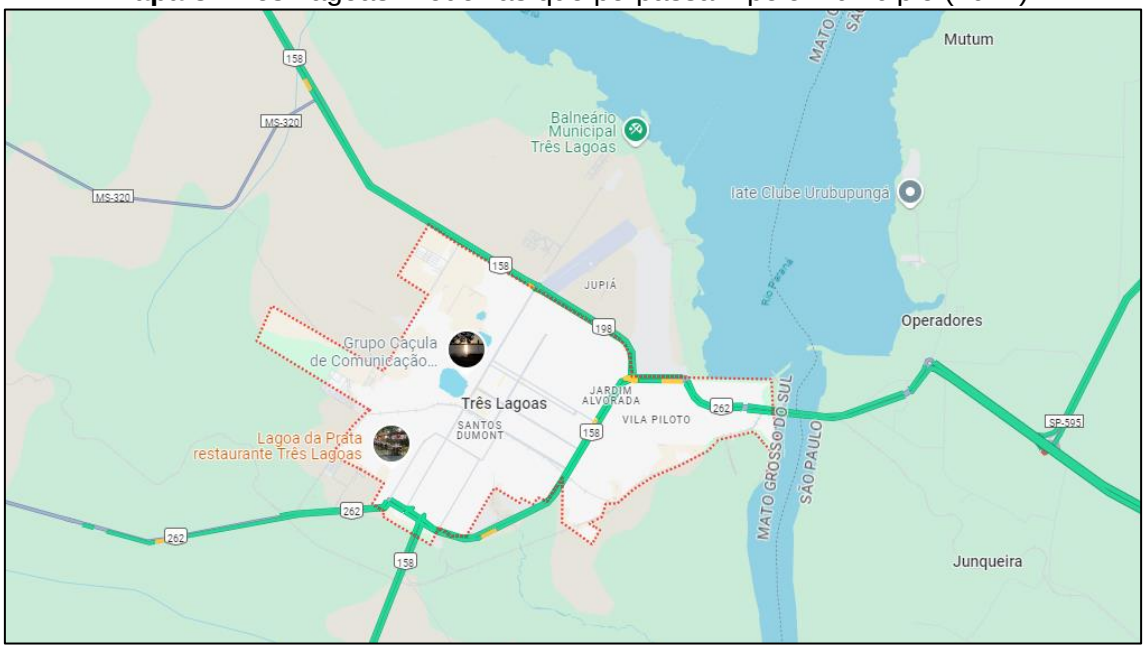
BR-262, que liga até a capital, Campo Grande; BR-158 que liga diversas cidades do Mato Grosso do Sul e o Estado de São Paulo e a rodovia SP-300 (Rodovia Marechal Rondon).

Ou seja, o município se encontra em um “eixo” de interesse que perpassa do interior as grandes cidades do país do ponto de vista de sua localização, como podemos observar no Mapa 6 acerca das rodovias que perpassam por Três Lagoas.

Um aspecto relevante a ser enfatizado nesta discussão é que Três Lagoas não recebeu o mesmo nível de investimentos que Dourados, especialmente após a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em relação aos programas de incentivo, como o POLOCENTRO e outros.

Essa discrepância pode contribuir para a compreensão das razões pelas quais ambas as cidades exercem influências distintas na rede urbana, especialmente ao considerarmos Dourados como uma cidade média, enquanto Três Lagoas não se enquadra nessa categoria.

Mapa 3: Três Lagoas. Rodovias que perpassam pelo município (2024)



Fonte: Google Maps; **Org**: Bezerra (2024)

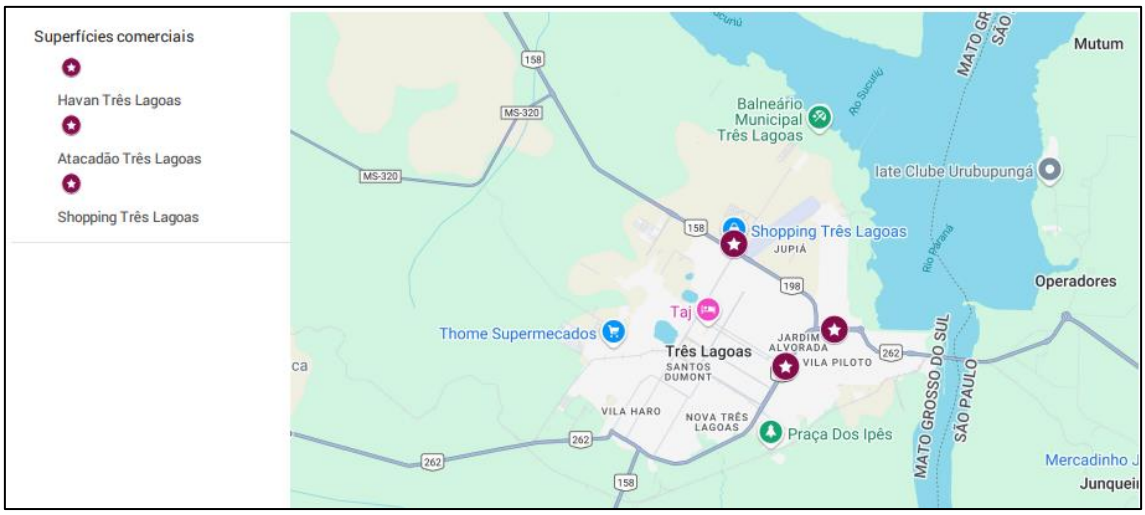
Dessa maneira, temos que a localização constitui elemento importante para assegurar sua condição regional.

Acerca das relações espaciais, Três Lagoas é conhecida como a “Capital Nacional da Celulose”, o que nos reforça que existem sim interações espaciais que vão muito além da escala regional. Por exemplo, as grandes multinacionais do setor da celulose que estão na cidade não fazem negócio com a capital do Estado, para depois passar para a capital Nacional e depois o exterior, essa negociação ultrapassa a escala extrarregional, consolidando assim o mercado mundial.

Outras dinâmicas que podemos elencar são as atividades comerciais das grandes superfícies comerciais que foram sendo instaladas sobretudo na última década.

No Mapa 7 podemos observar as grandes superfícies comerciais existentes, com destaque para a Havan, Atacadão e Shopping Center, que realizam interações para além do município, recebendo público oriundo de outros municípios, sobretudo do interior paulista, para realizar consumo nesses locais.

Mapa 4: Três Lagoas. Grandes superfícies comerciais (2024)



Fonte: Google Maps; **Org**: Bezerra (2024)

Em último ponto, trazemos a discussão a elite empreendedora, talvez para o autor esse seja o principal elemento ao pensar em caracterização de cidades médias, pois é nela que se estabelece uma autonomia econômica e política numa cidade, seus interesses locais e regionais e competindo em alguns setores de atividades com as grandes cidades e os grandes centros metropolitanos, o que talvez aconteça com Três Lagoas.

Ou seja, Três Lagoas tem a maioria dos elementos a serem considerados para ser considera uma cidade média. Ao olharmos para o que os outros autores consideram, temos:

Amorim Filho, define que as cidades mantêm interações constantes e em razoável quantidade e qualidade com seu espaço regional e com cidades maiores; a possibilidade de dinamizar o espaço rural e possuir uma estrutura interna – centro complexo, número considerável de subcentros e periferias descontínuas.

Sposito, define que a posição geográfica, a inserção na divisão regional do trabalho, a funcionalidade econômica e a distância de centros hierarquicamente mais importantes são fundamentais para a constituição de uma cidade média. Também considera as cidades regionais, não metropolitanas, que se articulam diretamente com as cidades pequenas da sua área de influência e tem níveis de relações entre o mercado regional e com outros centros urbanos maiores e similares.

O objetivo da conceituação dessas duas cidades não é determinar se Três Lagoas se classifica ou não como uma cidade média, mas sim destacar a relevância de incluir cidades com características semelhantes na discussão sobre o conceito de cidades médias.

Sendo assim a intenção é interrogar: cidades como Três Lagoas podem ser encaixadas na discussão de cidades médias? Ou estariam surgindo uma nova nomenclatura para poder explicar sua importância regional e que chega a outras escalas?

2.4 Considerações sobre Três Lagoas e Dourados em Mato Grosso do Sul

"Eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas".
(Corrêa, 1989, p. 11)

Nesta seção serão abordados aspectos referentes as cidades de Dourados e Três Lagoas, localizados no interior de Mato Grosso do Sul, com ênfase em suas trajetórias históricas, processos de urbanização e contextos contemporâneos.

Serão analisados, também, os processos de conformação das políticas habitacionais implementadas em cada município, visando compreender as dinâmicas específicas de desenvolvimento urbano e os impactos dessas políticas na configuração socioespacial local.

Três Lagoas (Mapa 1) se localiza na Mesorregião do Leste de Mato Grosso do Sul, e de acordo com IBGE é a terceira cidade mais populosa do Estado de Mato Grosso do Sul.

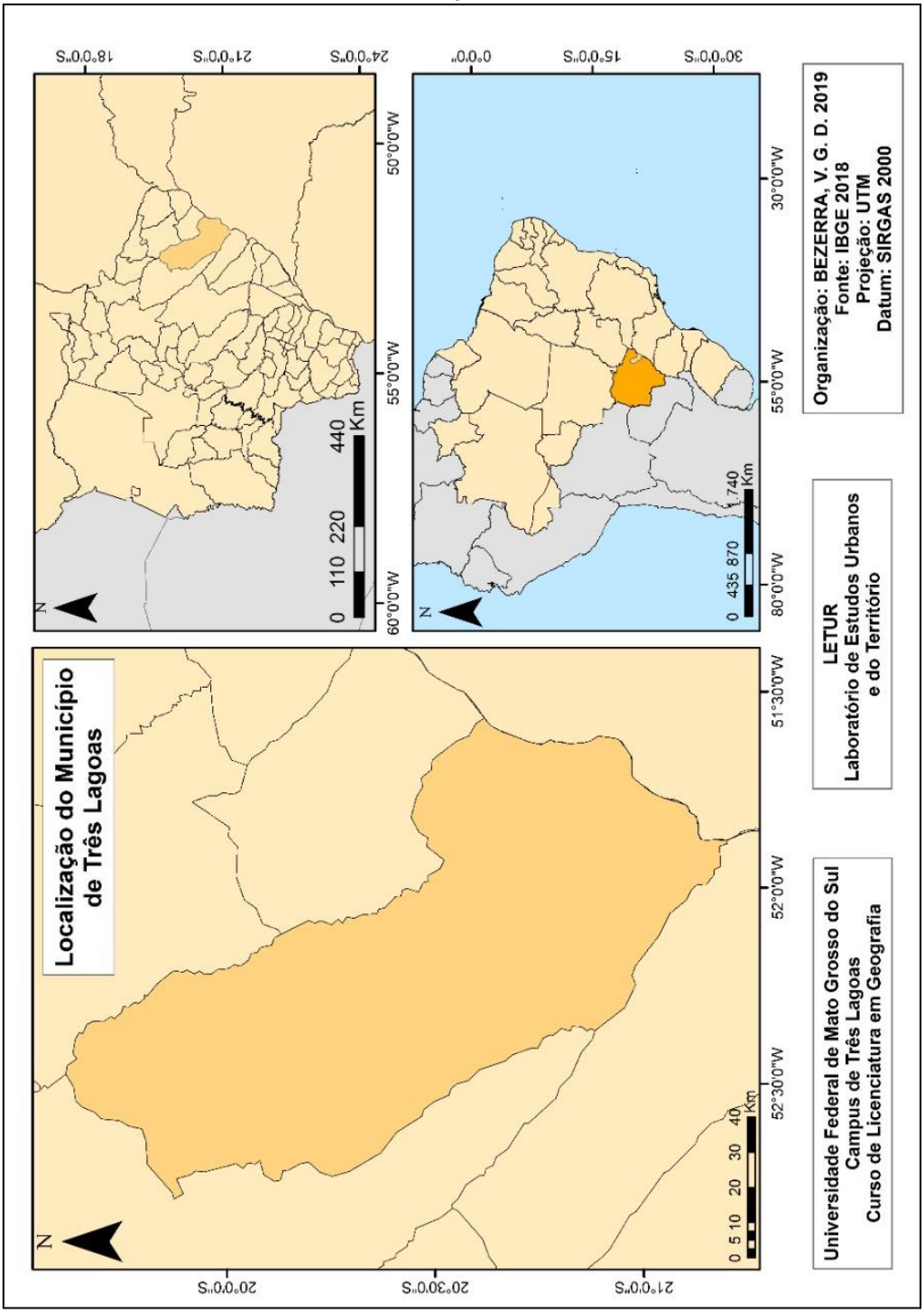
Quadro 3 - Mato Grosso do Sul. Ranking dos municípios mais populosos (2022)

Posição	Município	Habitantes
1º	Campo Grande	897.938
2º	**Dourados**	**243.368**
3º	**Três Lagoas**	**132.152**
4º	Corumbá	92.268
5º	Ponta Porã	92.017

Fonte: IBGE (2022), **Org:** Bezerra (2023)

No quadro (Quadro 2) podemos observar a posição da população de Três Lagoas em relação com a capital e os demais municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. O mapa 3 mostra a localização de Três Lagoas no Estado de Mato Grosso do Sul e no Brasil onde observamos que o município faz divisa com o Estado de São Paulo e se encontra em uma localização privilegiada, tendo fácil aceso às regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil.

Mapa 5: Mato Grosso do Sul. Localização do município de Três Lagoas (2019)



Fonte: IBGE (2018); **Org:** Bezerra (2019)

De acordo com o último censo (2022), a população de Três Lagoas é de aproximadamente 132.152 habitantes e seu crescimento é perceptível ao longo dos anos, conforme podemos observar no Quadro 3:

Quadro 4 – Três Lagoas. Evolução da população (2022)

Ano/Década	Habitantes
1940	15.378
1950	18.803
1960	31.690
1970	55.513
1980	57.904
1990	68.162
2000	78.900
2010	101.722
2022	132.152

Fonte: IBGE (2022), Org: Bezerra (2023)

Os dados nos mostram que a população de Três Lagoas quase dobrou de tamanho, tendo um acréscimo de 55.119 pessoas em cerca de 30 anos (Delcol, Milani, 2022).

O desenvolvimento do município de Três Lagoas – MS ocorre através de diversas fases em seu crescimento econômico (Quadro 4).

A industrialização se revela como um fator significativo, que modificou e acelerou a expansão urbana, criando serviços para atender ao setor industrial e ao novo contingente populacional. Isso inclui a criação de novos serviços de alimentação, como bares, restaurantes, supermercados e outros estabelecimentos destinados a suprir a crescente demanda no município.

Quadro 5 – Três Lagoas. Etapas do setor econômico (2021)

Acontecimentos	Período
Pecuária	Final do século XIX
Estrada de Ferro Noroeste do Brasil	Década de 1910
Hidrelétrica de Jupiá	Década de 1960
Olarias	Década de 1970
Industrialização	A partir da década de 1990

Org: Bezerra (2021)
Fonte: (Milani; Aranha Silva, 2020)

No quadro acima, podemos observar que uma das primeiras atividades econômicas do município de Três Lagoas foi a pecuária (Teixeira, Hespanhol, 2001), beneficiada por grandes fazendas de gado que existiam na região.

Ao longo do desenvolvimento econômico do município, destaca-se a instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB)[8], a qual desempenhou um papel crucial ao facilitar o acesso e reduzir os tempos de deslocamento do interior do Mato Grosso do Sul para os principais centros comerciais do país.

Esse avanço logístico promoveu significativas melhorias no transporte de mercadorias e produtos, impulsionando, assim, o crescimento econômico regional (Trubiliano, 2015).

A construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias[9] (UHE Jupiá) no ano de 1960, foi considerado um grande marco na consolidação do município de Três Lagoas (Gomes, 1994), pois com a sua construção foi necessário a instalação de casas para os funcionários da companhia energética que vieram para a construção e instalação dessa usina hidrelétrica. Como consequência, o setor de Olarias, que produzia tijolos e telhas, cresceu devido a necessidade desses produtos para a construção não só da usina, mas também de casas para os funcionários que ali iriam residir.

Devido a necessidade de acelerar as obras, surgiu o projeto Vila dos Operadores, que alojava os operários responsáveis pelas construções e suas famílias.

Foram construídas 227 casas divididas em 4 blocos, por volta de 1964 iniciou-se a construção de algumas instalações na vila como: escola, pousada, supermercado, barbearia, correio, rodoviária entre outras assistências imediatas para os moradores.

---

[8] A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) era uma companhia ferroviária brasileira com extensão de 1622 quilômetros, construída na primeira metade do século XX. Sua linha-tronco vai de Bauru até Corumbá, na divisa com a Bolívia, onde faz integração com a rede ferroviária boliviana até Santa Cruz de la Sierra. O traçado da Noroeste ainda serve aos trens de celulose de Três Lagoas até o porto de Santos (descendo pela linha da Sorocabana após chegar em Bauru), aos trens de aço de Bauru até a Bolívia e aos trens de minério das minas da região de Corumbá até o porto de Ladário.

[9] Localizada no Rio Paraná, entre os municípios de Andradina e Castilho (SP) e Três Lagoas (MS), a Usina Hidrelétrica Jupiá dispõe de eclusa, sob a responsabilidade do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) que possibilita a navegação e a integração hidroviária entre os rios Paraná e Tietê.

Por último, mas talvez o aspecto mais significativo na economia de Três Lagoas é a consolidação da industrialização do município, que está vinculada ao movimento de interiorização da urbanização no Brasil.

Este fenômeno decorre do processo de desconcentração industrial, que transferiu atividades produtivas anteriormente concentradas nos grandes centros urbanos para cidades do interior, como Três Lagoas.

Esse processo foi favorecido por incentivos como isenção de impostos e tributos, disponibilidade de mão de obra a custos reduzidos e qualidade das terras a preços mais baixos em comparação com os centros urbanos (Santos, 2008; Nascimento, 2010; Silva, 2015; Almeida, 2018).

De acordo com Delcol e Milani (2022), em 2006, dois grandes nomes da indústria de papel e celulose, *Votorantim Celulose e Papel* (VCP) e *International Paper* (IP), estabeleceram o primeiro complexo VCP-IP na região de Três Lagoas.

Esse empreendimento foi fundamental para a expansão da monocultura do eucalipto na área, contribuindo significativamente para a consolidação do município como a “Capital Nacional da Celulose”. Esse título, conferido pela Lei nº 14.142 de 19 de abril de 2021 (Brasil, 2021), reforça a importância do processo de industrialização como um fator crucial para o desenvolvimento econômico e social da cidade, destacando o papel estratégico que Três Lagoas assume no cenário nacional da produção de celulose.

Três Lagoas possui um Distrito Industrial (Mapa 4), que abriga parte dessas indústrias que se instalaram no município dos mais variados tipos: alimentícios, confecção de tecidos, sapatos, metalurgia entre outros.

Mapa 6: Três Lagoas. Localização do Distrito Industrial I (2021)

Fonte: Prefeitura Municipal de Três Lagoas (2020) **Org:** Silva; Bezerra (2021)

O mapa evidencia o Distrito Industrial 1, localizado em Três Lagoas, que se destaca por sua localização estratégica. Situado nas proximidades da divisa com o estado de São Paulo e de outras cidades do interior do estado de Mato Grosso do Sul, o distrito beneficia-se de uma conectividade privilegiada.

Além disso, a proximidade com a ponte que interliga os dois estados facilita significativamente o deslocamento e o transporte dos produtos fabricados na região. Esse transporte não se limita às rodovias, mas também se estende à hidrovia, à linha férrea, e, em alguns casos, ao transporte aéreo, devido à proximidade com o Aeroporto Regional Plínio Alarcon (TJL)[10]. Essas infraestruturas de transporte diversificadas conferem ao Distrito Industrial 1 uma vantagem logística substancial.

De acordo com o estudo intitulado Regiões de Influência das Cidades (IBGE/REGIC, 2018), o Três Lagoas é denominado como Centro Sub-regional A, influenciado pelos centros urbanos próximos e sofrendo influência da capital do Estado e de outros centros urbanos, sobretudo do interior paulista.

O município pode ser considerado como centro educacional, pois concentra vários estabelecimentos educacionais, desde a educação básica, como a educação infantil, médio até o ensino técnico e superior, além de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Três Lagoas possui um Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com 14 cursos de graduação, divididos entre bacharelados e licenciaturas, e 9 cursos de pós-graduação, oferecendo ensino público gratuito e de qualidade.

A Associação de Ensino e Cultura de Mato Grosso do Sul (AEMS) também concentra as suas Faculdades Integradas em Três Lagoas, ofertando 45 cursos, desde graduação (bacharelado e licenciatura) como também alguns cursos técnicos e cerca de 35 cursos de pós-graduação e aperfeiçoamento.

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) também possui um Campus em Três Lagoas, oferecendo o ensino médio integrado ao curso técnico,

[10] O Aeroporto Municipal Plínio Alarcon é um aeroporto situado na cidade de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, e possui capacidade para aeronaves de grande porte. O aeroporto é um modal logístico de transporte aéreo de passageiros que serve a cidade de Três Lagoas e região, cuja homologação ocorreu no ano de 2013 pela Anac.

com os cursos: Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Informática, além de oferecer também a Educação de Jovens e Adultos integrada ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (Proeja) e cursos de graduação, pós-graduação, aperfeiçoamento e de idiomas.

Todos esses centos educacionais citados anteriormente atendem, além dos moradores locais, também municípios vizinhos, como: Brasilândia, Água Clara, Selvíria, Aparecida do Taboado e Paranaíba no Estado de Mato Grosso do Sul. Também atende: Castilho, Andradina, Guaraçaí, Mirandópolis no Estado de São Paulo, que fazem o trajeto até o município todos os dias para estudar[11] (Campos, 2021).

O município também apresenta importância no contexto da saúde regional, possuindo dois hospitais públicos e um privado, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e diversas clínicas vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), com as mais diversas especialidades, e um hospital particular que atende os planos de saúde vinculados.

A importância do setor da saúde foi particularmente evidenciada durante a Pandemia de Covid-19. Municípios de menor porte frequentemente enfrentaram dificuldades devido à falta de estrutura adequada para tratar casos graves, que precisavam de tratamento intensivo e eram transferidos para Três Lagoas. Esse município contava com um suporte mais avançado em comparação com outras cidades do interior do Estado de Mato Grosso do Sul, demonstrando a relevância de uma infraestrutura de saúde robusta para enfrentar crises sanitárias (Lima, 2020; Silva, 2021; Costa, 2022).

Acerca do setor de serviços, o município comporta um grande supermercado do setor atacadista, onde pessoas de outros municípios se deslocam para realizar suas compras em busca de um preço menor, além de donos de lanchonetes, bares e mercados pequenos do próprio município que compram para revender. Também possui uma filial de uma grande loja de

[11] Acerca desse movimento, ver o trabalho: CAMPOS, Larissa dos Santos**. A relação entre os estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a configuração da rede urbana em Três Lagoas – MS**. 2018. 68 f. Monografia (Licenciatura em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2018.

departamentos além de um *Shopping Center* inaugurado nos últimos anos, que além de oferecer bens e serviços é local de lazer para a população.

Atrelado ao processo de consolidação econômica do município de Três Lagoas, temos o processo de produção do espaço urbano, por meio de vários agentes responsáveis por (re)produzir o espaço urbano de acordo com seus diferentes interesses.

A partir das contribuições de Santos (1982), compreendemos a formação socioespacial tanto como uma teoria quanto como um método de análise. Essa perspectiva permite analisar as diferenças entre os distintos lugares a partir do arranjo espacial e social dos modos de produção e reprodução, os quais são frequentemente específicos e, em muitos casos, individuais.

O "valor" de cada local depende de uma série de fatores e de certa forma se combinam, nos termos de Sposito (2006, p. 113) "As formações socioespaciais são expressão da inseparabilidade entre sociedade e espaço".

A conformação do município de Três Lagoas como citado anteriormente teve influência de várias fases da economia, desde a pecuária até o avanço da industrialização, sendo assim o passado deixou seus traços na produção do espaço (Lefebvre, 2001).

Com o processo acelerado da industrialização a cidade reforçou seu papel na rede regional, atraindo não só novos habitantes, como também financiamentos e investimentos públicos e privados, o que contribuiu para redefinir a configuração espacial da cidade.

Concordamos com Corrêa (2000) acerca da escala intraurbana, onde ele fala que as cidades se constituem no conjunto de diferentes usos das terras justapostas entre si, e esses usos definem áreas, como o centro da cidade, áreas de residenciais fechados entre outros (Delcol, Milani, 2012).

O capital limita e diferencia a apropriação e uso do solo urbano, produzindo e reproduzindo em espaços hierarquizados, segmentados e fraturados e tudo isso resulta em uma cidade desigual, baseada na contradição e interesses dos agentes sociais

> A cidade, e por extensão a rede urbana, por menor que seja, apresenta formas dotadas de grande fixidez e, por isso mesmo, apresentando uma relativamente grande capacidade de refuncionalização. Por meio desta e da continuidade do processo de criação de novas funções e suas correspondentes formas, a cidade e a rede reatualizam-se,

> possibilitando a coexistência de formas e funções novas e velhas (Corrêa, 2000, p. 125).

A cidade é um território construído e reproduzido por meio das práticas sociais e das relações de poder que estão impostas no nosso dia a dia, tudo isso pautado pelos agentes que são responsáveis por produzir o espaço, que em muitas cidades controlam a expansão urbana e atribui novos usos da terra em locais distintos de acordo com seus interesses.

De acordo com Almeida (2021), a produção do espaço urbano de Três Lagoas estabeleceu áreas de segregação e autossegregação em diferentes pontos da cidade, a partir de uma articulação entre o poder público e os donos de terra.

Ou seja, com todo o processo de industrialização acontecendo temporalmente junto com a chegada de novas pessoas ao município, os agentes produtores do espaço urbano se articularam para conformar uma nova lógica socioespacial.

Essas articulações foram sendo construídas das mais diferentes formas, como: aumento do preço do aluguel e, consequentemente, aumento do preço para se viver. A cidade, que antes era conhecida só pela pecuária, agora leva o *status* de Capital Nacional da Celulose, tudo isso fez com que várias pessoas tiveram que buscar novas alternativas para viver, como ocupações irregulares, ocasionando pressão ao poder público para construção de moradias populares.

Conforme observado por Bezerra (2021), ao mesmo tempo que houve mudanças na cidade, como a abertura de novos loteamentos – existe a abertura de superfícies comerciais[12], contrastando com: ruas sem pavimentação, transporte coletivo ineficiente[13] e ausência de rede de esgoto em alguns bairros da cidade.

Uma das mudanças mais significativas no contexto urbano de Três Lagoas, que ocorreu temporalmente junto com o processo de industrialização, no setor de moradias populares, com a instalação de Conjuntos Habitacionais Verticais, oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), enfoque da pesquisa.

---

[12] Por exemplo: Havan (2014), Atacadão (2019) e Shopping Center (2019)

[13] Como apontaram (ainda que com perspectivas diferentes) as pesquisas de Brasil (2018) e Moreira (2020).

A construção de moradias populares se justifica pelo *déficit* habitacional existentes no Brasil, o que de acordo com uma estimativa do IBGE para 2020 é de cerca de 7 milhões de famílias.

Os programas têm apoio dos diferentes órgãos dos governos federais e estaduais, mas é no âmbito municipal que ele se coloca em prática. Cada município é responsável por realizar a triagem, cadastro e selecionar as áreas para a construção dessas habitações populares (Bezerra, 2021).

Sendo assim, os diferentes agentes produtores do espaço urbano (Corrêa, 1995) se articulam principalmente com as construtoras, os proprietários de terra e o Estado junto com o poder público local.

A problemática aqui apresentada nos ajuda a entender como o processo de produção do espaço urbano de cidades não-metropolitanas. A discussão centrada no Programa Minha Casa Minha Vida será abordada posteriormente no Capítulo 4, quando discorreremos mais sobre o assunto.

Como parte dos nossos objetivos é apresentar também a realidade de uma cidade média que se encontra no interior do Mato Grosso do Sul, adiante abordaremos Dourados, cotejando com a realidade de Três Lagoas, no que tange a discussão acerca das cidades médias.

Por sua vez, o município de Dourados se localiza no centro-sul de Mato Grosso do Sul (Mapa 5). De acordo com o IBGE, é a segunda cidade mais populosa do estado, com cerca de 243.368 habitantes.

Antes da colonização, o atual território do município de Dourados era ocupado pelas tribos Terena, Kaiowá e Guarani. Essas comunidades indígenas mantêm uma presença significativa na região até os dias atuais, o que confere a Dourados uma das maiores populações indígenas do Brasil.

Esse contexto histórico ressalta a importância da preservação cultural e territorial dessas comunidades, que ainda enfrentam desafios relacionados à demarcação de terras e à proteção de seus direitos.

De acordo com Machado (2006) e Pereira (2014), a ocupação indígena pré-colonial e sua persistência até os dias atuais destacam a resiliência e a importância dessas comunidades na conformação sociocultural do município.

Alguns acontecimentos foram marcantes, como a criação da Colônia Militar de Dourados em 10 de maio de 1861, sob o comando de Antônio João, quando ocorreu a invasão ao Paraguai (Lopes, 2010).

É igualmente essencial destacar a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)[14], que desempenhou um papel fundamental na abertura de novas fronteiras agrícolas. Essa iniciativa atraiu numerosos migrantes, o que impulsionou e estabeleceu uma nova dinâmica no desenvolvimento econômico da região.

A CAND não apenas promoveu a expansão das atividades agrícolas, mas também foi crucial para o crescimento demográfico e a diversificação da economia local, conforme analisado por Monteiro (2012) e Oliveira (2015). Esse processo marcou uma transição significativa no padrão de ocupação e na estrutura produtiva de Dourados, consolidando o município como um polo agrícola regional.

A exploração dos extensos ervais nativos foi determinante para que a Companhia Mate Laranjeira S/A[15] obtivesse o monopólio da exploração em toda a região, exercendo esse controle de 1882 até 1924 (Boeira, 2003).

A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) foi um fator determinante no crescimento populacional de Dourados, visto que a ferrovia não apenas facilitou o acesso à região, mas também transformou as terras em áreas de interesse para exploração agrícola e pecuária.

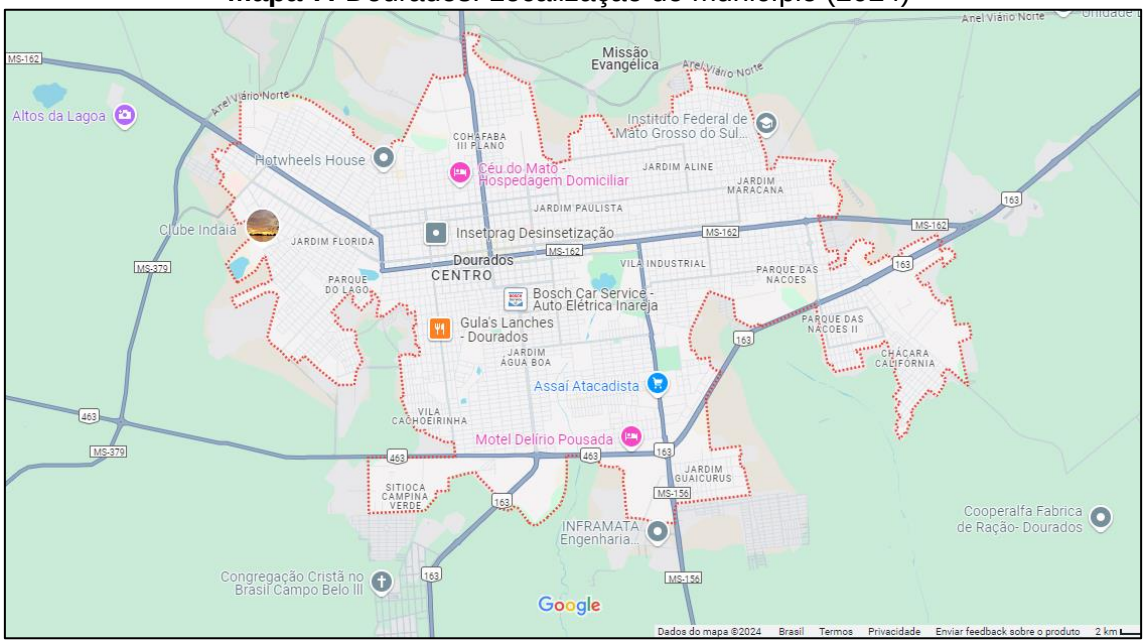
Esse desenvolvimento atraiu inúmeros migrantes, que viam na região uma oportunidade promissora para estabelecimento e progresso econômico. O papel da NOB no processo de interiorização e expansão agrícola do Brasil é amplamente discutido por autores como Teixeira (2017) e Dias (2020), que destacam a importância das ferrovias na integração das áreas rurais ao mercado nacional.

---

[14] A CAND foi um projeto de colonização impetrado pelo governo Getúlio Vargas, por meio do decreto-lei n.º 5 941 de 28 de outubro de 1943. A colônia agrícola era composta por 6.500 lotes rurais, com média de 30 ha e de 6.400 lotes urbanos, com um total de 262.000 hectares destinados ao cultivo de cereais (arroz, milho, feijão e mandioca), visando atender ao mercado interno. O processo de dinamização desencadeado pela CAND não favoreceu apenas Dourados, mas também teve papel significativo na ampliação e na conformação da rede urbana regional, originando ainda diversos povoados e vilas que acabaram se transformando em cidades (Calixto, 2000, p. 58).

[15] A Companhia Mate Larangeira foi criada depois da Guerra do Paraguai (1864/1870), por Thomaz Larangeira, no início da década de 1880.

Mapa 7: Dourados. Localização do município (2024)



Fonte: Google Maps; **Org**: Bezerra (2024)

O mapa mostra a localização do município de Dourados no estado de Mato Grosso do Sul. Podemos observar que esse município tem uma localização privilegiada, sendo fácil acesso ao Paraguai, ao Sul do Brasil e ao Sudeste do país.

Quadro 6 – Dourados. Evolução da população (2023)

Ano/Década	Habitantes
1940	14.985
1950	22.834
1960	84.955
1970	79.186
1980	106.483
1990	135.984
2000	164.700
2010	196.068
2022	243.368

Fonte: IBGE (2022), **Org:** Bezerra (2023)

Podemos observar no quadro a evolução populacional de Dourados e destacamos uma mudança significativa no contingente populacional a partir da

década de 1970, quando o município passou a contar com uma demanda de profissionais qualificados para atender as necessidades da expansão agroindustrial (Calixto, 2000).

Nesse mesmo período, observou-se o avanço na produção de soja, o que conferiu novas relações econômicas e socioespaciais.

Paralelamente a essas mudanças, convém destacar que Dourados se inseriu no Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO[16], que tinha como principal objetivo o incentivo e apoio de alta tecnologia incorporando o cerrado ao processo produtivo. Foram fortalecidos alguns órgãos de pesquisa como: Empresa Agrícola de Extensão Rural (EMPAER) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), além de receber investimentos nas áreas de transporte, informação e comunicação (Calixto, 2000).

Uma série de Programas e investimentos destinado a aceleração e o crescimento de Dourados foram criados para suprir a demanda que se fazia necessária. Calixto (2000, p. 52) nos diz que:

> O avanço da soja na microrregião de Dourados provocou grande mudança no perfil técnico da produção local, ampliando o intercâmbio inter-regional (com as regiões Sul e Sudeste) e internacional, criando circuitos produtivos de apoio (produção para o consumo urbano, comércio, etc.), demandando sobretudo a implantação de infra-estrutura, além de desconcentração fundiária e resultando no estabelecimento de novas relações socioespaciais e econômicas.

Todos esses avanços em termos de técnica e forma foi crucial para o desenvolvimento e consolidação de Dourados e sua importância regional que é expressiva até a atualidade.

A partir de todas essas definições e (re)definições do espaço urbano de Dourados, temos, a implantação das políticas do setor habitacional.

De forma inicial, com a implantação da Vila Popular, oriundo da COHAB, e logo após a implantação do BNH 1º Plano[17], com recursos do Banco Nacional da Habitação.

---

[16] O POLOCENTRO foi o principal programa de ação regional do II PND (1975-79). Criado através do Decreto 75.320 de 29/01/1975 teve como objetivo a ocupação de forma racional e ordenada das áreas centrais do Brasil (Silva, 2000, p. 31).

[17] O conjunto denominado “Eudes Souza Leão”, mais conhecido como BNH 1º Plano, iniciado no ano de 1971 e composto por 23 quadras (13 regulares e 10 irregulares). Apesar de não ser o primeiro conjunto habitacional da cidade, pois Dourados já contava com o Conjunto Habitacional “Antônio João”, o BNH 1º Plano tornou-se o mais expressivo em número de unidades residenciais - 316 unidades, além de contar com localização mais privilegiada em relação à área central (Calixto, 2000, p. 80).

Diversos Programas Habitacionais foram implementados em Dourados, acompanhando a política habitacional nacional, que visava incentivar o setor da construção civil em todo o Brasil.

No entanto, é importante destacar que essas iniciativas não tinham como principal objetivo atender às necessidades das camadas de menor poder aquisitivo. Em vez disso, esses programas foram direcionados, predominantemente, para atender à demanda de habitação da mão de obra qualificada que começava a se estabelecer na cidade, impulsionando o crescimento econômico e a urbanização local.

Isso reflete uma tendência observada em diversas regiões do país, onde as políticas habitacionais frequentemente favoreciam grupos com maior poder econômico, em detrimento dos mais vulneráveis (Bonduki, 2014; Rolnik, 2019).

Outros aspectos relacionados à questão da habitação serão abordados no Capítulo 3, quando discutiremos o Programa Minha Casa Minha Vida e sua implementação em Dourados e o processo de segregação socioespacial.

CAPÍTULO 3
A PRODUÇÃO HABITACIONAL EM TRÊS LAGOAS E DOURADOS: UM OLHAR A PARTIR DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

"[...] a cidade é riqueza e é pobreza, beleza e feiura, é evolução, transformação e revolução, é unidade é diversidade, é contradição."
(Sposito, 1993, p. 27)

3.1 O Programa Minha Casa Minha Vida

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é uma iniciativa habitacional oriunda do Governo Federal do Brasil e foi criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em março de 2009[18].

O Programa é gerenciado pelo Ministério das Cidades, e oferece subsídios e taxas de juros reduzidas para uma aquisição mais acessível de moradias populares. Desde a sua criação, o programa já entregou cerca de 6 milhões de unidades habitacionais.

Ao longo dos governos sucessores ao de Lula, o programa sofreu várias reformulações e até a troca de sua nomenclatura. Entretanto, desde janeiro de 2023, com o início do novo governo do presidente Lula o programa está se reformulando.[19]

Essa reformulação trouxe uma série de melhorias, como o aprimoramento das especificações dos imóveis, aumento do limite máximo de renda para a Faixa 1, taxas de juros mais baixas e um aumento no subsídio.

De acordo com o Ministério das Cidades (2023) só no primeiro semestre de 2023[20] foram entregues mais de 10 mil unidades habitacionais em 37 empreendimentos e foram retomadas obras de mais de 16 mil unidades em 48 empreendimentos. A previsão para o próximo semestre é a entrega de mais 9 mil unidades e retomar a construção de 21 mil unidades, até 2026 a meta é contratar mais de 2 milhões de novas moradias pelo programa.

De acordo com Amore (2015, p. 15), o PMCMV é uma "marca" sob a qual se organiza uma série de subprogramas, com várias modalidades, fundos e

[18] Regulamentando pela Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009.
[19] Através da Medida Provisória (MP) 1.162/2023 que deu origem a Lei 14.620, de 13 de julho de 2023.
[20] Informações retiradas do site do Ministério das Cidades, disponível em <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/conheca-o-programa-minha-casa-minha-vida>, acesso em 29.09.2023

linhas de financiamento, tipologias habitacionais, agentes operadores, formas de acesso a casa própria entre outros. Concordamos com o autor quando ele diz que:

> O Minha Casa Minha Vida é, na origem, um programa econômico. Foi concebido pelos ministérios de "primeira linha" – Casa Civil e Fazenda – em diálogo com o setor imobiliário e da construção civil, e lançado como Medida Provisória (MP 459) em março de 2009, como uma forma declarada de enfrentamento da chamada crise dos *subprimes* americanos que recentemente tinha provocado a quebra de bancos e impactado a economia e financeirização mundial.

Por meio dessa afirmativa, temos que, o programa habitacional foi criado tendo como primeira intenção movimentar a economia do país por meio da construção civil e todos os demais serviços secundários envolvidos nesse processo, diante de uma crise que se intensificava em escala global, liderada pela crise econômica oriunda dos Estados Unidos.

Por outro lado, além da escala fundamentada na perspectiva econômica, o Programa representou a realização do sonho da casa própria. No entanto, é importante destacar que existem conflitos nas diferentes esferas de sua implementação (Bezerra, 2021, p. 37-38).

Atualmente, o Programa atende famílias com renda mensal bruta de até R$ 8 mil reais em áreas urbanas, e renda anual bruta de até R$ 96 mil reais em áreas rurais. Para poder se qualificar no PMCMV, as famílias devem atender a requisitos de renda, e não devem possuir nenhum imóvel com registros em seu nome.

Quadro 7 – PMCMV. Valores e Faixas de Renda para participar (2023)

Faixas	Áreas Urbanas (Renda Mensal)	Áreas Rurais (Renda Anual)
Faixa 1	Até R$ 2.640,00	Até R$ 31.680,00
Faixa 2	De R$ 2.640,01 a R$ 4.400,00	De R$ 31.680,01 a R$ 52.800,00
Faixa 3	De R$ 4.400,01 a R$ 8.000,00	De R$ 52.800,01 a R$ 96.000,00

Fonte: Ministério das Cidades (2023); **Org:** Bezerra (2023)

Para o beneficiário poder ser enquadrado no programa, o cálculo do valor de renda bruta familiar não considera os benefícios temporários de natureza indenizatória, assistenciais ou previdenciários, como auxílio-doença, auxílio-acidente, seguro-desemprego, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família.

De acordo com o Ministério das Cidades (2023):

> O programa Minha Casa, Minha Vida integra o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo Governo Federal em 11 de agosto de 2023. O programa faz parte do eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes e será responsável por R$ 345,4 bilhões em investimentos, sendo R$ 316,7 bilhões até 2026 e R$ 28,7 bilhões após. Estão contempladas a retomada e conclusão de 182.960 moradias, a contratação de 1 milhão de unidades habitacionais na Faixa 1, 800 mil na Faixa 2 e 200 mil na Faixa 3.

No contexto das modalidades[21] de aquisição de unidades habitacionais por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), diversas opções estão disponíveis, cada uma com características específicas que visam atender às necessidades habitacionais da população brasileira.

A primeira modalidade, **FAR (Faixa 1)**, estabelece que a indicação das famílias deve ser feita pelo ente público local. Este critério de seleção busca garantir que os beneficiários atendam aos requisitos socioeconômicos necessários, assegurando que os recursos sejam direcionados a aqueles que mais necessitam de assistência habitacional.

Em continuidade, temos o programa **Entidades (Faixa 1)**, no qual a indicação das famílias é realizada por uma entidade organizadora privada sem fins lucrativos. Esta abordagem permite que organizações da sociedade civil desempenhem um papel ativo na identificação e no apoio a famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo a inclusão social.

Para o meio rural, o programa **Rural (Faixa 1)** prevê que a indicação das famílias seja feita por entidades organizadoras, que podem ser tanto públicas quanto privadas e sem fins lucrativos. Essa modalidade é crucial para garantir que as famílias rurais tenham acesso a oportunidades habitacionais adequadas, reconhecendo as particularidades e necessidades específicas do contexto rural.

No âmbito do **FNHIS (Faixa 1)**, assim como no FAR, a indicação das famílias é realizada pelo ente público local. Este programa também visa atender às demandas habitacionais de populações de baixa renda, proporcionando um suporte fundamental para a construção de moradias dignas.

[21] Acerca da reestruturação do PMCMV observar a Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023 que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

A modalidade **Pro-Moradia (Faixa 1)** mantém a lógica, com a indicação das famílias sendo feita pelo ente público local. Essa continuidade no processo de seleção reflete a intenção de assegurar que os benefícios habitacionais alcancem aqueles que realmente necessitam.

Ademais, o programa **FGTS Cidades (Faixas 1 e 2)** exige que a família seja indicada pelo ente público que oferece a contrapartida. Além disso, é imprescindível que a análise de crédito seja aprovada por uma instituição financeira, condição necessária para que a família possa assumir um financiamento habitacional. Essa exigência visa assegurar a viabilidade financeira das famílias em relação ao financiamento de suas moradias.

Por fim, o programa **FGTS (Faixas 1, 2 e 3)** permite que as famílias procurem um imóvel de sua preferência, mas, assim como nas modalidades anteriores, é imprescindível que a análise de crédito seja aprovada por uma instituição financeira para que possam assumir o financiamento habitacional. Essa flexibilidade na escolha do imóvel, aliada à exigência de uma análise de crédito, busca atender à diversidade de necessidades habitacionais, ao mesmo tempo em que garante a responsabilidade financeira dos beneficiários.

Assim, o PMCMV apresenta uma estrutura diversificada que visa não apenas facilitar o acesso à moradia, mas também promover a inclusão social e a sustentabilidade das famílias atendidas.

Na reestruturação do PMCMV (2023), as faixas de renda foram ampliadas, tanto para quem será beneficiado com um imóvel sendo subsidiado pelo Governo Federal, quanto para quem for realizar um financiamento.

O valor do imóvel do PMCMV foi ampliado, contemplando valores de acordo com o porte da cidade que receberá o empreendimento e com a Faixa de renda para qual ele for destinado.

Acerca da linha de atendimento subsidiada (Faixa 1), o valor de cada unidade habitacional pode chegar até R$ 170.000,00. Para a linha de atendimento financiada (Faixas 1, 2 e 3), os empreendimentos da Faixa 1 e 2 o valor por unidade habitacional pode chegar até R$ 264.000,00, já na Faixa 3, o valor pode chegar até R$ 350.000,00.

Para o PMCMV Rural as novas moradias podem chegar ao valor máximo por unidade de R$ 75.000,00, já para a melhoria de uma moradia, o valor é de até R$ 40.000,00.

As taxas de juros dos financiamentos de imóveis foram reduzidas para a Faixa 1. Para as famílias cotistas com renda de até R$ 2 mil reais mensais a taxa passou de 4,25% para 4%, para quem vive nas Regiões Norte e Nordeste. Para quem vive nas demais Regiões do país, a taxa passou de 4,50% para 4,25%.

Os juros das Faixas 2 e 3 do PMCMV são os mais baixos do mercado, tendo como limite máximo de 8,16% ao ano, na Habitação Popular.

As taxas divididas por renda podem ser observadas no quadro abaixo.

Quadro 8 – PMCMV. Taxas de Juros. Divididos por faixas (2023)

Faixas	**Intervalos de Renda**	**Taxas de Juros (% ao ano)**			
		Cotistas		**Não Cotistas**	
		Norte e Nordeste	Sul, Sudeste, e Centro-Oeste	Norte e Nordeste	Sul, Sudeste e Centro-Oeste
Faixa 1	Até R$ 2.000,00	4,00%	4,25%	4,50%	4,75%
	De R$ 2.000,01 a R$ 2.640,00	4,25%	4,50%	4,75%	5,00%
Faixa 2	De R$ 2.640,01 a R$ 3.200,00	4,75%	5,00%	5,25%	5,50%
	De R$ 3.200,01 a R$ 3.800,00	5,50%		6,00%	
	De R$ 3.800,01 a R$ 4.400,00	6,50%		7,00%	
Faixa 3	De R$ 4.400,01 a R$ 8.000,00	7,66%		8,16%	

Fonte: Ministério das Cidades (2023); **Org:** Bezerra (2023)

Além da melhoria de taxas de juros do mercado, o novo PMCMV passou a oferecer um maior desconto no valor da entrada para aquisição dos imóveis.

Antes, esse desconto[22] era de R$ 47,5 mil destinados ao Faixa 1, agora, o subsídio poderá chegar até R$ 55 mil reais.

O Programa Minha Casa Minha Vida, instituído pela Lei nº 12.058 de 2009, passou por mudanças significativas com a promulgação da Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023.

Originalmente, o programa visava facilitar o acesso à habitação para famílias de baixa renda, oferecendo subsídios e financiamentos com condições facilitadas (Garcia, 2015). A primeira versão do programa enfocava a construção de moradias para segmentos específicos da população, com destaque para as famílias com renda mensal de até três salários-mínimos.

Com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.620, o Programa passou a adotar uma abordagem mais inclusiva e abrangente. As principais mudanças incluem a ampliação das faixas de renda atendidas e a incorporação de novos mecanismos de financiamento e apoio à construção.

Além disso, a nova lei estabelece maior flexibilidade na escolha dos empreendimentos e nas condições de contratação, visando atender a uma gama mais ampla de necessidades habitacionais e melhorar a eficiência da gestão dos recursos (Silva, 2023).

De acordo com Santos (2023), essas alterações visam não apenas ampliar o acesso à moradia, mas também otimizar a integração do programa com outras políticas públicas, promovendo uma abordagem mais coesa para a resolução das questões habitacionais no Brasil.

A mudança nas diretrizes reflete uma tentativa de resposta às críticas e desafios enfrentados pela versão anterior do programa, que incluíam limitações na inclusão de diferentes perfis de beneficiários e dificuldades na implementação eficiente dos projetos habitacionais (Costa, 2022).

Com essa nova reestruturação do PMCMV, que permitiu a aquisição de imóveis novos ou usados possibilita a inserção de muitos domicílios vagos, que segundo o IBGE (2023) é cerca de 11 milhões de domicílios.[23]

---

[22] Esse limite não era revisto desde 2017 e permitirá reduzir a entrada exigida na compra financiada do imóvel.

[23] Os domicílios particulares permanentes vagos aumentaram 87%, chegando a 11,4 milhões.

Acerca do subsídio do Governo Federal, as famílias enquadradas no Faixa 1 em áreas urbanas pagarão prestações mensais proporcionais à sua renda, com um valor mínimo de R$ 80,00 ao longo de um período de 5 anos.

Em 28 de Setembro de 2023, o Ministério das Cidades, publicou uma portaria[24] que isenta os beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BCP) de pagarem prestações de imóveis comprados via PMCMV.

Essa medida vale para contratos nas modalidades subsidiadas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

A portaria do governo também reduz a quantidade de prestações para a quitação do contrato, que antes era de 120 para 60 meses, nas unidades contratadas pelo Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU).

Ainda na portaria, foi estipulado a redução de 4% para 1% da parcela paga pelos beneficiários nos contratos do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Além disso, foi fixado um novo valor que cada família beneficiada pode pagar nas prestações dos imóveis adquiridos via PMCMV nas modalidades subsidiadas com recursos do FAR, do FDS e do PNHR.

Para famílias com renda bruta de até R$ 1.320,00 a prestação mensal deve ser de 10% da renda familiar e a parcela mínima é de R$ 80,00. Para as famílias com renda bruta mensal de R$ 1.320,01 a R$ 4.400,00 a prestação mensal deve ser de 15% da renda familiar, subtraindo R$ 66,00 do valor.

Ainda sobre as novidades do novo PMCMV, temos o aumento da área mínima das unidades: 40 m² para casas e 41,50 m² para apartamentos. Criação de varandas para oferecer um espaço adicional aos moradores beneficiados. Os empreendimentos deverão ter uma área adicional com sala para biblioteca e equipamentos de esporte e lazer.

Agora o terreno onde será implementado os empreendimentos deverá estar inserido na malha urbana, com proximidade a infraestrutura urbana já

[24] Publicada no Diário Oficial da União, a Portaria MCID nº 1.248, que incorpora uma série de novidades do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), previstas nas leis nº 11.977, de 2009, e 14.620, de 2023.

consolidada, devendo ter acesso aos equipamentos públicos de educação, saúde e assistência social. Os terrenos mais bem qualificados podem receber um valor adicional em sua aquisição, incentivando assim a qualidade e a adequação das localizações desses empreendimentos (Ministério das Cidades, 2023).

O PMCMV desde a sua criação produz algumas contradições, onde por um lado há disputas com os órgãos responsáveis por gerir o Programa para decidir quem irá comandar certas instâncias, como por exemplo, as Prefeituras Municipais e o Governo do Estado. Quando esses dois seguimentos não entram em acordo o comprometimento e andamento do Programa acaba sendo prejudicado (Bezerra, 2021).

Outra questão observada no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) refere-se à verticalização de alguns conjuntos habitacionais, que adotam um modelo condominial de organização.

Nesse formato, são cobradas taxas para a manutenção das áreas comuns dos prédios. Esse modelo, predominantemente, não correspondia aos hábitos de moradia dos residentes anteriores, especialmente em cidades não metropolitanas, que constituem o foco de nossa pesquisa.

Concordamos com Pequeno (2015, p. 155) quando nos diz que:

> Todavia, a adoção deste tipo habitacional implantado em condomínios fechados multifamiliares com até dois pavimentos trouxe alguns problemas para os moradores da Faixa 1, pois implica gastos extras com manutenção de áreas comuns, iluminação e pagamentos de funcionários, afetando famílias que se encontram sem renda ou com rendimento mensal muito baixo.

Um dos maiores objetivos do PMCMV é de fornecer moradias para quem não tem acesso, sendo assim, as famílias que pretendem ser beneficiadas precisam comprovar sua renda, e após serem contempladas começam a ter taxas de condomínios, que em muitos casos ultrapassam a possibilidade do pagamento mensal.

Conforme Aranha-Silva (2010, p. 406), as políticas públicas de urbanização, elaboradas e implementadas pelo Estado por meio de Programas Habitacionais, ajudam a reduzir as distorções no processo de urbanização das cidades. Isso se deve ao fato de que as desigualdades sociais presentes têm raízes na própria formação social e decorrem das relações estabelecidas entre

os moradores, englobando não apenas os seus espaços de moradia, mas também as relações de trabalho e sociais (Bezerra, 2021).

Rolnik (2010, p. 12) argumenta que a habitação popular é desenvolvida com o objetivo de reduzir custos e permitir o acesso à casa própria, sendo essa ação promovida pelo poder público. Contudo, esse processo foi frequentemente consolidado fora dos centros urbanos, em "terrenos desprovidos de infraestrutura, equipamentos públicos, serviços essenciais e oportunidades de emprego", caracterizando, portanto, a chamada "não-cidade".

As questões acerca do PMCMV e suas contradições[25] tem gerado desdobramentos que, de certa forma, não se restringem a um empreendimento isolado, podendo, na maioria das vezes, gerar o processo de segregação em todas as suas nuances e problemáticas, que abordaremos a seguir.

As políticas habitacionais oriundas do Programa Minha Casa Minha Vida especificas de Dourados se dão a partir de 2011[26] com as 447 unidades habitacionais que foram entregues no Jardim Novo Horizonte – Residencial Altos do Alvorada I e II.

Segundo Calixto (2021), a partir da implantação desses empreendimentos, desencadeou-se então um processo de construção desse tipo de unidades habitacionais – destinados principalmente a população pertencente a Faixa 1 do programa em áreas na periferia Sul e Sudeste de Dourados.

Além disso, alguns desses conjuntos estavam distantes do centro principal de Dourados, localizando-se às margens da rodovia MS-156 (acesso ao Distrito Industrial de Dourados) e da BR-163 (que tem grande fluxo de veículos nessa região).

Concordamos com a autora ao afirmar que:

> Nesse sentido, a distância se complexifica devido às condições de acessibilidade, visto que, para se chegar ao centro principal, ou a outros pontos da cidade, é necessário cruzar a BR-163, na maioria das vezes, a pé ou de bicicleta. Esse é o caso dos empreendimentos implantados próximos ao loteamento privado, denominado Jardim Guaicurus, como o conjunto Harrison de Figueiredo I, II e III (722

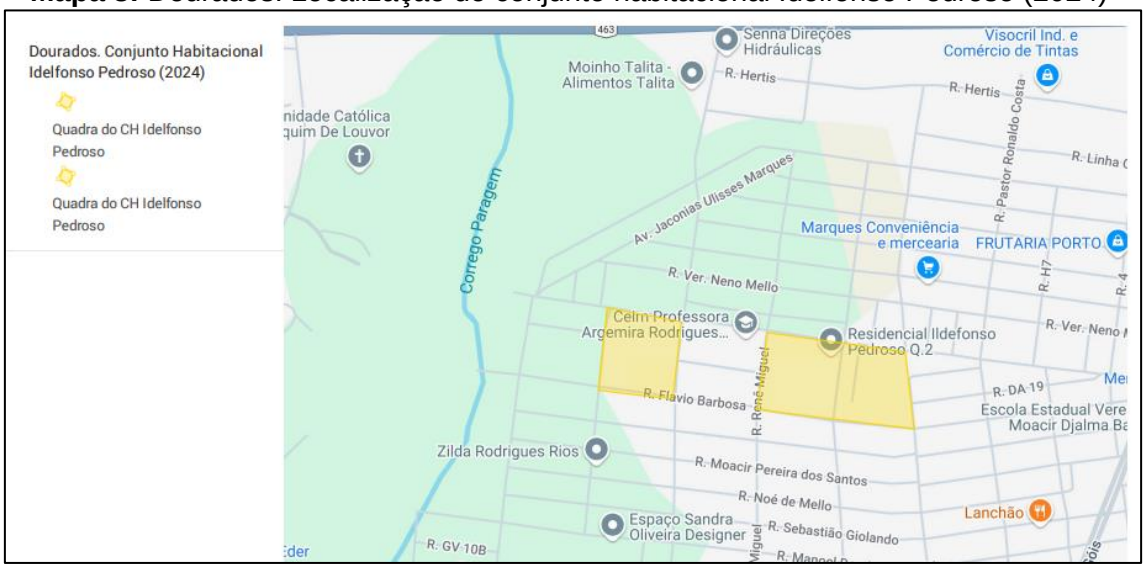
[25] Acerca dessas contradições, ver o artigo: ALMEIDA, Rubenita Martins de; BEZERRA, Victor Gabriel Domingues. As contradições no fornecimento de moradias do programa de habitação social em Três Lagoas/MS. **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB**, v. 1, p. 375-393, 2019.

[26] No ano de 2011, o Governo Federal lançou a Segunda Fase do PMCMV, via Lei nº 12.424 de 16 de junho de 2011.

> unidades habitacionais), Idelfonso Pedroso (512 unidades habitacionais, verticais) e Dioclécio Artuzi I, II, III (915 unidades habitacionais), todos da Faixa 1 do PMCMV (Calixto, 2021, p. 45)

As obras do Conjunto Habitacional Idelfonso Pedroso (Mapa 8) foram iniciadas em abril de 2015 [27], e o sorteio das famílias beneficiadas ocorreu em 2016, o empreendimento possui 512 unidades de apartamentos nas proximidades do Conjunto Habitacional Dioclécio Artuzi, na porção Sul de Dourados.

Mapa 8: Dourados. Localização do conjunto habitacional Idelfonso Pedroso (2024)



Fonte: Google Maps; **Org**: Bezerra (2024)

A entrega das chaves para as famílias beneficiadas ocorreu em 23 de abril de 2018. O empreendimento teve investimentos superiores a R$ 32,2 milhões da União, do Estado e do Município, integrando o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na condição FAR – Fundo de Arrendamento Residencial.

Cada apartamento desse Conjunto Habitacional possui cerca de 42m² de área construída, com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e circulação. O residencial possui 64 blocos e tem, atualmente, acesso a posto de saúde e Centro de Educação Infantil próximos.

Além dos investimentos[28] diretamente na construção dos apartamentos, também foi investido pelo Governo Estadual cerca de R$ 351 mil para a ligação

[27] Dados obtidos em: < https://portal.dourados.ms.gov.br/index.php/delia-entrega-512-unidades-do-residencial-ildefonso-nesta-segunda-feira-em-dourados/> acesso em 24 de jan de 2024.
[28] Dados obtidos em: < https://www.seilog.ms.gov.br/governador-garante-entrega-de-28-mil-casas-em-dourados-ate-dezembro/> acesso em 24 de jan de 2024.

das moradias à rede de esgoto e uma construção de uma estação elevatória além de R$ 228 mil que foram gastos em obras de drenagem.

Para serem beneficiados com uma unidade habitacional do Conjunto Idelfonso Pedroso, puderam participar famílias seguindo os critérios nacionais, que são: a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, comprovado por declaração do Ente Público; b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por autodeclaração; c) famílias de que façam parte pessoa(s) com deficiência, comprovado com a apresentação de laudo médico.

Já os critérios locais[29] (Dourados – MS) para participar, são: a) famílias com filhos em idade inferior a 18 (dezoito) anos, comprovado por documentação de filiação; b) famílias inscritas no cadastro habitacional há mais de 02 anos, desde que posterior a julho de 2009, independente das datas de atualização, comprovado por protocolo ou similar; c) famílias beneficiadas por Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada (BPC) no âmbito da Política de Assistência Social, comprovada por declaração do ente público.

No caso do município de Três Lagoas, a consolidação das políticas habitacionais oriundas do PMCMV se deu através da entrega do Conjunto Habitacional Novo Oeste.

Segundo Bezerra (2021), a assinatura da autorização das obras do Conjunto Habitacional Novo Oeste ocorreu no dia 13 de dezembro de 2011, no local onde seria construído esse empreendimento habitacional juntamente com as autoridades presentes. Posteriormente, a sua entrega ocorreu no final do ano de 2013.

Esse empreendimento habitacional se localiza em uma área que corresponde a cerca de 233 mil metros quadrados e teve investimentos superiores a R$ 60 milhões de reais e beneficiou cerca de 5 mil pessoas. Sua execução partiu de uma parceria entre Município com o Governo da União, através da Caixa Econômica Federal, com o governo do Estado.

---

[29] Informações coletadas do Jornal O Progresso, disponível em: <https://www.progresso.com.br/noticias/sera-hoje-sorteio-das-moradias-do-idelfonso/174520/> acesso em 29 de jan de 2024.

O Conjunto Habitacional Novo Oeste foi pioneiro no que tange as políticas do PMCMV em Três Lagoas, possui 1.224 apartamentos divididos em 8 blocos como segue no quadro abaixo:

Quadro 9 – Três Lagoas. Quantidade de apartamentos no Conjunto Habitacional Novo Oeste (2019)

Blocos	Quantidade
Andorinha	160
Arara	160
Bem-te-vi	160
Ema	160
Pardal	160
Pavão	104
Tucano	160
Tuiuiú	160

Fonte: Prefeitura de Três Lagoas (2019)
Org: Bezerra (2021)

Nas imediações do Conjunto Habitacional Novo Oeste, foi entregue em 7 de março de 2016 o Conjunto Habitacional Orestinho – também oriundo do PMCMV, possuindo 1.432 unidades habitacionais, divididos em 3 blocos conforme o quadro abaixo:

Quadro 10 - Três Lagoas. Quantidade de apartamentos no Conjunto Habitacional Orestinho (2019)

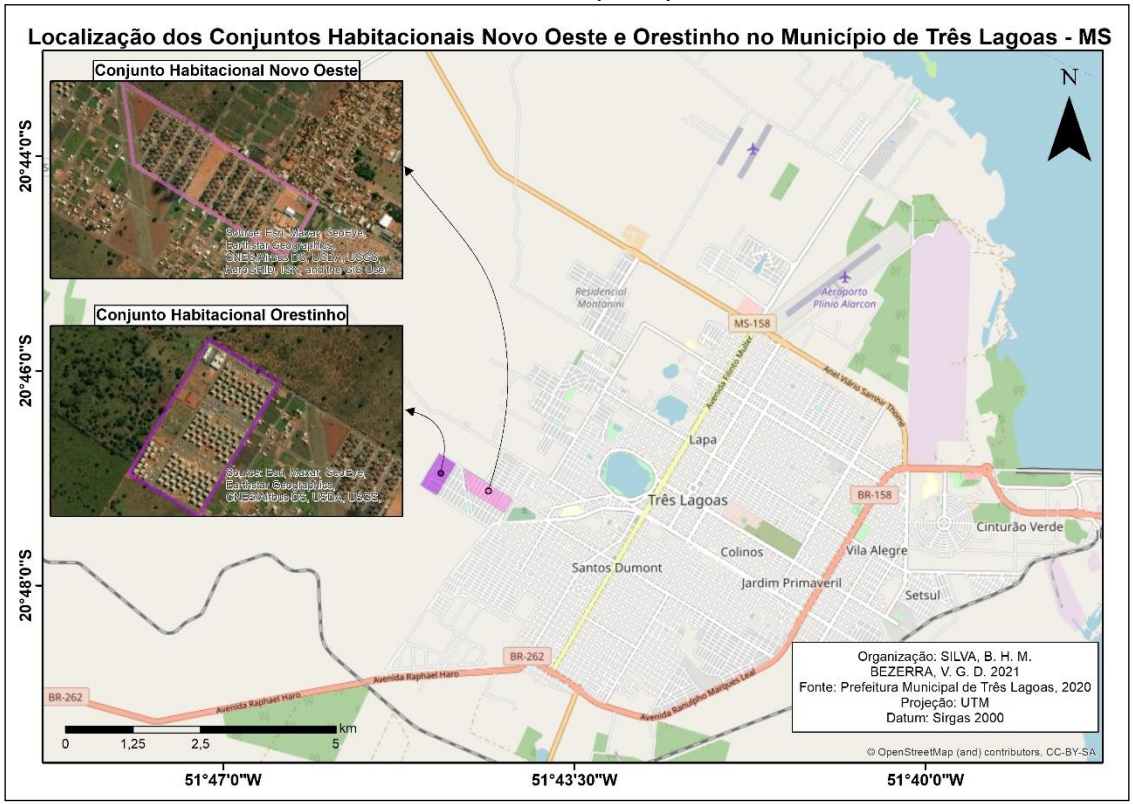
Blocos	Quantidade
Orestinho I	432
Orestinho II	432
Orestinho III	568

Fonte: Prefeitura de Três Lagoas (2019)
Org: Bezerra (2021)

O Conjunto Habitacional Orestinho, como dito anteriormente, faz parte do pacote de obras implementados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, e sua idealização surgiu de parcerias entre as esferas Federais, Estaduais e Municipal.

A localização desses Conjuntos Habitacionais em Três Lagoas pode ser observada no Mapa 3.

Mapa 9: Três Lagoas. Localização dos Conjuntos Habitacionais Novo Oeste e Orestinho (2021)



Fonte: Prefeitura Municipal de Três Lagoas (2020); **Org**: Silva, Bezerra (2021)

Sob a perspectiva da localização, ambos os empreendimentos se situam a cerca de 5 km do centro comercial da cidade de Três Lagoas. No entanto, quando comparada à distância em relação ao Distrito Industrial, essa distância aumenta para aproximadamente 14 km.

Os padrões de segregação observados em Dourados não são exclusivos da cidade, mas refletem uma dinâmica mais ampla observada em diversas cidades do interior do Brasil.

Estudos como os de Maricato (2013) e Corrêa (2011) destacam que a própria estrutura fundiária e o planejamento urbano inadequado promovem a marginalização de grupos sociais mais vulneráveis, consolidando a segregação espacial.

Nesse sentido, os empreendimentos habitacionais do PMCMV, ao invés de promoverem uma inclusão espacial efetiva, muitas vezes reforçam a segregação, uma vez que a oferta habitacional se dá em áreas menos valorizadas e periféricas, longe dos centros dinâmicos das cidades.

A realidade de Dourados, com a concentração de conjuntos habitacionais na periferia sul e sudeste, corrobora essa lógica, criando barreiras físicas e simbólicas para a integração dos moradores ao restante da cidade.

Essa segregação, entretanto, não se dá apenas pela distância geográfica, mas também pela falta de infraestrutura e pela ausência de serviços essenciais nas proximidades, o que dificulta ainda mais a integração dos moradores ao cotidiano urbano.

CAPÍTULO 4
O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

> *"Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras".*
> *(Calvino, 1990, p. 11)*

Como vimos anteriormente, o processo de segregação socioespacial tende a se intensificar com a criação e (re)produção de programas sociais de habitação.

Contudo, é importante reconhecer a relação contraditória que se estabelece: enquanto a construção de moradias populares distantes da malha urbana consolidada tende a criar ou reforçar a segregação socioespacial nas cidades, os indivíduos que anteriormente não tinham moradia adequada ou viviam em condições precárias, muitas vezes, em casas cedidas, passam a ter a casa própria (Bezerra, 2021).

Portanto, nossa abordagem não se restringe a uma crítica pela crítica, mas busca compreender como esse processo é experienciado na cidade.

Assim, a questão habitacional nos permite compreender a produção do espaço nas cidades. Essa segregação não se restringe apenas ao aspecto espacial, mas também se manifesta no âmbito social, como, por exemplo, através da renda, do tipo de ocupação e do nível educacional. Nesse sentido, trabalhamos com a ideia de socioespacial.

Antes de adentrarmos na conceituação de segregação socioespacial, apresenta-se a seguir o Quadro 10, o qual compila, em ordem cronológica, os principais autores que exploram essa temática, acompanhado de uma síntese de suas contribuições para os estudos urbanos.

Quadro 11: Quadro síntese sobre o conceito de Segregação Socioespacial

AUTOR	ANO	CONTRIBUIÇÃO	REFERÊNCIA
J. G. Kohl	1841	Em seus estudos iniciais sobre as cidades, Kohl identificou a relação entre classes sociais e o uso do solo urbano, observando a distribuição desigual nos espaços urbanos.	KOHL, Johann Georg. *Die beiden ältesten General-Karten von America*. Stuttgart: J. Scheible, 1841.
Robert Park	1925	Juntamente com Burgess e Mackenzie, fundou a chamada "Escola de Chicago", abordando a segregação espacial como um reflexo das interações sociais e econômicas no espaço urbano.	PARK, Robert Ezra; BURGESS, Ernest W.; MCKENZIE, Roderick D. *The city*. Chicago: University of Chicago Press, 1925.
Ernest Burgess	1925	Desenvolveu o modelo zonal concêntrico de crescimento urbano, explicando a segregação por zonas com base em funções sociais e econômicas específicas.	BURGESS, Ernest W. *The city*. Chicago: University of Chicago Press, 1925.
Roderick Mackenzie	1925	Contribuiu para a "Escola de Chicago" com o conceito de ecologia humana, observando como as áreas urbanas refletem uma organização natural e competitiva.	MACKENZIE, Roderick D. *The city*. Chicago: University of Chicago Press, 1925.
Louis Wirth	1928	Introduziu o conceito de segregação residencial urbana, relacionando-o com processos econômicos e sociais em cidades industriais.	WIRTH, Louis. *The ghetto*. Chicago: University of Chicago Press, 1928.
Robert Dickinson	1947	Analisou o desenvolvimento das cidades e propôs a segregação como um processo que reflete a organização econômica e social dos centros urbanos.	DICKINSON, Robert E. *City region and regionalism*. London: Routledge, 1947.
Herbert Gans	1962	Abordou a segregação como parte das dinâmicas urbanas, destacando a influência da estrutura social e cultural na formação dos bairros das grandes cidades.	GANS, Herbert J. *The urban villagers: group and class in the life of Italian-Americans*. New York: Free Press, 1962.
Manuel Castells	1972	Enfatizou a segregação como resultado da estrutura de classes, analisando as condições de habitação e desigualdades nas metrópoles.	CASTELLS, Manuel. *La cuestión urbana*. 2. ed. Madrid: Siglo XXI, 1972.
Peter Marcuse	1985	Discutiu a segregação urbana e os “enclaves” residenciais, ressaltando as	MARCUSE, Peter. Ghettoization, gated

		segregações voluntárias e involuntárias nas cidades e as políticas públicas.	communities, and private communities. *American Behavioral Scientist*, 1985.
David Harvey	1989	Apontou a segregação como consequência do capitalismo urbano, destacando a relação entre desigualdades econômicas e segregação no espaço urbano.	HARVEY, David. *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Oxford: Blackwell, 1989.
Milton Santos	1993	No Brasil, associou a segregação ao processo de urbanização dependente, observando as desigualdades econômicas e a concentração de pobres em áreas periféricas.	SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
Flávio Villaça	2001	Propôs que a segregação socioespacial está relacionada ao modelo de cidade brasileira, com a produção do espaço urbano separando as classes sociais.	VILLAÇA, Flávio. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.
Henri Acselrad	2006	Estudou as relações entre ambiente e desigualdade urbana, relacionando segregação e a formação de territórios ambientalmente desiguais nas cidades.	ACSELRAD, Henri. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
Adelaide de Moraes	2007	Investigou a segregação a partir de uma perspectiva histórica e política, observando a importância do Estado na formação de espaços segregados.	MORAES, Adelaide. *A segregação na cidade*. São Paulo: Contexto, 2007.
Rosalina T. Sposito	2008	Contribuiu com uma análise sobre a segregação e as práticas socioespaciais, explorando como o cotidiano reforça a segregação em cidades médias brasileiras.	SPOSITO, Rosalina T. *Segregação urbana e práticas socioespaciais*. São Paulo: UNESP, 2008.
Paola Jirón	2010	Investigou a segregação e acessibilidade urbana, trazendo uma visão crítica sobre a exclusão no espaço urbano.	JIRÓN, Paola. *Movilidad diaria y accesibilidad: un estudio en Santiago de Chile*. Santiago: Pontifícia Universidad Católica, 2010.
Maria Encarnação Beltrão Sposito	2011	Abordou a relação entre segregação e cidades médias brasileiras, analisando o papel do Estado e dos interesses econômicos na organização socioespacial.	SPOSITO, Maria E. B. *Cidades médias e segregação socioespacial*. São Paulo: Contexto, 2011.
Raquel Rolnik	2015	Destacou o papel das políticas habitacionais na segregação urbana,	ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra*

		criticando os programas de habitação popular como o Minha Casa Minha Vida.	*e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
Ana Fani Alessandri Carlos	2015	Desenvolveu o conceito de fragmentação e segregação urbana, relacionando-o à produção e consumo dos espaços e o impacto nas dinâmicas de exclusão social.	CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 2015.
Nabil Bonduki	2018	Explorou a relação entre política urbana e segregação, especialmente em projetos habitacionais populares, e como o planejamento urbano pode contribuir para a segregação.	BONDUKI, Nabil. *Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana e a segregação espacial*. São Paulo: Editora 34, 2018.

Org: Bezerra (2024)

O quadro acima auxilia na compreensão do desenvolvimento do conceito de segregação socioespacial, desde as abordagens iniciais, da Escola de Chicago, até as contribuições de autores brasileiros.

Embora a Escola de Chicago tenha desempenhado um papel pioneiro, ao introduzir o conceito de segregação no campo das ciências sociais, sua abordagem apresenta limitações significativas quando analisada à luz de contextos contemporâneos e realidades periféricas, como as das cidades brasileiras.

As análises de Robert Park e Ernest Burgess, por exemplo, ao priorizarem modelos ecológicos, como a teoria das zonas concêntricas, reduzem a segregação a um processo naturalizado, desconsiderando as dinâmicas de poder, desigualdade e conflito social que produz a segregação em contextos capitalistas dependentes.

Autores como Santos (1996) e Marcuse (1997) oferecem críticas importantes a essas premissas. Para Santos, a segregação deve ser compreendida como parte de um processo histórico-social ligado à lógica do capitalismo periférico, no qual o espaço é apropriado e fragmentado em benefício das elites econômicas. Já Marcuse destaca que a segregação não é apenas um fenômeno funcional ou ecológico, mas um reflexo das estruturas de dominação e exclusão, amplificando desigualdades preexistentes.

No contexto brasileiro, Villaça (2001) acrescenta que o urbanismo segregador transcende a ideia de uma evolução espontânea da cidade e está

diretamente relacionado às práticas de planejamento urbano que privilegiam certos grupos em detrimento de outros.

Assim, enquanto a Escola de Chicago descreve a segregação como um processo essencialmente espontâneo e funcional, a crítica contemporânea expõe seu caráter estrutural, intencional e perpetuador de desigualdades, especialmente em sociedades marcadas pela colonialidade, como a brasileira.

Portanto, embora a Escola de Chicago tenha contribuído para a base conceitual do estudo da segregação, sua perspectiva limitada exige complementação e crítica para abarcar as especificidades de realidades como as do Brasil, onde raça, classe e história colonial desempenham papéis centrais na produção do espaço.

A análise cronológica (Quadro 10) destaca as distintas abordagens teóricas e metodológicas ao longo das décadas, mostrando como o conceito evoluiu conforme mudanças sociais, econômicas e políticas moldaram as cidades.

Autores como Park, Burgess e Mackenzie, pioneiros no estudo das dinâmicas urbanas, estabeleceram as bases da segregação enquanto resultado de interações sociais e econômicas no espaço urbano.

Esse legado foi transformado por contribuições contemporâneas, como as de Villaça e Rolnik, que aplicam o conceito à realidade brasileira, revelando um cenário de segregação acentuada por desigualdades estruturais, políticas habitacionais e pela ação do Estado.

Esses fundamentos teóricos são essenciais para a análise crítica dos fatores e mecanismos que produzem a segregação socioespacial, proporcionando uma base sólida para a compreensão dos desafios atuais.

Adiante, serão discutidos os aspectos que reforçam a segregação nas cidades brasileiras, com destaque para o impacto das políticas habitacionais, as dinâmicas de mercado e as intervenções estatais.

Essa análise se estende para além das teorias, incluindo estudos de caso e abordagens qualitativas que ilustram a experiência cotidiana de segregação nos espaços urbanos do Brasil, sobretudo em Três Lagoas e Dourados (recorte espacial dessa pesquisa), onde as particularidades locais intensificam a divisão socioespacial.

Assim, a análise do conceito de segregação urbana é enriquecida pela perspectiva da Escola de Chicago, que associava tal conceito ao uso residencial do espaço, resultando em uma competição entre os habitantes da cidade e culminando na formação de áreas homogêneas sob os aspectos socioeconômico e cultural (Park, 1916).

Como apontado, essa linha de raciocínio foi inaugurada por Robert Park e posteriormente desenvolvida por Ernest Burgess e Roderick Mackenzie, que se alinharam à abordagem da Ecologia Urbana. Conforme Vasconcelos (2004), Robert Dickinson foi um dos primeiros a abordar o conceito de segregação, relacionando-o com os conceitos de invasão e sucessão em sua obra de 1947. Inicialmente, as tentativas de explicação da segregação se basearam em teorias e dinâmicas oriundas das Ciências Naturais, aplicadas à leitura do espaço urbano.

A perspectiva da Escola de Ecologia Humana, conforme afirmado por Corrêa (2013, p. 40), vinculava a segregação residencial à etnicidade, desconsiderando as classes sociais nas proposições teóricas que surgiram dessa escola.

Corrêa (2013, p. 53) destaca que as áreas naturais foram fundamentais para a sistematização das pesquisas sobre a segregação residencial, contribuindo para o avanço da compreensão do espaço social na cidade.

A partir de uma crítica interna à Escola de Chicago, emergiu o conceito de áreas sociais, que buscou estabelecer novas bases teóricas para a compreensão da segregação.

Marcuse (2004) propõe um padrão geral de segregação das classes sociais, que se divide em três categorias: a) a Divisão Cultural, que se fundamenta na língua, religião, características étnicas e estilo arquitetônico, delineando divisões por país ou nacionalidade; b) a Divisão Funcional, que emerge da lógica econômica, evidenciando a separação entre bairros residenciais e comerciais, além de áreas rurais e industriais; e c) a Divisão por Status Hierárquico, que reflete e reproduz as relações de poder na cidade, manifestando-se em condomínios fechados ou na distribuição desigual de bens e serviços públicos.

As reflexões de Corrêa (1999) mencionam que o primeiro modelo de segregação foi formulado por J. G. Kohl em 1841, caracterizando a cidade em

anéis concêntricos, com a classe alta ocupando o centro enquanto os mais pobres residiam na periferia.

Contudo, na década de 1920, E. W. Burgess apresentou um modelo inverso, sugerindo que as camadas mais abastadas migraram para as periferias em busca de qualidade de vida e segurança, enquanto as camadas mais pobres se dirigiram ao centro da cidade para minimizar as distâncias entre residência e trabalho.

Dentro desse arcabouço teórico, identificaram-se dois tipos de segregação: a voluntária, em que o indivíduo opta por residir em determinado local, e a involuntária, que ocorre quando forças externas impõem a residência em determinados espaços.

Park (1916) definiu a segregação como a repartição das populações nas cidades, um processo que, inicialmente, baseava-se em língua e cultura, para, posteriormente, incorporar a raça como fator determinante.

Villaça (2001, p. 142) complementa essa definição ao afirmar que a segregação é um processo pelo qual "diferentes classes ou camadas sociais" tendem a se concentrar em regiões distintas dentro das metrópoles.

Em consonância com Villaça (2007), defendemos que a segregação nas cidades brasileiras é involuntária; para ele, não existem dois processos distintos, mas apenas um, onde um segmento "vitorioso" resulta em um outro que "perde", refletindo uma dialética intrínseca entre as segregações.

A abordagem de Sposito (2013, p. 65) caracteriza a segregação socioespacial como um processo de separação que envolve a dimensão espacial, resultando em um rompimento relativo entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, o que dificulta as relações e articulações na vida urbana.

Em análise mais recente, Sposito (2023) enfatiza a necessidade de uma perspectiva multidimensional sobre a segregação, contemplando aspectos como a caracterização da segregação como um fenômeno processual e a indissociabilidade entre situações objetivas e subjetivas que se manifestam nas relações sociais. Ela também observa que existem formas de diferenciação que não necessariamente se correlacionam com as formas de segregação.

As autoras Sposito e Góes (2013, p. 281) argumentam que "há inúmeras formas de diferenciação que não representam, efetivamente, a segregação",

utilizando o termo "segregação socioespacial" para evidenciar a interconexão entre as dimensões espacial e temporal na compreensão das desigualdades urbanas.

Carlos (2013) destaca que a aplicação do conceito de segregação socioespacial se torna pertinente quando as formas de diferenciação resultam na separação e isolamento de segmentos da sociedade, ocasionando uma descontinuidade da malha urbana que compromete as relações com outros locais da cidade.

Para a autora, a superação da segregação socioespacial só será possível por meio da construção do direito à cidade como um projeto que abarque toda a sociedade.

Por fim, a discussão teórica acerca da segregação socioespacial, embora fundamentada nas contribuições da Escola de Chicago e de outras tradições, deve englobar também perspectivas contemporâneas que ampliem a compreensão para além das dimensões físicas e econômicas.

Nesse contexto, é crucial considerar a análise das políticas públicas e do planejamento urbano, que, muitas vezes, não apenas desencadeiam, mas também reforçam a segregação socioespacial.

Harvey (2008) salienta que a produção do espaço urbano é fortemente influenciada por interesses de classe e pela lógica capitalista, perpetuando a exclusão de grupos menos favorecidos por meio da especulação imobiliária e da gentrificação.

Outro aspecto fundamental para a compreensão da segregação diz respeito à relação entre mobilidade urbana e acesso a serviços.

Soja (2010) introduz o conceito de "justiça espacial", que postula que a segregação socioespacial não se limita à divisão física entre bairros ou áreas da cidade, mas envolve também o acesso desigual a oportunidades, serviços e infraestruturas urbanas.

Assim, a segregação cria barreiras não apenas no espaço geográfico, mas também nas possibilidades de ascensão social e no acesso à cidadania plena. Por fim, é imperativo reconhecer as dinâmicas globais que impactam a segregação socioespacial.

Em um contexto de urbanização acelerada e globalização, as cidades tornam-se palcos de processos de segregação cada vez mais complexos, onde

as desigualdades locais são amplificadas por dinâmicas globais, como a migração internacional e as mudanças climáticas.

Sob a ótica da análise crítica da segregação socioespacial, este estudo se propõe a investigar as experiências vividas por aqueles que enfrentam diretamente a separação imposta, com um foco particular nos moradores dos Conjuntos Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Em Dourados, os empreendimentos destinados a segmentos de menor poder aquisitivo estão predominantemente situados nas áreas Sul e Sudeste, enquanto os segmentos de maior poder aquisitivo se concentram, de maneira significativa, na porção Norte.

Em Três Lagoas, os empreendimentos da Faixa 1 são majoritariamente alocados na região Oeste, contrastando com os loteamentos de padrão mais elevado, que se concentram nas porções Norte e Sul da cidade.

A manifestação da autossegregação[30] revela-se com particular evidência em Três Lagoas e Dourados por meio da presença de condomínios fechados de médio e alto padrão.

Nesses contextos, os segmentos de maior poder aquisitivo da população optam por residir em localidades afastadas dos centros comerciais, mas em proximidade econômica com indivíduos que compartilham características socioeconômicas similares.

A segregação socioespacial, portanto, se evidencia na consolidação das periferias urbanas, o que se agrava pela implantação dos Conjuntos Habitacionais do PMCMV em áreas descontinuadas da malha urbana já consolidada.

Essa estratégia urbanística não apenas propicia o aprofundamento da segregação, mas também isola os novos conjuntos habitacionais das áreas centrais, solidificando a divisão entre distintos segmentos populacionais (Sposito; Góes, 2013; Santos, 2020).

[30] A autossegregação é resultado de uma decisão voluntária de reunir grupos socialmente homogêneos, cujo melhor exemplo é o dos loteamentos e condomínios fechados, com suas entradas restritas, muros e sistemas de segurança. É uma forma radical de agrupamento residencial defensivo que procura juntar os semelhantes e excluir os diferentes e impedir o acesso dos indesejáveis (Vasconcelos, 2013, p. 27).

A separação espacial resultante dessas políticas habitacionais, conforme argumenta Corrêa (2015), intensifica as desigualdades sociais ao criar zonas de exclusão, limitando a integração dos moradores ao tecido urbano mais amplo.

Concordamos com Moreira Júnior (2010) quando ele nos alerta que são os agentes sociais que desempenham um papel crucial na produção do espaço urbano, segregando e excluindo a população de acordo com lógicas estabelecidas.

As dinâmicas de segregação socioespacial têm implicações nas possibilidades de exercício da cidadania, refletindo-se nas desigualdades no acesso a políticas públicas, em virtude da localização espacial, da renda monetária e das condições de bem-estar social (Bezerra, 2021).

Desse modo, a segregação socioespacial emergiu como uma característica intrínseca ao espaço urbano, especialmente em decorrência da consolidação de investimentos estatais em áreas específicas.

Esses investimentos, longe de promoverem um desenvolvimento urbano equitativo, reforçam e legitimam processos de segregação ao direcionar recursos e infraestrutura para determinadas regiões, acentuando as divisões existentes no espaço urbano.

Conforme destacado por Sposito e Góes (2013), tais políticas públicas frequentemente operam dentro de uma lógica de exclusão, perpetuando a desigualdade social.

Santos (2020) complementa essa análise ao afirmar que a alocação desigual de recursos públicos perpetua a fragmentação da cidade, resultando em uma urbanização caracterizada por zonas de exclusão e marginalização.

A discussão teórica sobre a segregação socioespacial, portanto, exige um exame rigoroso das políticas habitacionais e suas repercussões na configuração do espaço urbano, salientando a importância de uma abordagem que considere a interseccionalidade das dinâmicas sociais, econômicas e políticas que moldam as experiências de vida dos indivíduos nas cidades contemporâneas.

Em última instância, essa análise não apenas contribui para a compreensão das práticas de segregação, mas também ressalta a necessidade de formular estratégias inclusivas que promovam a equidade no acesso à cidade e aos seus recursos.

Alvarez (2013, p. 113) fala sobre a segregação socioespacial como um conteúdo intrínseco à constituição do espaço urbano capitalista, fundamentando na propriedade privada da terra e na valorização do capital, para ele, a segregação socioespacial é produto e condição da urbanização capitalista:

> Ao mesmo tempo que o espaço é produzido socialmente, sua apropriação é privada, o uso se subordina à troca, já que a apropriação é mediada pela propriedade privada, e para ter acesso a um "pedaço" da cidade é preciso pagar por ele.

Concordamos com o que Rodrigues (1990, p.17) nos diz sobre como a terra é produto do capital e de como isso se implica na valorização dos terrenos nas cidades:

> A terra é, também, uma espécie de capital, que está sempre se valorizando. É, na verdade, um falso capital, porque é um valor que se valoriza, mas a origem de sua valorização não é a atividade produtiva. Investe-se capital – dinheiro em terra e "espera-se" a valorização.

A valorização de áreas urbanas específicas resulta em um aumento significativo no preço da terra, o que, por conseguinte, eleva também os impostos pagos pelos cidadãos.

Essa situação força os indivíduos a buscarem moradia em locais cada vez mais distantes do núcleo urbano, como se estivessem sendo "empurrados" para periferias que lhes permitam reiniciar a produção social em contextos nos quais possam arcar financeiramente (Rodrigues, 1990, p. 22).

Essa dinâmica ilustra a complexidade das relações sociais no espaço urbano, refletindo não apenas a luta por moradia, mas também a precarização das condições de vida para aqueles que não conseguem acompanhar a valorização imobiliária.

A estrutura urbana, nesse sentido, revela e reproduz desigualdades profundas (Negri, 2010), especialmente no que tange à distribuição do poder social na sociedade.

Essa distribuição é interpretada como a capacidade diferenciada de cada grupo social em se estabelecer em determinados espaços urbanos, evidenciando como as decisões relacionadas ao uso do solo e à alocação de recursos públicos perpetuam as hierarquias sociais.

Assim, a capacidade de acesso a locais valorizados torna-se um indicador crucial das desigualdades sociais, contribuindo para a marginalização de grupos

menos favorecidos e para a consolidação de um espaço urbano fragmentado e desigual.

Essa análise ressalta a necessidade de políticas que abordem essas disparidades, promovendo um desenvolvimento mais inclusivo e equitativo no contexto urbano contemporâneo.

Na próxima seção, serão apresentadas as análises das entrevistas, com foco na discussão do processo de segregação vivenciado pelas moradoras.

4.1. O cotidiano das moradoras dos conjuntos habitacionais verticais

"Segregação te aliena e te impede de sonhar. Eu peço luz! Luz! Que haja luz!".
("Luz", de Marina Peralta)

Neste momento do texto, serão realizadas as análises das entrevistas realizadas em Três Lagoas. Em seguida, serão apresentadas as análises referentes à cidade de Dourados, culminando na identificação e discussão das convergências e divergências observadas entre ambas as localidades.

Analisaremos aqui em primeiro momento o processo de aquisição do imóvel no conjunto habitacional, onde a moradora[31] nos relata que o imóvel onde ela mora foi adquirido pelo pai, o que em termos legais não é regulamentado pela Caixa Econômica Federal:

> *[Como foi o processo pra conseguir o imóvel? Tem que fazer um cadastro na prefeitura? Como funciona?]*
>
> Na verdade, o imóvel que eu moro foi comprado pelo meu pai. Vários imóveis lá foram comprados ou alugados. **O imóvel permanece no nome do primeiro dono e somente após o pagamento que transfere pra pessoa que comprou**. E pra pegar a escritura somente depois de dez anos, acho que falta uns cinco ou seis agora pra poderem pegar a escritura de lá.
>
> *[Você sabe se por parte da prefeitura existe algum empecilho de quem comprou em alugar ou vender o imóvel?]*
>
> Nenhum. Eles fazem o contrato de gaveta e é só aquilo. Soube de casos em que a pessoa vendeu e passou um tempo e ela quis o imóvel de volta, porque está no nome do primeiro morador, então isso causa brigas. A minha mãe foi uma vez na Caixa Econômica pra saber disso, **e eles informaram que cada morador poderia fazer o que bem entendesse com o imóvel desde que as taxas sejam repassadas pra Caixa que estaria tudo certo** (Sônia[32], 22 anos, moradora do Novo Oeste, grifo nosso).

As narrativas produzidas revelam que os residentes dos conjuntos habitacionais frequentemente realizam transações de aluguel e venda de imóveis, apesar de tais práticas não estarem regulamentadas.

---

[31] Ressalta-se que a apresentação do perfil das entrevistadas já foi realizada no capítulo referente à metodologia desta pesquisa, juntamente com outras informações relevantes a serem consideradas sobre o perfil de cada uma delas.

[32] Todos os nomes utilizados na pesquisa são fictícios para garantir o anonimato das entrevistadas, conforme recomendam Gaskell e Bauer (2000), Flick (2009) e Marconi e Lakatos (2017), visando proteger a privacidade e assegurar a confidencialidade das informações fornecidas.

Mesmo na hipótese de um morador redigir um contrato e proceder com o seu reconhecimento em cartório, esse documento carece de validade legal, uma vez que os beneficiários que ocupam os imóveis não detêm a escritura dos apartamentos.

Nesse contexto, é evidente que essas negociações ocorrem de maneira “clandestina”, desprovidas de qualquer respaldo da Prefeitura Municipal e da Caixa Econômica Federal. Em muitos casos, tais instituições estão cientes dessas práticas, mas não adotam medidas para coibi-las ou para estabelecer regulamentações que garantam a legalidade das transações.

Essa situação corrobora a análise de autores como Marcuse (1991), que discute as implicações da falta de regulamentação no mercado habitacional e suas consequências para os direitos dos moradores.

De acordo com Corrêa (2006), a ausência de políticas habitacionais adequadas contribui para a perpetuação de relações de poder desiguais e de precariedade nas condições de moradia.

A literatura sobre segregação socioespacial também aponta que a informalidade das transações habitacionais pode acentuar conforme abordado por Villaça (1998) e Sposito (2009).

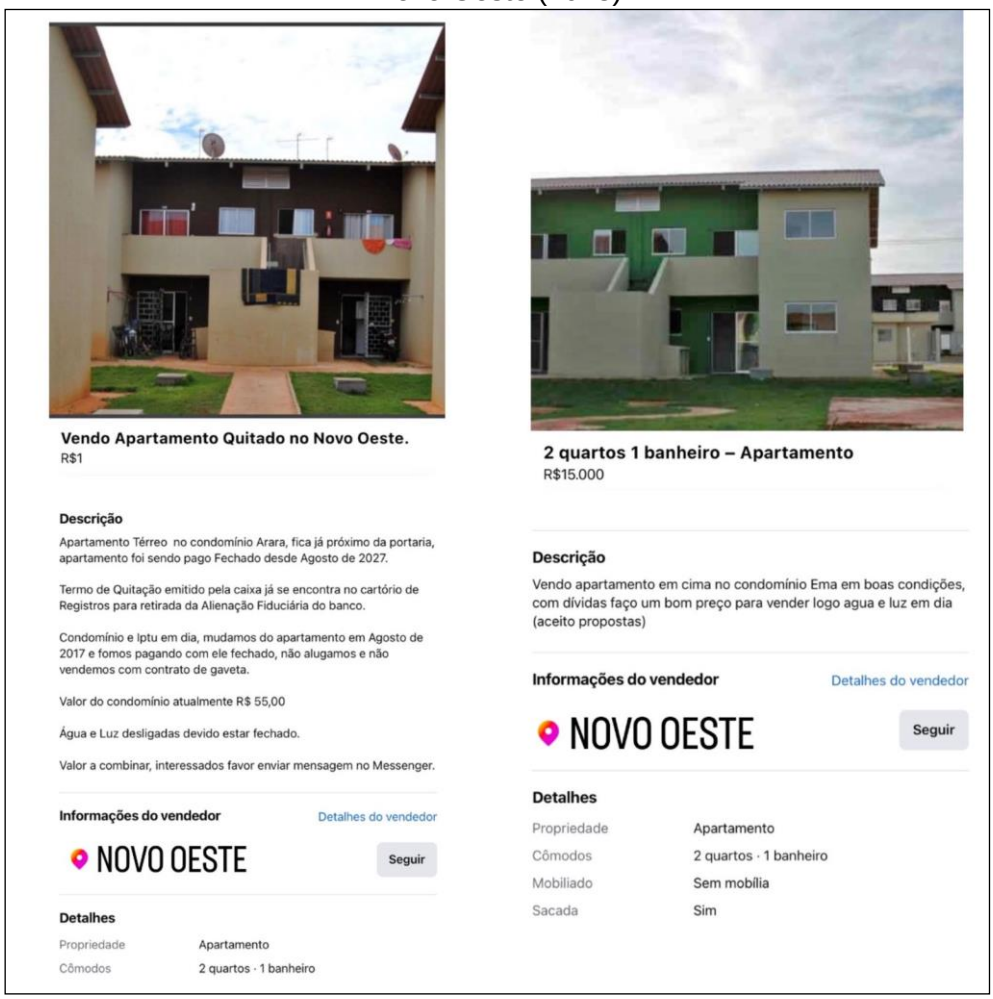
Acerca dessas questões como vendas de imóveis do PMCMV, apoiamo-nos no trabalho de Chaves (2019), que abordou essa questão na Região Metropolitana de Natal, onde segundo as normativas do Programa, nos primeiros 10 anos dos empreendimentos, não é permitido a troca, venda, ou aluguel dos apartamentos. Mas, em virtude de força maior, pautado principalmente na questão financeira, foi observado pela autora – e também destacado na fala de nossa entrevistada que essa prática costuma ser recorrente nos empreendimentos Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida.

Atualmente (2023), ao realizar uma busca no mecanismo de compra e venda do *Facebook*, denominado *Marketplace*[33], podemos observar (Figura 21)[34] diversos apartamentos sendo anunciados, tanto para fins de locação, quanto disponíveis para vendas, e os valores variam entre R$ 10.000,00 à R$

[33] Disponível em: <https://www.facebook.com/marketplace/> acesso em 19 de dez de 2023.
[34] As informações sobre os proprietários da publicação foram retiradas da imagem prezando o sigilo deles.

37.000,00. Alguns donos destacam na descrição que aceitam veículos (Moto e/ou Carro) para descontar no valor total do imóvel.

Figura 21: Três Lagoas. Anúncios de apartamentos a venda no Conjunto Habitacional Novo Oeste (2023)



Fonte: Marketplace (2023); **Org**: Bezerra (2023)

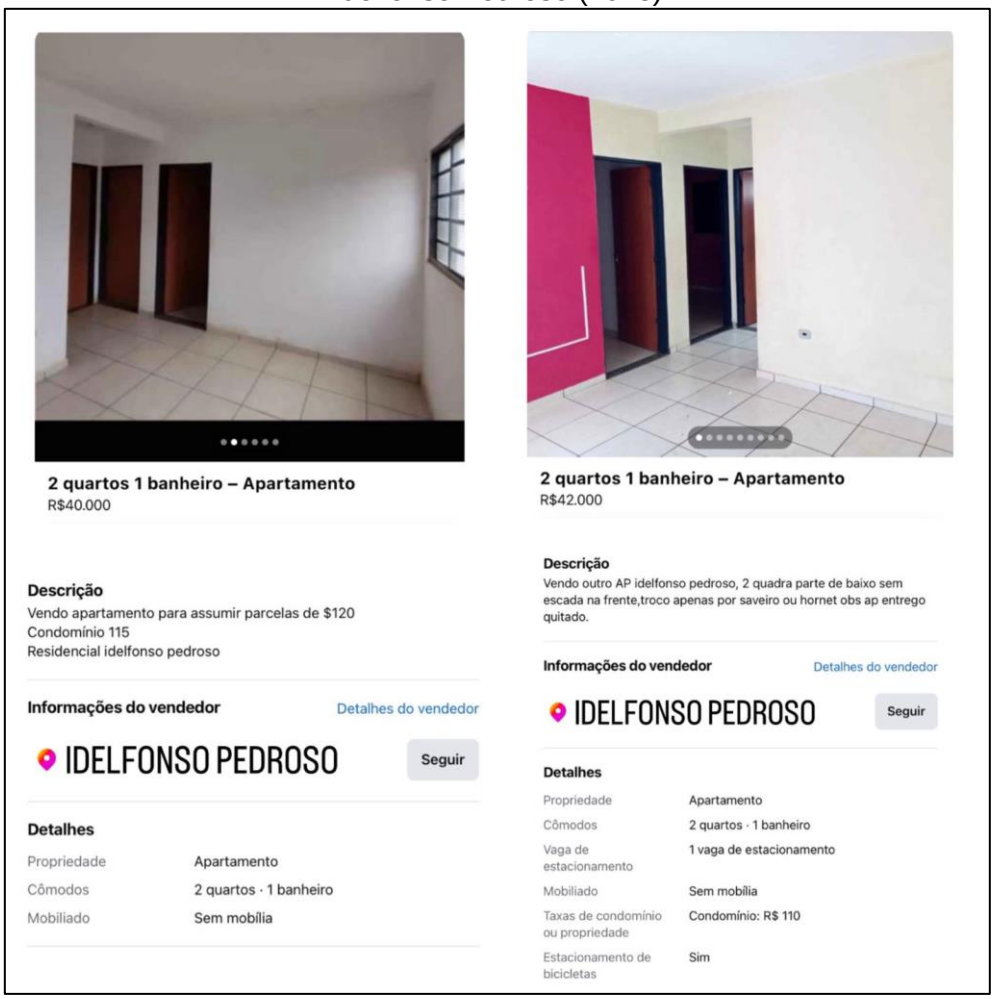
Várias matérias foram feitas pelos veículos de comunicação local retratando essa venda/aluguel nos Conjuntos Habitacionais de Três Lagoas. Uma das primeiras datam agosto de 2014, e tinha como título: *Locação: Apartamento no Novo Oeste é oferecido por R$ 505,00 na internet* [35]. Já uma mais recente, de março de 2020 era intitulada como: *Anúncios para alugar imóveis nos residenciais continuam sendo publicados: Esta prática é proibida, mas é possível verificar quase que diariamente publicações em diversos grupos*

[35] A matéria completa pode ser conferida em: <https://www.radiocacula.com.br/locacao-de-apartamento-no-novo-oeste-e-colocado-por-r-505-00-na-internet/> acesso em 19 de dez de 2023.

de compra e venda no aplicativo Facebook versando sobre a venda ou aluguel de apartamentos no Novo Oeste e Orestinho.[36]

Essas vendas não se restringem apenas a Três Lagoas, observamos que em Dourados, no Conjunto Habitacional Idelfonso Pedroso, essa prática também é frequente.

Figura 22: Dourados. Anúncios de apartamentos a venda no Conjunto Habitacional Idelfonso Pedroso (2023)



Fonte: Marketplace (2023); **Org**: Bezerra (2023)

[36] A matéria completa pode ser conferida em: <http://www.hojemais.com.br/tres-lagoas/noticia/geral/anuncios-para-alugar-imoveis-nos-residenciais-continuam-sendo-publicadosnbsp?fb_comment_id=2527717640665712_3062243530546451> acesso em 19 de dez de 2023.

A partir dessas informações e apoiados em Chaves (2019), entendemos que essa prática não se restringe apenas em cidades do interior do Estado de Mato Grosso do Sul, mas, perpassam para os grandes centros, como no caso apontado na região metropolitana de Natal, o que nos reforça ser uma prática recorrente entre os beneficiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Ainda pautado nas narrativas da mesma entrevistada, trazemos a discussão um ponto que apareceu diversas vezes em sua fala, ao qual consideramos relevante a partir disso.

Ao ser questionada sobre se prefere morar no Conjunto Habitacional ou em seu antigo bairro, ela nos fala:

> Por questão de ter mais pessoas eu prefiro morar onde eu moro no CH, **por saber que onde eu to tem mais gente olhando caso alguma coisa aconteça**. Porque a casa onde eu morava no NSA[37] já foi assaltada e eu vi o ladrão e fiquei muito apavorada. **Então me sinto mais segura porque no CH tem mais gente**. Agora em questão de espaço e lazer com a família eu prefiro a casa no NSA (Sônia, 22 anos, moradora do Novo Oeste, grifo nosso).

Ou seja, do ponto de vista lógico, ela se sente segura pela presença das pessoas que moram ao seu redor, o que ela não tinha quando morava no seu antigo bairro. Entretanto, ao ser questionada sobre o que ela acha de morar lá o discurso muda.

> *[O que você acha de morar lá?]*
>
> Bom, lá têm bastantes casos de violência e de roubo, essas coisas assim. Mas para quem mora lá quase ninguém diz isso, porque as pessoas estão acostumadas ao ambiente, **pra todo mundo lá é normal.**
>
> *[O que você acha? Independentemente do que você ouve falar]*
>
> Pra mim, não me afeta em nada**. Eu gosto de morar lá e não tenho problemas, nunca tive** (Sônia, 22 anos, moradora do Novo Oeste. Grifo nosso).

De acordo com Bauman (2008), o medo é uma emoção intrínseca a todos os seres vivos, mas no ser humano, sua manifestação se torna particularmente complexa e derivada.

---

[37] Utilizaremos a sigla NSA – Nossa Senhora Aparecida, é um bairro consolidado da cidade de Três Lagoas, constituído em sua grande maioria por casas com terrenos grandes.

Este sentimento pode ser alimentado tanto por experiências diretas quanto indiretas, além de sofrer variações significativas em função de fatores temporais e espaciais.

Guinard (2015) corrobora essa perspectiva, enfatizando que o medo evolui de maneira distinta ao longo do tempo e entre diferentes contextos e corpos, indicando que não existe uma generalização absoluta acerca dessa emoção.

Em consonância, Foucault (2004) argumenta que o medo pode ser utilizado como um instrumento de controle social, modelando comportamentos e relações de poder.

A experiência do medo é multifacetada e está profundamente enraizada em transformações contextuais que abrangem não apenas a localização (tempo e espaço), mas também as características dos indivíduos, como classe social, idade, etnia e gênero.

Esses fatores influenciam a composição complexa do medo, que se entrelaça com sentimento de insegurança e vulnerabilidade (Bauman, 2008; Sorj, 2012).

De acordo com Giddens (1990), a modernidade traz um novo entendimento do medo, em que as incertezas sociais e as ameaças percebidas são constantemente mediadas pelas interações sociais e pela cultura contemporânea.

Dessa forma, dependendo das condições espaciais, temporais e corporais, haverá uma relação diferenciada entre a sensação de insegurança e a vulnerabilidade a um determinado perigo, pulverizando o medo e tornando-o uma emoção essencialmente relacional (Bayer; Dantas, 2018).

Em sua pesquisa sobre as percepções de segurança nas áreas urbanas, Caldeira (2000) destaca que a insegurança não é apenas uma condição objetiva, mas também uma construção social que se manifesta nas narrativas.

A partir das narrativas produzidas, observamos que a moradora em questão nunca foi vítima de assalto ou de qualquer forma de violência em sua residência.

O medo que ela expressa é, na verdade, um “medo representado[38]”, fundamentado em informações que recebe de terceiros. Muitas vezes, esses relatos são disseminados por aqueles que não habitam o Conjunto Habitacional, contribuindo para a construção de uma narrativa de insegurança.

Ademais, a representação midiática frequentemente retrata os conjuntos habitacionais como áreas perigosas e desprovidas de regulamentação, reforçando assim essa percepção de vulnerabilidade (Silva, 2018).

Ao pensarmos nessas questões, entendemos, que, precisamos olhar a cidade não por análises que dão privilégios apenas aos aspectos funcionais, mas, é preciso, olhar e pensar a cidade como uma linguagem, assim como nos propõe Canclini (1997):

> La problemática urbana como una tensión entre realización y expresividad, ha llevado a pensar también a las sociedades urbanas como lenguaje. Las ciudades no son solo un fenómeno físico, un modo de ocupar e, espacio, de aglomerarse, sino también lugares donde ocurren fenómenos expresivos que entran en tensión con la racionalización, con las pretensiones de racionalizar la vida social. Han sido sobre todo las industrias culturales de la expresividad, como constituyentes del orden y de las experiencias urbanas, las que han tematizado esta cuestión. (Canclini, 1997, p. 72).

Corrêa (2010) afirma que o imaginário urbano, nesta perspectiva que abordamos, é um conjunto de significações que não cessa de ser recriado cotidianamente por meio de narrativas e imagens que dão sentido às práticas e, por vezes, abrem um caminho para elas. Segundo o autor:

> A cidade é esse ‘lugar’ privilegiado de constituição do simbólico: este que inexoravelmente cria diferenciações, separações e fronteiras que só existem nas formas expressivas, na linguagem, na narração. Essas fronteiras são formas de dar significado ao espaço urbano, mas que não são estáticas. A mobilidade que estas apresentam vem da própria forma de falar da cidade: as formas de enunciar, articular e, se formos mais longe, de balizar significados (Corrêa, 2010, p. 89).

O discurso da moradora se repete em vários momentos de nossa entrevista:

> *[E facilidade em morar lá?]*
>
> Por conta de ser várias pessoas num lugar só, **a gente se sente mais seguro**, eu me sinto mais segura por conta das pessoas, eu tenho mais medo de morar em uma casa sozinha do que em um condomínio.
>
> *[Você poderia falar um ponto positivo e negativo de morar lá?]*

[38] Segundo Araújo (2010), a relação entre mídia e violência no Brasil constitui uma indústria que encontrou na espetacularização de episódios de segurança pública uma alternativa lucrativa, que ajuda a construir essa ideia do “medo representado”.

> Negativo a falta de segurança, principalmente à noite, em questão de segurança das motos e carros. E ponto positivo em questão de ter várias pessoas num lugar só **e sempre uma pessoa vai ver o que está acontecendo** (Sônia, 22 anos, moradora do Novo Oeste, grifo nosso).

Baseamo-nos em Kodato (2018) para compreender o conceito de "medo representado", que descreve um estado em que os indivíduos transferem para seu contexto social características de episódios de violência observados em outros locais, filtrados pela imprensa.

Com a repetição exaustiva de casos de assassinatos, roubos e outros tipos de crimes, passam a imaginar que correm, a todo tempo o risco de serem vítimas de atos violentos a qualquer momento (Kodato, 2018, p. 9).

Essa questão do imaginário do medo não se restringe apenas a nossa entrevistada Sônia, mas também pode ser observada na entrevista da Aline, conforme analisaremos abaixo:

> *[O que você acha de morar aqui no Conjunto Habitacional?]*
>
> No começo, por que a gente via eu via muito que a gente se adapta depois né como eu demorei pra vir e via as notícias na internet **então eu tive um certo receio de me mudar**, mas eu vim por que quem não quer ter a casa própria, né?
>
> (...) O meu filho eu falei pro pai dele, ele com 15 anos ele vai morar com você porque **eu não quero trazer ele pra cá, eu não acho um ambiente de se criar um filho aqui**, eu tive todo esse bloqueio, não foi um preconceito, mas de certa maneira foi de tudo o que eu via. Ai quando eu mudei pra cá eu já começo ver que as coisas são diferentes, **aqui nunca ninguém me roubaram, já cheguei aqui de madrugada e nunca fui assaltada então sabe se tem alguma coisa as vezes eu nem vejo** (Aline, 39 anos, moradora do Novo Oeste, grifo nosso).

A partir da narrativa de Aline, compreendemos que o medo associado aos conjuntos habitacionais não é um fato isolado, mas amplamente compartilhado por pessoas que não têm experiência direta com esses locais.

Muitas vezes, esse medo decorre de percepções negativas prévias e de rumores sobre a segurança dos bairros, como observado por vários autores.

Aline, antes de se mudar, também havia ouvido comentários negativos sobre o Conjunto Habitacional, mas, ao tornar-se moradora, nunca sofreu violência ou assalto.

Esse fato é explorado em estudos sobre estigmatização e percepção de segurança em áreas urbanas (Keller, 2014; Souza, 2016; Rodrigues, 2018).

Ao ser questionada sobre qual era ou é a sua principal preocupação em se viver no conjunto habitacional ela nos diz:

> A minha preocupação na época era do meu filho, por que **eu via histórias de famílias na época que eram religiosas e as crianças foram criadas naquele ambiente com toda aquela educação e mudou pra cá e quando chegou na fase da adolescência se juntou com outras amizades e acabou entrando no mundo das drogas**, acabou se revelando dentro de casa né, por mais que vinha dessa base familiar, eu não tinha tanto medo do meu filho desviar por que eu tinha um marido que tinha uma base familiar muito grande, mas eu teria medo hoje por exemplo ele já tem 17 anos mas já tem namoradinha, por exemplo ele já quer sair, quando ele vem dormir comigo eu prefiro que ele saia de Uber do que sair de bicicleta, no bairro dele o pessoal já conhece e aqui não, adolescente quer andar com fone no ouvido, com celular eu tenho ainda esse medo de que quando ele não chega eu não durmo, fico pensando vai que alguém bateu nele ou rouba um tênis de marca que ele gosta tanto, **uma das coisas que eu não quis trazer ele aqui foi que eu não ia ter paz**, eu ia ter medo de alguém tomar a bicicleta dele, o celular, ele é filho único então a gente acaba dando e fazendo os gostos dele, então essa é minha preocupação e **eu acabei mandando ele ir morar com o pai por causa disso né, insegurança de tudo o que eu via**, não que eu to sendo preconceituosa com o local, por que você pode andar lá na lagoa, tomar um “pé do ouvido” e alguém levar as suas coisas, mas foi isso mesmo (Aline, 39 anos, moradora do Novo Oeste, grifo nosso).

A fala de Aline se parece, com Amanda, nossa quarta entrevistada, em que a sua maior preocupação com o futuro é o seu filho:

> **A minha preocupação no futuro é meu filho**, eu agora consigo ensinar pra ele o que é o certo que é errado, o que pode o que não pode. Mas eu continuo morando aqui e as chances são grandes de eu continuar morando aqui, **e minha preocupação é eu não conseguir assim segurar né cuidar certinho do mesmo jeito que eu tô cuidando agora**. Mas eu creio que Deus vai ajudar ele vai ser bem esperto porque hoje você pergunta qualquer coisa para ele sobre bebida ele já sabe o que pode e o que não pode (Amanda, 21 anos, moradora do Novo Oeste, grifo nosso).

A análise do medo e da percepção de segurança, como abordado por Koury (2011, p. 480), revela como a "cultura do medo" está profundamente enraizada no imaginário coletivo brasileiro.

Segundo Koury, essa cultura estabelece uma dicotomia entre o "bem" e o "mal", onde o "bem" é associado ao grupo familiar ou próximo, e o "mal" é projetado para fora, em relação aos outros.

Este fato resulta em uma constante vigilância e precaução pessoal, que molda as percepções individuais de segurança e risco.

Nesse contexto, observamos a experiência de Aline, que, apesar de nunca ter enfrentado diretamente um assalto ou violência no Conjunto Habitacional, adota práticas preventivas baseadas no medo.

Ela opta por não permitir que seu filho viva com ela, sustentando um discurso de violência que nunca vivenciou diretamente.

Essa atitude evidencia como as percepções de insegurança e estigmatização influenciam as decisões pessoais e refletem uma contradição entre a realidade vivida e as crenças internalizadas.

Esse comportamento nos leva a refletir sobre como a sociedade se organiza e se reproduz em torno de medos representados, que muitas vezes são desproporcionais à realidade (Rodrigues, 2017; Silva, 2019).

A decisão de Aline de proteger seu filho de morar em uma área considerada "violenta" exemplifica a influência das percepções de insegurança antes da mudança e como essas percepções podem mudar com a experiência e vivência no local.

Essa dinâmica ressalta a complexidade das representações de segurança e os impactos que elas têm na vida cotidiana das pessoas (Koury, 2011; Souza, 2018).

Isso ocorre de forma semelhante a que foi verificado por Saraví (2008, p. 106) em sua pesquisa sobre áreas da periferia na Cidade do México. Um dos elementos encontrados na fala de Aline é uma negação dos estigmas territoriais que marcam e caracterizam sua área de moradia: *“la primera y más espontánea descripción que (los residentes) hacen de su espacio parece plantearse como una respuesta, o más aun, como una negación de los estigmas territoriales que pesan sobre sus colonias”*.

A partir dessas narrativas, entendemos a complexidade do par pobreza-violência, amplamente presente no imaginário urbano das cidades brasileiras. No entanto, essa percepção muda após a mudança e a convivência nesses locais.

Para a entrevistada, o local é visto como moradia e de reprodução da vida urbana. Apesar das dificuldades enfrentadas pelas moradoras, elas se reinventam e "fazem a cidade" (Agier, 2015).

A questão do medo representado é vista de uma forma diferente para a Ana, a nossa próxima entrevistada, como podemos observar:

> *[O que você acha de morar aqui no Conjunto Habitacional?]*
>
> (...) Gosto muito daqui meu bloco é tranquilo, os vizinhos também, tem um barulho as vezes como você está ouvindo (*barulho de furadeira no apartamento do lado*), **mas eu não tenho o que reclamar daqui não**, por que assim eu sempre pensei o seguinte a pessoa que faz o lugar né, pra mim eu adoro ficar aqui, **gosto muito daqui foi a melhor coisa que aconteceu.**
>
> (...) A tranquilidade, por que antes eu não tinha, hoje aqui eu tenho, eu fico mais tranquila...
>
> *[Tranquilidade em questão de segurança também?]*
>
> **Eu acho aqui mais seguro**, mesmo que as vezes a gente fica sabendo de assalto, dessas coisas ruins que acontecem em volta, mas eu acho aqui mais seguro, por que aqui no apartamento eu tenho grade nele todo, é todo trancado **e aqui qualquer coisa que acontecer até o vizinho do outro condomínio está vendo, então eu acho aqui mais seguro** (Ana, 39 anos, moradora do Novo Oeste).

Após as narrativas de Ana, entendemos que a percepção de um fato pode variar significativamente de pessoa para pessoa.

Embora nossas duas primeiras entrevistadas manifestem uma percepção do medo representado, Ana apresenta uma visão diferente. Para ela, seu local de moradia não é associado a um ambiente de medo, mas é visto como um refúgio.

Esse contraste na percepção destaca como o mesmo local pode ser interpretado de maneiras diversas, dependendo das experiências individuais e das representações sociais que cada pessoa possui (Goffman, 1963; Silva, 2015; Oliveira, 2018).

> *[Qual era/é a sua principal preocupação em se viver aqui no Conjunto Habitacional?]*
>
> Não, não tive nenhuma preocupação, **eu estava esperando pra vir mudar pra cá, eu não via a hora de me mudar**.
>
> *[Então a senhora não se vê morando em outro local?]*
>
> Não, eu estava pensando esses dias, que mesmo depois de formada e estabilizada eu pretendo continuar morando aqui, **não pretendo sair daqui não**. A gente tá acostumado com tudo aqui, **eu não me imagino saindo daqui pra ir morar em outro lugar não**. Tem tudo aqui perto, farmácia, escola, mercado, lotérica, lojinha de utilidades, posto de

> combustível, pra ir ao centro de bicicleta eu gasto cerca de 10 minutos, **então não tenho vontade de sair daqui não** (Ana, 39 anos, moradora do Novo Oeste. Grifo nosso).

A partir dessa última fala, percebemos que as contradições entre os indivíduos existem e se reproduzem de várias formas na cidade, especificamente no conjunto habitacional.

Como argumenta Rezende (2019), o espaço não é estático, neutro ou inerte; pelo contrário, ele é mutável e se transforma ao longo do tempo em interação com a sociedade, ao mesmo tempo que também influencia e redefine a própria sociedade.

Essa dinâmica permite que o espaço expresse uma variedade de sensações, incluindo o medo, conforme evidenciado nas narrativas das nossas entrevistadas.

Lefebvre (1991), discute como o espaço é um produto social, permeado por relações de poder e experiências individuais. Soja (1996), também reforça a ideia de que o espaço urbano está em constante mudança, influenciado pelas práticas e percepções dos seus habitantes.

A questão do medo foi analisada por Bannister e Fyfe (2001). Os autores dizem que o medo não se dará da mesma forma para todos, ele irá se diferenciar conforme as especificidades dos sujeitos (Rezende, 2019, p. 152).

Entendemos que isso vai muito além da violência urbana, evitando, desse modo, possíveis encobrimentos e simplificações, sem, no entanto, desvalorizar a questão da criminalidade e de seu crescimento (Sposito e Góes, 2013, p. 167).

Um outro ponto importante a ser destacado na definição do processo de segregação é a mobilidade das entrevistadas em relação à cidade e seus locais de consumo e lazer.

A segregação socioespacial não se manifesta apenas na separação física, mas também nas práticas cotidianas das moradoras e na forma como elas acessam diferentes áreas da cidade.

De acordo com Sposito (2013), a mobilidade urbana desempenha um papel fundamental na análise da segregação, uma vez que influencia o nível de acesso das pessoas aos bens e serviços que estão de maneira desigual distribuídos.

Villaça (2001) também ressalta que a segregação afeta diretamente as práticas de consumo e lazer, ao limitar o acesso dos grupos sociais segregados a determinados espaços urbanos, reforçando as desigualdades existentes.

A nossa entrevistada Ana, por exemplo, realiza seus deslocamentos na cidade através de uma bicicleta:

> *[E seus deslocamentos pela cidade? São feitos de moto, carro, ônibus?]*
>
> Eu vou mais de bicicleta, prefiro mais andar de bicicleta. (Ana, 39 anos, moradora do Novo Oeste).

Comparado as nossas outras entrevistadas, temos que:

Aline possui uma moto e realiza seus deslocamentos na cidade por meio dela:

> *[E seus deslocamentos pela cidade? São feitos de moto, carro, ônibus?]*
>
> Isso, eu tenho uma moto, a unidade é aqui perto, e o condomínio que eu trabalho é a 200 metros da unidade, então é perto da minha casa e eu vou de moto. Pra outro lugar da cidade eu vou de moto também, a não ser assim que seja a noite, eu quero ir pra uma festa e geralmente eu quero voltar de madrugada, eu não sei por esse bairro, mas até onde eu morava a gente não saia sozinha de moto, então começou os Uber na cidade e é claro que eu uso né, então eu vou beber, então é mais fácil pagar um Uber pra ir e pra voltar (Aline, 39 anos, moradora do Novo Oeste).

Ao analisarmos a fala de Sônia, nossa outra entrevistada, as questões de mobilidade e deslocamento são postas para ela de uma outra forma, pois ela antes utilizava o transporte público até conseguir adquirir sua moto própria.

> *[E você sente alguma dificuldade em morar lá no seu dia a dia?]*
>
> Pela distância, eu tenho moto, mas antes eu não tinha, para ir ao centro da cidade ficava mais difícil.
>
> *[Há quanto tempo você tem moto?]*
>
> Há seis meses.
>
> *[E antes, você fazia como?]*
>
> A minha mãe que me buscava e me levava (Sônia, 22 anos, moradora do Novo Oeste).

Por meio da narrativa de Sônia, compreendemos que a aquisição da moto foi um passo crucial para sua consolidação e permanência no Conjunto Habitacional onde reside, uma vez que ela relatava que a distância em relação ao centro da cidade era significativa.

Essa experiência evidencia como a mobilidade influencia diretamente a vida das moradoras em áreas periféricas, reforçando a importância do transporte individual em contextos em que o transporte público é inadequado ou inexistente.

Como aponta Corrêa (2013), a segregação socioespacial muitas vezes se traduz em dificuldades de mobilidade que afetam o acesso dos residentes aos equipamentos e serviços urbanos.

Nesse sentido, a aquisição de um meio de transporte próprio, como a moto, pode ser vista como uma estratégia para superar as barreiras impostas pela segregação, facilitando o deslocamento e a integração à cidade ao conjunto (Vasconcelos, 2004).

> *[E lá como funciona ponto de ônibus? Horários?]*
>
> Lá tem ponto de ônibus a cada três condomínios, no Orestinho também, ônibus de hora em hora.
>
> *[E faz quanto tempo que você mora no Novo Oeste?]*
>
> Faz nove meses
>
> *[Então logo que você mudou você adquiriu a moto?]*
>
> Sim, por conta da distância, tanto para trabalhar quanto vir pra Universidade (Sônia, 22 anos, moradora do Novo Oeste).

As nossas hipóteses se confirmam através da narrativa acima. Ela nos relata que existe, sim, transporte coletivo próximo de sua residência, mas, que mesmo assim, ela realiza seus deslocamentos com a sua moto. O que vem em confronto com a fala de Ana, que diz preferir fazer seus deslocamentos através da bicicleta.

Em relação a mobilidade urbana, a nossa entrevistada Amanda relata que:

> *[Como que você faz seus deslocamentos pela cidade, você vai do que de moto, carro, bicicleta? Para ir em outros locais]*
>
> Meu marido tem uma moto, porém não tem habilitação então, não são todos os lugares que a gente pode estar saindo assim, a gente tem que tomar bastante cuidado, temos um filho também assim, eu amo muito meu filho, mas não levo ele na moto, porque eu tenho medo. Eu e meu marido a gente tá tranquilo, mas quando fala assim vamos sair em

> família eu falo ou vamos de bicicleta ou nós pagamos um Uber, Deus me livre guarde, né? Se acontecer um acidente é só comigo e com meu marido, sem meu filho (Amanda, 21anos, Moradora do Novo Oeste).

Acerca do transporte público, temos abaixo algumas informações retiradas dos órgãos responsáveis em Três Lagoas e Dourados sobre os horários dos ônibus que contemplem os conjuntos habitacionais abordados na pesquisa.

Em Três Lagoas, o transporte público urbano atende o entorno do Conjunto Habitacional Novo Oeste através da Linha 06 – Jardim Bela Vista, o transporte é feito pela empresa *Rabôni Transportes*, e os horários podem ser observados na figura abaixo:

Figura 23: Três Lagoas. Horários de ônibus que atendem o Conjunto Habitacional Novo Oeste (2023)

Rabôni transportes

HORÁRIOS DAS LINHAS

Código	Revisão
FO-038	R.00
Data	Página
11/09/2023	5 de 13

Linha Nº 006 Jardim Bela Vista

Segunda/Sexta-feira		Sábado		Domingo	
Bairro	**Centro**	**Bairro**	**Centro**	**Bairro**	**Centro**
05:40	06:30	05:40	06:30		
06:50	07:40	06:50	07:40		
08:00	**Recolhe**	07:50	**Recolhe**		
	11:00		11:00		
11:20	12:00	11:20	12:30		
12:20	13:00	12:50	14:00		
13:20	14:20	**Recolhe**			
15:00	**Recolhe**				
	16:20				
17:00	17:40				
18:00	**Recolhe**				
	23:10				

ITINERÁRIO:

Ida: Logradouros: Av. Rosário Congro, Av. Filinto Muller, Rua Aparício da Silva Camargo, Rua Angelina Tebet, Rua Quixeramobim, Condomínio Novo Oeste, Condomínio Orestinho 2.

Volta: Logradouros: Rua Quixeramobim, Av. Milton Damasceno, Rua Dom Aquino. Rua Bernardino Mendes, Rua Goias, Rua Urias Ribeiro, Rua Rio Paraná, Rua Ribeirão Beltrão, Av. Perimetral Oeste, Rua Egydio Thomé, Rua Crispim Coimbra, Rua Dr. Monir Thomé Av. Antônio Trajano, Av. Rosário Congro

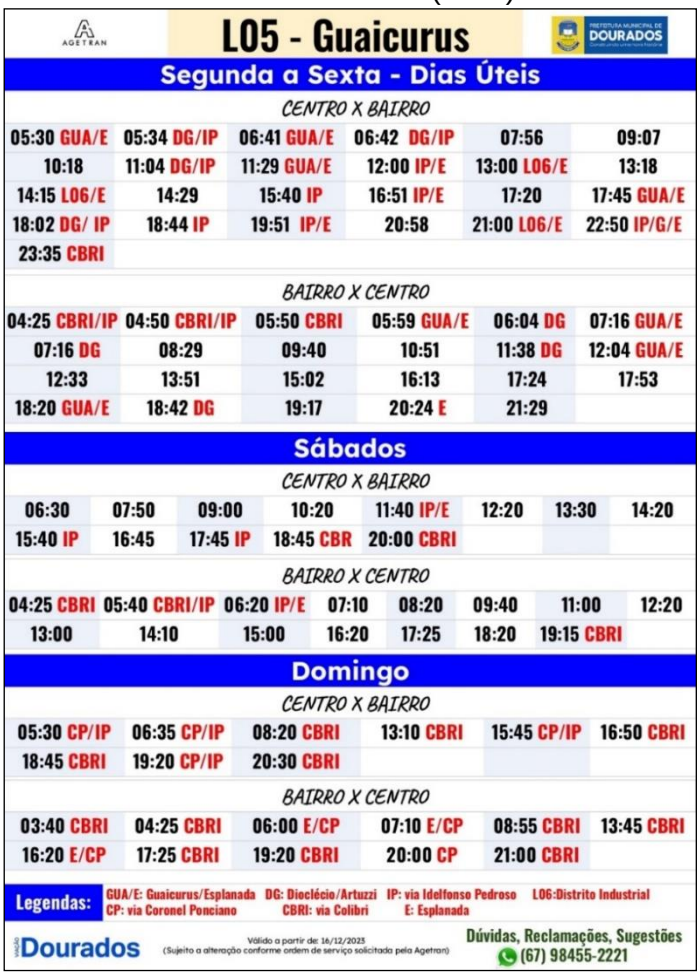
Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Três Lagoas (2023)

Podemos observar que os horários de transporte coletivo são espaçados e, em determinados períodos do dia, não há serviços disponíveis para atender as moradoras do conjunto habitacional.

Nos sábados, a situação se agrava ainda mais, e aos domingos, frequentemente não há horários disponíveis para atender as moradoras. Isso reforça a ideia de que, nos finais de semana – dias, geralmente, de folga para a maioria das pessoas – elas não têm acesso ao transporte público para se deslocar a outras áreas da cidade, incluindo tanto locais públicos quanto privados, como o *Shopping Center* e/ou lojas de departamentos.

Em Dourados, o transporte público urbano, atende, de certa forma, o Conjunto Habitacional Idelfonso Pedroso por meio da Linha 05 - Jardim Guaicurus + Dioclécio Artuzzi, o transporte é realizado pela empresa *Viação Dourados*, e os horários podemos observar abaixo:

Figura 24: Dourados. Horários de ônibus que atendem o Conjunto Habitacional Idelfonso Pedroso (2023)



AGETRAN

L05 - Guaicurus

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

Segunda a Sexta - Dias Úteis

CENTRO X BAIRRO

05:30 GUA/E	05:34 DG/IP	06:41 GUA/E	06:42 DG/IP	07:56	09:07
10:18	11:04 DG/IP	11:29 GUA/E	12:00 IP/E	13:00 L06/E	13:18
14:15 L06/E	14:29	15:40 IP	16:51 IP/E	17:20	17:45 GUA/E
18:02 DG/ IP	18:44 IP	19:51 IP/E	20:58	21:00 L06/E	22:50 IP/G/E
23:35 CBRI					

BAIRRO X CENTRO

04:25 CBRI/IP	04:50 CBRI/IP	05:50 CBRI	05:59 GUA/E	06:04 DG	07:16 GUA/E
07:16 DG	08:29	09:40	10:51	11:38 DG	12:04 GUA/E
12:33	13:51	15:02	16:13	17:24	17:53
18:20 GUA/E	18:42 DG	19:17	20:24 E	21:29	

Sábados

CENTRO X BAIRRO

06:30	07:50	09:00	10:20	11:40 IP/E	12:20	13:30	14:20
15:40 IP	16:45	17:45 IP	18:45 CBR	20:00 CBRI			

BAIRRO X CENTRO

04:25 CBRI	05:40 CBRI/IP	06:20 IP/E	07:10	08:20	09:40	11:00	12:20
13:00	14:10	15:00	16:20	17:25	18:20	19:15 CBRI	

Domingo

CENTRO X BAIRRO

05:30 CP/IP	06:35 CP/IP	08:20 CBRI	13:10 CBRI	15:45 CP/IP	16:50 CBRI
18:45 CBRI	19:20 CP/IP	20:30 CBRI			

BAIRRO X CENTRO

03:40 CBRI	04:25 CBRI	06:00 E/CP	07:10 E/CP	08:55 CBRI	13:45 CBRI
16:20 E/CP	17:25 CBRI	19:20 CBRI	20:00 CP	21:00 CBRI	

Legendas: GUA/E: Guaicurus/Esplanada DG: Dioclécio/Artuzzi IP: via Idelfonso Pedroso L06:Distrito Industrial CP: via Coronel Ponciano CBRI: via Colibri E: Esplanada

Viação Dourados

Válido a partir de: 16/12/2023
(Sujeito a alteração conforme ordem de serviço solicitada pela Agetran)

Dúvidas, Reclamações, Sugestões
(67) 98455-2221

Fonte: Site da Viação Dourados (2023)

Observamos, que se comparado a realidade de Três Lagoas, as moradoras do Idelfonso Pedroso possuem mais horários de transporte público, inclusive, aos sábados e domingos.

Mas, se analisarmos por onde esse transporte passa, não são todas as vezes que eles chegam até o conjunto habitacional, fazendo com que as moradoras, muitas vezes, tenham que se deslocar a pé até certos pontos, como a Avenida Coronel Ponciano, O Conjunto Habitacional Dioclécio Aruzzi, entre outros.

No que se refere à realidade de Dourados, apresentamos, a seguir, aspectos relacionados à aquisição do imóvel pelas entrevistadas.

> *[Como foi o processo de aquisição do imóvel para você?]*
>
> Quando eu fui sorteada, eu ainda estava na graduação, eu era mãe solteira e morava de favor na casa da minha mãe, minha renda mensal era apenas a bolsa de Iniciação Científica que eu tinha, na época era 400 reais (Adriana, 36 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> *[Por que você se cadastrou?]*
>
> Ah, por que eu pagava aluguel e queria um lugar próprio para morar com meus filhos (Ágata, 28 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Eu queria sair do aluguel e também ter algo para deixar para a minha filha (Alice, 39 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Morávamos de favor na casa da minha sogra, eu queria ter um lugar nosso (Aurora, 34 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).

A análise das falas das entrevistadas evidencia que, embora as motivações para a aquisição de um imóvel próprio possam variar, o sentimento de pertencimento associado à conquista de um lar é compartilhado de forma semelhante por elas.

Esse aspecto reforça a dimensão subjetiva e simbólica do espaço habitacional, conforme discutido por Lefebvre (1991), que atribui à habitação um papel central na produção do espaço social.

Além disso, autores como Maricato (2001) e Rolnik (2015) apontam que a casa transcende seu valor material, configurando-se como um elemento de segurança e identidade para as famílias, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

Assim, a busca pela posse da casa própria está entrelaçada tanto com fatores práticos quanto com necessidades emocionais e culturais, como destacam Corrêa (1989) e Santos (1996) em suas análises sobre o espaço urbano.

Acerca das características e diferenciações residenciais, temos:

> *[Como era a casa que você cresceu?]*
>
> Era uma casa de alvenaria até que era bem equipada (Adriana, 36 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Era uma casa simples de madeira, em um bairro afastado da cidade, não tinha muita infraestrutura (Ágata, 28 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Era uma casa bem pequena, de madeira, mas tinha um quintal grande (Alice, 39 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Era simples, mas tinha no espaço no quintal e dava para brincar bastante quando eu era criança (Aurora, 34 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).

As narrativas das entrevistadas sobre as casas em que cresceram revelam a diversidade de experiências habitacionais, destacando as condições materiais das moradias e os significados atribuídos a esses locais ao longo do tempo.

Para Adriana, a casa de alvenaria e relativamente bem equipada denota um contexto de maior estabilidade material, alinhando-se às discussões de Maricato (2017) sobre as desigualdades de acesso a padrões habitacionais que garantam qualidade de vida e dignidade.

Em contrapartida, Ágata rememora uma casa simples de madeira, situada em um bairro periférico e com pouca infraestrutura, o que evidencia a precariedade habitacional característica das áreas urbanas distantes e a negação de direitos básicos, como analisado por Rolnik (2022).

As falas de Alice e Aurora enfatizam outro aspecto importante: a relação simbólica e afetiva com os seus locais anteriores de moradia, mesmo em contextos de simplicidade material.

O destaque ao quintal, seja pela sua dimensão física ou pela possibilidade de brincar, remete à ideia de que a casa extrapola seus limites internos, adquirindo um caráter lúdico e simbólico, como apontado por Santos (2006).

A experiência do quintal, frequentemente negligenciado nas políticas habitacionais contemporâneas, ganha relevância na memória afetiva das entrevistadas, corroborando a tese de Lefebvre (1991), que destaca que o espaço habitado é simultaneamente material e vivido.

O espaço vivido, ao contrário de simplesmente ser uma abstração, é uma vivência que se entrelaça com a percepção subjetiva dos indivíduos, dando um significado próprio às dimensões materiais do ambiente.

Dessa forma, as narrativas refletem não apenas as condições socioeconômicas das famílias, mas também a dimensão subjetiva das experiências habitacionais.

A moradia é lembrada não apenas por suas características físicas, mas também por seu papel como cenário de relações sociais, afetivas e culturais.

Para autores como Tonkiss (2020), essa dualidade entre o material e o simbólico é fundamental para compreender o significado da habitação no contexto urbano, especialmente locais marcados pela desigualdade e pela segregação socioespacial.

Essas disparidades, se refletem, no campo do cotidiano, do vivido, como pode ser observado:

> *[O que você acha de morar aqui?]*
>
> É bom em termos de segurança, mas, falta espaço e mais áreas de lazer (Ágata, 28 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> É tranquilo, mas sinto que falta estrutura para lazer e serviços (Alice, 39 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> É um lugar tranquilo, mas sinto falta de mais coisas por perto, como comércio acessível (Aurora, 34 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).

Ao perguntarmos a elas, quais são as facilidades e dificuldades em se morar no Conjunto Habitacional a resposta foi:

> Um ponto positivo daqui é o posto de saúde, eu não uso muito por que não paro em casa, mas a minha vizinha tem a mãe dela que tem 94 anos, e quando ela precisa de alguma coisa o pessoal do postinho vem até a casa dela, se precisar tirar sangue essas coisas eles vem, ela até tem carro mas ela não dirige, só o marido, e as vezes o marido não tem dinheiro pra abastecer, essas coisas né ai o pessoal do postinho vem, ela manda mensagem pra agente de saúde e a gente de saúde pergunta o que ela precisa e ajuda. Claro que pode melhorar né, mas não é em todo bairro que você vê isso (Adriana, 36 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).

> Facilidades: Segurança e localização relativamente boas, dificuldades: falta de transporte eficiente e manutenção das áreas comuns (Ágata, 28 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Facilidades: Segurança e custo acessível, dificuldades: distância do trabalho e falta de comércio por perto (Alice, 39 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Facilidades: Privacidade e segurança, dificuldades: distância do centro e falta de serviços próximos (Aurora, 34 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).

As respostas das entrevistadas revelam uma complexa relação entre os aspectos positivos e negativos da experiência de morar no Conjunto Habitacional Idelfonso Pedroso.

A ênfase na segurança como um ponto positivo demonstra como essa característica é valorizada em contextos urbanos marcados por vulnerabilidades, conforme analisado por Dovey (2016), que explora a ligação entre segurança e a percepção de bem-estar nas periferias urbanas.

Por outro lado, a ausência de infraestrutura, áreas de lazer e serviços básicos, apontada por Ágata, Alice e Aurora, ilustra a exclusão de políticas integradas que garantam condições dignas de vida, como discutido por Balbo (2018), que argumenta que a periferia é frequentemente tratada como um espaço de contenção, e não de desenvolvimento integrado.

As dificuldades em acessar serviços essenciais, como transporte e comércio, evidenciam a segregação socioespacial que caracteriza muitos conjuntos habitacionais.

De acordo com Perlman (2010), a segregação urbana não se limita à localização periférica, mas se manifesta também na exclusão do acesso a redes de oportunidades e direitos básicos.

Nesse contexto, as moradias, embora representem avanços em termos de acesso à propriedade, acabam reproduzindo dinâmicas de desigualdade que reforçam a marginalização dos moradores.

A percepção de Alice sobre a distância do trabalho e a falta de serviços próximos ilustra como a localização periférica impacta diretamente a vida cotidiana, criando barreiras para a mobilidade e a inclusão social.

Por outro lado, o relato de Adriana sobre a atuação do posto de saúde mostra uma iniciativa pontual que busca mitigar os efeitos da exclusão territorial,

promovendo acesso a serviços de saúde de forma adaptada às necessidades locais.

Essa prática pode ser compreendida à luz das contribuições de Souza (2019), que discute o papel das políticas públicas de base comunitária na tentativa de construir redes de cuidado em áreas periféricas.

Contudo, como salienta Holanda (2013), esforços localizados são insuficientes para superar as limitações estruturais da urbanização desigual, que exige intervenções abrangentes e sustentadas para promover equidade no acesso à cidade e aos seus recursos.

A análise dessas falas evidencia que, embora as facilidades mencionadas, como segurança e custo acessível, sejam relevantes, elas não compensam as dificuldades relacionadas à falta de infraestrutura e serviços.

Esse cenário reforça a necessidade de políticas habitacionais que integrem os territórios periféricos à cidade como um todo, conforme defendido por Jan Gehl (2010), que propõe um planejamento urbano orientado para as pessoas, com atenção à qualidade de vida, mobilidade e integração social.

Atrelado às dinâmicas anteriormente mencionadas, emerge o fator mobilidade como um elemento central nas experiências narradas pelas entrevistadas.

A mobilidade urbana, ou a falta dela, destaca-se tanto como uma dificuldade estrutural quanto como um agravante das condições de segregação socioespacial enfrentadas no cotidiano.

A referência à distância do trabalho e à ausência de transporte eficiente reforça a barreira que a localização periférica impõe ao pleno acesso às oportunidades econômicas, sociais e culturais da cidade.

Essa problemática reflete as desigualdades inerentes ao planejamento urbano contemporâneo, conforme discutido por Vasconcellos (2012), que associa a limitação da mobilidade à perpetuação de exclusões territoriais e sociais.

> *[Como você faz os seus deslocamentos pela cidade? Utiliza moto, carro, bicicleta? Utiliza o transporte público? Se sim, quais linhas? Sente que algo poderia melhor em relação ao transporte na cidade?]*
>
> Em relação ao meu meio de transporte hoje eu uso carro, mas já usei demais o transporte público daqui, e acho que agora algo pra melhorar seria arrumar os buracos, infraestrutura em geral né. Pra eu ir pra escola, como eu trabalho em Itahum eu vou de carro, mas vamos com

> outros professores revezando, cada dia vai em um carro pra não pesar pra ninguém se não não compensa trabalhar lá, o salário não compensa a gasolina (Adriana, 36 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Eu uso ônibus ou bicicleta, e acho que os ônibus poderiam ter horários mais frequentes e maior cobertura (Ágata, 28 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Vou de moto para o trabalho e para levar minha filha ao CEIM, não utilizo o transporte público porque os horários não são compatíveis com minha rotina e acho que a cidade precisa de mais linhas que conectem os bairros afastados (Alice, 39 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Quase não saio do condomínio, mas quando preciso, utilizo ônibus ou bicicleta, dependendo da situação. Utilizo o transporte público em caso de necessidade, mas com bebê é complicado. E acho que poderia melhorar na questão de ter mais linhas de ônibus (Aurora, 34 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).

As falas das entrevistadas revelam como as limitações da infraestrutura de transporte impactam diretamente suas rotinas e experiências de deslocamento pela cidade.

A mobilidade urbana, nesse contexto, é atravessada por desafios que vão desde a má qualidade das vias até a insuficiência de serviços de transporte público.

A observação de Adriana sobre a necessidade de revezamento de veículos entre colegas, para viabilizar o deslocamento ao trabalho, ilustra a precariedade das condições de acesso em áreas periféricas e distantes, reforçando a análise de Vasconcellos (2012), que relaciona a baixa qualidade do transporte e da infraestrutura viária à desvantagem das populações residentes em áreas menos valorizadas.

Por outro lado, a fala de Ágata e Alice aponta para uma crítica recorrente ao transporte público: a falta de frequência nos horários e a ausência de linhas que conectem adequadamente bairros distantes ao restante da cidade.

Essas lacunas reforçam o caráter segregador do sistema de mobilidade urbana, como discutido por Geurs e Wee (2004), que destacam que a acessibilidade deve ser avaliada não apenas pela presença de transporte, mas pela capacidade desse sistema em atender às necessidades temporais e espaciais da população.

Alice também menciona a incompatibilidade dos horários com sua rotina, reforçando a tese de Cervero (2017) de que um transporte público ineficiente

força as pessoas a buscarem alternativas individuais, como motos ou bicicletas, contribuindo para a exclusão das vantagens de uma rede de mobilidade integrada.

Aurora, por sua vez, ressalta a dificuldade de conciliar o uso do transporte público com as demandas familiares, como cuidar de um bebê. Sua fala ecoa as discussões de Hanson (2010), que destacam a importância de considerar as necessidades de gênero no planejamento urbano e na mobilidade, uma vez que mulheres muitas vezes enfrentam desafios específicos ao equilibrar trabalho, cuidado doméstico e deslocamento.

A menção ao uso esporádico de bicicletas e à limitação do transporte público revela a necessidade de políticas que incentivem a mobilidade ativa, ao mesmo tempo em que ampliam a cobertura e a eficiência do transporte coletivo.

Outro aspecto relevante a ser destacado refere-se às atividades de lazer das moradoras e de seus familiares, como podemos observar a seguir:

> *[Como é o lazer da sua família? O que faz nos finais de semana no conjunto? Utilizam as instalações de lazer do condomínio?]*
>
> Que lazer? Não tem lazer nenhum! Brincadeira, brincadeira mas é sério, não tem lazer, é mais as crianças brincando na rua. Aqui no bairro tem um terreno que tem a promessa deles construírem um parquinho pras crianças, as crianças ficam ali soltando pipa, meu filho gosta de ir, mas eu sempre vou junto com ele, por que fica misturado com um monte de criança ai eu não gosto. Eu gosto de ficar em casa, tomando um chá ou café, se chover então eu acho ótimo, não sou muito de sair, não gosto de festa nem nada do tipo. Amo ficar em casa conversando com as minhas plantas (Adriana, 36 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Passamos tempo em casa assistindo TV ou visitamos parentes, nos finais de semana no conjunto eu levo os meus filhos para brincar nas áreas comuns (Ágata, 28 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Não temos muito lazer; ficamos em casa nos finais de semana, descansando. Geralmente arrumo a casa e aproveito para descansar. Não utilizo as instalações do condomínio por que não estão em boas condições (Alice, 39 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Não temos muito lazer. Às vezes desço com meu bebê para a área externa do condomínio. Nos finais de semana ficamos em casa, e eu aproveito para adiantar encomendas de crochê ou descansar com meu marido e o bebê. Não utilizo as instalações do condomínio, porque estão mal conservadas e não acho seguras para o meu bebê (Aurora, 34 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).

As falas das entrevistadas revelam um cenário de carência de opções de lazer no Conjunto Habitacional Idelfonso Pedroso, refletindo uma realidade

comum nas periferias urbanas, onde a infraestrutura voltada para o bem-estar social e o lazer é frequentemente negligenciada.

A resposta de Adriana, que descreve o lazer como algo quase inexistente, exceto pela brincadeira das crianças na rua, ilustra a ausência de equipamentos e espaços públicos dedicados ao lazer, uma realidade observada também por Silva (2016), que destaca como a falta de áreas de convivência nas periferias limita as possibilidades de interação social e recreação.

A ausência de opções de lazer formal, evidenciada nas falas de Ágata, Alice e Aurora, é compensada por atividades caseiras ou familiares, como assistir TV, descansar em casa, visitar parentes e cuidar das crianças.

No entanto, essas alternativas não resolvem a carência de áreas de socialização adequados e seguros. Alice menciona que não utiliza as instalações do conjunto devido ao seu mau estado de conservação, o que evidencia a degradação da infraestrutura, um problema frequentemente associado à falta de manutenção em projetos habitacionais de grande escala, conforme discutido por Maricato (2017).

Além disso, o relato de Aurora, que não se sente segura para usar as instalações do conjunto com seu bebê, coloca em foco as questões de segurança e a deterioração dos locais públicos, que, segundo Rolnik (2020), acentuam a precariedade e a fragilidade das famílias que vivem nesses espaços.

Essas falas revelam um fato da segregação socioespacial não apenas no acesso ao lazer, mas também na precarização dos espaços coletivos, que deveriam ser locais de convivência e integração comunitária.

A falta de conservação das instalações e a insegurança percebida pelos moradores reforçam as discussões de Holanda (2013), que argumenta que a qualidade de vida nas periferias é constantemente limitada pela ausência de cuidados com a infraestrutura básica e com os locais públicos destinados ao lazer e à convivência social.

Em contextos como esses, a ausência de equipamentos de lazer adequados pode ser vista como um reflexo da marginalização das populações periféricas.

Frequentemente, questiona-se a não utilização das áreas de lazer, mas talvez o cerne da questão resida não tanto na utilização dessas áreas, mas nas novas dinâmicas impostas pela vida urbana.

Como destaca Lefebvre (2001), as práticas de lazer são influenciadas pelas condições de tempo e espaço dentro da cidade, e essas práticas estão longe de se limitar ao simples deslocamento para áreas públicas ou ao uso de equipamentos específicos.

A concepção tradicional de lazer, associada unicamente à ideia de sair de casa, é desafiada por autores como Sennett (2006), que aponta como a vida urbana contemporânea impõe formas de lazer mais solitárias e domésticas, como o consumo de mídia ou o descanso em casa, o que também pode ser compreendido como uma forma legítima de lazer.

As falas das entrevistadas que mencionam o hábito de assistir TV ou descansar em casa ilustram como esses momentos de "não-saída" também constituem uma prática de lazer, adaptada às condições de vida e ao espaço que elas habitam.

Assim, ao refletirmos sobre o lazer, devemos ampliar essa discussão para compreender como ele é, de fato, vivenciado dentro dos novos contextos urbanos e como ele se adapta às limitações e possibilidades oferecidas pelos ambientes cotidianos das pessoas.

A questão do lazer, também, se interliga com o consumo das moradoras na cidade:

> *[Quais as áreas preferenciais de consumo? Por que escolhe essas áreas? Com que frequência vai ao centro da cidade? Pontos positivos e negativos do centro tradicional? Vai ao Shopping?]*
>
> Esse ano eu não fui nenhuma vez no centro da cidade, não comprei nada, só trabalhei durante a semana, o que eu precisava comprar eu comprei pela internet ou mercado, pontos para melhorar seria um mercado que fosse aqui, por que tem o Assaí aqui perto, mas para as pessoas irem de bicicleta já fica difícil por conta da rodovia, e o mercado que tem aqui perto é extremamente caro, vou lá as vezes mas sempre me arrependo, por que é realmente muito caro. (Adriana, 36 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Geralmente vou em supermercados na região central e farmácias próximas ao conjunto. Escolho essas áreas pelos preços mais baixos e pela proximidade, utilizo uma vez por semana. Pontos positivos seria a variedade de comércios, e ponto negativo a falta de segurança. Vou ao Shopping uma vez ao mês para passear ou comprar algo (Ágata, 28 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Faço a maior parte das compras pela internet, especialmente roupas e itens escolares. Para alimentos, compro no mercado Assai. Escolho essas áreas por que comprar pela internet é mais prático, e os preços são melhores, e os preços são melhores. Vou ao centro da cidade muito raramente, talvez uma vez por mês. Pontos positivos é a variedade de lojas, e ponto negativo a distância e dificuldade para

> estacionar, não vou ao Shopping porque acho muito caro (Alice, 39 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Eu faço compras no mercado mais próximo, mesmo sendo caro, escolho ele porque é mais perto, e sair com o bebê para outros lugares é difícil. Não me lembro a última vez que fui ao centro da cidade, quando preciso de algo de lá, meu marido vai de bicicleta. Pontos positivos de lá eu não sei por que eu não vou mais, pontos negativos o meu marido diz que é muito movimentado e perigoso para andar de bicicleta. Nunca vamos ao shopping (Aurora, 34 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).

As falas das entrevistadas sobre consumo e deslocamento pela cidade evidenciam como a segregação socioespacial se manifesta também nas práticas cotidianas de consumo, especialmente em relação à escolha de onde comprar e as dificuldades enfrentadas para acessar determinados locais.

A resposta de Adriana, que menciona a dificuldade de ir ao mercado próximo devido ao preço elevado e à distância do comércio, revela uma realidade comum nas periferias urbanas, onde as opções de consumo acessíveis são limitadas, o que leva as moradoras a recorrerem ao consumo virtual ou a optar por estabelecimentos caros e distantes.

Essa situação é discutida por Sposito (2014), que destaca como a segregação socioespacial acarreta a formação de "ilhas de consumo", em que os bairros periféricos, em geral, têm acesso restrito a bens e serviços de qualidade. Isso pode agravar a desigualdade, pois as moradoras se veem obrigados a consumir em locais de difícil acesso ou que não atendem plenamente às suas necessidades, como exemplificado pela experiência de Adriana com o mercado caro.

Além disso, as falas de Ágata e Alice apontam uma escolha mais frequente por mercados na área central e a preferência por compras online, uma estratégia para contornar a falta de infraestrutura e segurança nas áreas periféricas.

Como Ágata aponta, a segurança no centro da cidade é um ponto negativo, o que reforça a ideia de que o acesso aos centros urbanos, tradicionalmente considerados polos de consumo, é permeado por questões de insegurança e dificuldades logísticas.

Segundo Souza (2015), o processo de centralização das melhores opções de consumo em áreas centrais e a falta de acessibilidade para as periferias contribuem para a intensificação das desigualdades socioespaciais, pois limita o

acesso dos segmentos de menor poder aquisitivo aos bens e serviços que compõem o que é visto como uma "vida urbana completa".

A dificuldade de Alice em acessar o centro e sua preferência por comprar pela internet, onde os preços são mais acessíveis, evidencia uma adaptação das famílias periféricas a essa realidade de limitação de acesso.

Por fim, a fala de Aurora, que descreve as dificuldades de seu marido para acessar o centro devido ao trânsito e à insegurança, também reflete a segregação espacial no cotidiano das moradoras.

A dificuldade de mobilidade, aliada à falta de opções de consumo adequadas no próprio bairro, faz com que a experiência de consumo das famílias seja mediada por uma série de desafios relacionados à infraestrutura urbana, ao transporte e à segurança.

Como apontado por Corrêa (2009), as áreas periféricas muitas vezes se tornam "zonas de exclusão do consumo", em que o acesso a bens e serviços é dificultado não apenas pela distância, mas também pela precariedade dos serviços de transporte e a insegurança nas rotas de deslocamento.

Assim, as dinâmicas de consumo revelam como a segregação socioespacial não se restringe apenas à moradia, mas permeia todas as esferas da vida urbana, incluindo o acesso a bens e serviços essenciais, configurando um processo de "exclusão do consumo" que agrava as desigualdades e limita as possibilidades de integração das moradoras periféricos as áreas centrais da cidade.

Outro ponto a ser destacado aqui, é a questão de relação com vizinhança, que pode ser observado a seguir:

> *[Como são suas relações com a vizinhança?]*
>
> Eu tenho um relacionamento bom com os meus vizinhos, na verdade, tenho mais proximidade com duas vizinhas (Adriana, 36 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Boa, mas procuro manter privacidade. Os vizinhos ajudam em emergências (Ágata, 28 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Tenho pouco contato com os vizinhos, mas nós nos ajudamos em emergências (Alice, 39 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Tenho uma boa relação com algumas vizinhas, principalmente com quem compra bolos ou encomenda crochê. Conversamos bastante pelo WhatsApp (Aurora, 34 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).

As falas das entrevistadas sobre as relações com a vizinhança revelam dinâmicas de convivência que, embora possam parecer positivas, são marcadas por uma certa distância e pela busca por privacidade, o que, por sua vez, está diretamente relacionado às condições de moradia e aos tipos de interação que o espaço urbano periférico proporciona.

A fala de Adriana, que menciona manter mais proximidade com algumas vizinhas, é um exemplo de como, nas periferias urbanas, as relações de vizinhança muitas vezes se configuram em um formato mais seletivo, onde as relações de proximidade são marcadas por afinidades específicas e práticas cotidianas (como a convivência nas ruas e locais comuns do bairro).

Isso sugere que a interação entre as moradoras não é necessariamente homogênea, mas construída de forma fragmentada, como discutido por Dardot e Laval (2016), que apontam a tendência de o espaço urbano contemporâneo, especialmente em áreas periféricas, fomentar relações sociais mais individualizadas e focadas em interesses particulares.

Por outro lado, as falas de Ágata e Alice destacam uma atitude de maior reserva e privacidade nas relações de vizinhança, embora ambas mencionem a colaboração mútua em momentos de emergência.

Essa dinâmica pode ser observada no contexto das condições de vida nas periferias, onde a proximidade física com os vizinhos não se traduz em relações sociais amplas ou intensas, mas em vínculos pontuais e práticos.

Segundo Soares (2017), as periferias tendem a gerar um tipo de "solidariedade funcional", em que as interações se limitam a necessidades imediatas, como a ajuda em emergências, e onde o medo da insegurança e a falta de infraestrutura urbana muitas vezes dificultam a construção de laços mais duradouros e comunitários.

A fala de Aurora, que menciona o uso do WhatsApp para manter contato com algumas vizinhas, reflete uma adaptação das formas tradicionais de interação social para as novas tecnologias.

Esse fenômeno também é observado por Bauman (2000), que discute a "liquidez" das relações sociais nas sociedades contemporâneas, onde os laços de vizinhança e comunidade tendem a se tornar mais fragmentados e mediados pela tecnologia.

No caso de Aurora, a utilização do WhatsApp para manter o contato com as vizinhas pode ser vista como uma resposta à falta de espaços físicos adequados e seguros para a interação social, além de representar uma forma de proximidade que, apesar de virtual, ainda sustenta a ideia de comunidade, ainda que de maneira mais limitada e distante.

Assim, as relações de vizinhança nas periferias não são isentas de tensões, mas também de formas de solidariedade que, apesar de restritas, ainda formam uma rede de apoio mútuo.

No entanto, o caráter fragmentado dessas relações está intrinsecamente ligado à segregação socioespacial, que impõe barreiras físicas, emocionais e sociais, dificultando a construção de vínculos mais amplos e profundos.

Em um último ponto a ser analisado, está a avaliação de se morar no conjunto habitacional:

> *[Você está satisfeito por morar aqui? Destacar pontos positivos e negativos. Você acha que alguma coisa deveria ser mudada no conjunto? Qual é sua principal preocupação?]*
>
> Eu acho que deveria construir aqui um espaço pras crianças, uma biblioteca, eu sinto falta em Dourados no geral, um local onde as pessoas possam pagar as suas contas, por que aqui o pessoal não tem carro, anda mais de bicicleta ou apé e não tem um local próximo pra fazer um pagamento de conta, pra tirar um xerox perto, a pessoa precisa ir lá no centro pra fazer isso. Um mercado que fosse aqui, por que tem o Assaí aqui perto mas pras pessoas irem de bicicleta já fica difícil por conta da rodovia, e o mercado que tem aqui perto é extremamente caro, vou lá as vezes mas sempre me arrependo, por que é realmente muito caro (Adriana, 36 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Pontos positivos seria a segurança e estabilidade, pontos negativos seria o espaço reduzido e falta de manutenção. Eu acho que poderia melhorar a conservação das áreas comuns e organizar eventos comunitários, e a minha principal preocupação é a segurança dos meus filhos e a manutenção do condomínio (Ágata, 28 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Pontos positivos é que é meu imóvel próprio e é seguro, pontos negativos seria a falta de estrutura de lazer e está muito distante do meu trabalho. Acho que poderia melhorar as áreas de lazer. Minha principal preocupação é a segurança para a minha filha e estabilidade no emprego, porque a renda é apertada (Alice, 39 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).
>
> Pontos positivo é que aqui é o nosso espaço, e não pagamos aluguel, pontos negativos é falta de estrutura no condomínio, e a distância complica nosso dia a dia. Acho que poderia criar mais opções de lazer. A minha principal preocupação é conseguir aumentar a nossa renda (Aurora, 34 anos, moradora do Idelfonso Pedroso).

As falas das entrevistadas revelam uma série de desafios e aspirações que se relacionam diretamente com a segregação socioespacial, especialmente no contexto das periferias urbanas, onde as condições de vida são marcadas pela limitação de infraestrutura e pela ausência de serviços essenciais.

Adriana, por exemplo, expressa um desejo por equipamentos básicos como uma área para as crianças brincarem, uma biblioteca e pontos de serviços como locais para pagamento de contas e cópias.

Sua fala indica uma realidade em que a infraestrutura urbana é insuficiente, obrigando as moradoras a se deslocarem até o centro da cidade para atender às suas necessidades cotidianas, o que, além de ser uma sobrecarga, reflete a falta de acessibilidade vivida por aqueles que habitam as periferias (Villaça, 1998).

Ágata também traz à tona uma questão fundamental relacionada à segregação: a falta de manutenção nas áreas comuns e a necessidade de melhorar a organização da comunidade. O que se destaca em sua fala é a busca por estabilidade e segurança, que são frequentemente mais difíceis de alcançar em locais urbanos periféricos.

As áreas de lazer, que poderiam ser locais de convivência e de fortalecimento dos laços sociais, são escassas ou mal conservadas, o que contribui para a manutenção da exclusão social e da fragmentação territorial.

Segundo Lefebvre (1991), a ausência de espaços públicos adequados em áreas segregadas impede a criação de um "espaço vivido" que poderia promover uma maior integração social, ao mesmo tempo em que reforça as desigualdades no acesso a bens e serviços urbanos.

A fala de Alice, ao mencionar a falta de estrutura de lazer e a distância de seu trabalho, aponta para o custo social da segregação socioespacial: a dificuldade de acesso ao trabalho e ao lazer, fatores que comprometem a qualidade de vida nas periferias.

O desejo de melhoria nas áreas de lazer reflete uma carência de serviços que, ao serem centralizados, afastam as oportunidades de integração social e de acesso a bens culturais e recreativos.

A distância entre a residência e o local de trabalho, além de aumentar o tempo de deslocamento, também reforça a desigualdade, criando uma barreira

física e simbólica entre os moradoras dessas áreas e o restante da cidade (Corrêa, 2000).

Aurora, por sua vez, destaca uma preocupação econômica ao falar sobre a renda familiar e a dificuldade em aumentar essa renda. Essa fala se insere no contexto da segregação socioespacial, onde a ausência de uma economia local dinâmica e a dependência de um mercado centralizado nas áreas mais privilegiadas da cidade tornam ainda mais difícil o acesso a oportunidades econômicas para as moradoras das periferias.

A falta de estrutura e serviços no próprio bairro também impede o desenvolvimento de atividades comerciais locais que poderiam gerar emprego e melhorar a qualidade de vida.

A fragmentação socioespacial se intensifica quando observamos a centralização dos serviços e infraestrutura em áreas privilegiadas, criando um abismo entre o centro da cidade e as periferias.

Essa separação espacial não é apenas uma questão de localização geográfica, mas também de acesso desigual a recursos essenciais como transporte, lazer e comércio.

A ausência de infraestrutura urbana integrada, com mercados, centros de saúde e de lazer próximos às áreas periféricas, força as moradoras a se deslocarem para o centro, resultando em gastos com transporte, perda de tempo e, muitas vezes, uma sensação de deslocamento social.

Como destacado por Corrêa (2000), esse processo implica a criação de uma cidade "em duas partes", onde as desigualdades no acesso a bens e serviços urbanos limitam a mobilidade e as possibilidades de integração social das moradoras da periferia.

As cidades de Dourados e Três Lagoas, ambas situadas no estado de Mato Grosso do Sul, apresentam características particulares no que se refere à dinâmica da segregação socioespacial, mas também compartilham elementos comuns que evidenciam as limitações impostas por seus modelos urbanos e pela história de formação territorial.

Conforme aponta Corrêa (2000), o espaço urbano é um reflexo direto das desigualdades sociais e econômicas, que em cidades de porte médio e médias como essas, tornam-se ainda mais evidentes em função da carência de infraestrutura e serviços em determinadas áreas.

Nesse sentido, as entrevistas realizadas em ambas as cidades ilustram como essas desigualdades se manifestam no cotidiano das moradoras.

Em Dourados, os relatos indicam que a localização periférica dos conjuntos habitacionais limita o acesso a serviços essenciais, como mercados e espaços de lazer.

Essa realidade está diretamente conectada ao que Villaça (2001) denomina de segregação urbana, em que os grupos de menor renda são direcionados para áreas mais afastadas, onde a infraestrutura é frequentemente precária.

As moradoras do conjunto habitacional Idelfonso Pedroso, por exemplo, destacaram a ausência de mercados acessíveis e a dificuldade de deslocamento para realizar atividades básicas, como compras ou pagamentos de contas.

Essa problemática é também observada em Três Lagoas, onde as moradoras do Conjunto Habitacional Novo Oeste apontaram a falta de transporte público eficiente como um dos principais entraves para sua mobilidade.

Para Jirón (2010), a mobilidade urbana é um fator essencial na inclusão socioespacial, e a sua ausência reforça os processos de isolamento e estigmatização.

Embora as dificuldades de acesso a serviços sejam semelhantes, há diferenças marcantes entre as duas cidades no que se refere à percepção de segurança e às relações de vizinhança.

Em Dourados, as entrevistadas enfatizaram aspectos positivos relacionados à segurança nos conjuntos habitacionais, mas relataram preocupações com a manutenção e organização das áreas comuns.

Em Três Lagoas, a situação é distinta: além da percepção de insegurança, destacam-se episódios de violência ou medo que influenciam diretamente a relação das moradoras com o espaço público e os vizinhos.

Esses contrastes refletem o que Sposito (2011) define como fragmentação socioespacial, caracterizada pela coexistência de realidades urbanas distintas que se sobrepõem e interagem de maneira desigual.

Outro ponto em comum é a ausência de áreas de lazer adequados nos conjuntos habitacionais. Em ambas as cidades, as entrevistadas destacaram que o lazer é restrito ao ambiente doméstico ou às áreas comuns do conjunto, muitas vezes mal conservadas.

Essa situação é descrita por Carlos (2007) como um reflexo dos segmentos de baixa renda, que são privados do direito à cidade.

Harvey (2014) discute como a segregação socioespacial também se manifesta no acesso ao consumo, limitando as opções de escolha dos grupos de menor renda e reforçando as desigualdades já existentes.

Portanto, a análise das dinâmicas urbanas de Dourados e Três Lagoas evidencia como a segregação socioespacial é atravessada por fatores como mobilidade, lazer, consumo e relações interpessoais.

Embora ambas as cidades compartilhem desafios semelhantes, como a precariedade dos serviços e a localização periférica dos conjuntos habitacionais, há especificidades que tornam o processo de segregação ainda mais complexo.

A segmentação do espaço urbano, como ressaltado por autores como Villaça (2001) e Sposito (2011), é um fator que demanda políticas públicas amplas e inclusivas, capazes de promover a integração.

É um processo multifacetado que tem se manifestado de forma distinta nas cidades de Dourados e Três Lagoas, refletindo as especificidades históricas, socioeconômicas e urbanas de cada localidade.

Em Dourados, a segregação socioespacial é intensificada pela presença de conjuntos habitacionais distantes e descontínuos ao tecido urbano e pela precariedade de infraestrutura e mobilidade, como evidenciado nos relatos das moradoras do conjunto habitacional Idelfonso Pedroso.

Por sua vez, em Três Lagoas, as dinâmicas de segregação socioespacial apresentam diferenças significativas. Os relatos das moradoras do conjunto habitacional Novo Oeste destacam problemas relacionados à segurança pública e à estigmatização dos residentes, caracterizando de um processo de segregação também simbólico, conforme apontado por Ribeiro (2020).

Essa estigmatização aprofunda o isolamento das moradoras e dificulta a integração social, limitando suas oportunidades de acesso a bens e serviços.

É importante destacar que, enquanto Dourados enfrenta desafios estruturais mais evidentes, como a falta de transporte público eficiente e infraestrutura básica, Três Lagoas apresenta uma problemática mais ligada ao imaginário social e à violência urbana.

Autoras como Santos e Silveira (2021) oferecem contribuições relevantes para compreender como esses processos são configurados por um urbanismo que privilegia certos locais em detrimento de outros.

Essa divisão reflete-se não apenas na separação física entre as áreas urbanas, mas também na dissociação das moradoras de diferentes bairros em termos de experiências e percepções de cidade.

Em ambas as cidades, a ausência de políticas públicas efetivas e a manutenção de desigualdades históricas são fatores que perpetuam a fragmentação.

Ademais, observa-se que, enquanto as moradoras de Dourados enfrentam limitações relacionadas à falta de serviços locais e à distância do centro urbano, as residentes de Três Lagoas relatam preocupações mais voltadas para a estigmatização social e a falta de segurança ou a percepção do medo.

Esses aspectos evidenciam que, embora a segregação socioespacial seja um processo presente em ambas as cidades, ela se manifesta de formas distintas, reiterando a importância de compreender os contextos locais para a formulação de soluções urbanas e sociais.

Autoras como Rolnik (2022) discutem como o modelo de urbanização brasileiro, caracterizado pela histórica concentração fundiária e pela segregação racial e social, reforça as desigualdades.

Como observa Harvey (2013), o processo de urbanização capitalista tende a reproduzir as desigualdades existentes, criando cidades que servem mais como espaços de acumulação de capital do que como locais de convivência coletiva.

Portanto, a segregação socioespacial em Dourados e Três Lagoas evidencia a necessidade de uma abordagem mais integrada e inclusiva no planejamento urbano, que considere as especificidades de cada região e busque mitigar as desigualdades estruturais e simbólicas presentes em ambas as cidades.

Outro aspecto relevante é a intersecção entre a segregação simbólica e a diretamente vivida, que se agrava nas áreas periféricas dessas cidades. Marcuse (2015) argumenta que a segregação não é apenas um reflexo das

desigualdades econômicas, mas também um produto das dinâmicas de poder que produzem o espaço urbano.

Em Dourados e Três Lagoas, a ausência de investimentos públicos consistentes nas periferias reforça essas dinâmicas, consolidando a marginalização tanto material quanto simbólica das moradoras.

Essa marginalização é sentida nas falas dos entrevistados, que destacam a precariedade das infraestruturas e a insegurança como desafios constantes.

No entanto, é importante ressaltar que os moradoras também demonstram estratégias cotidianas, como a criação de redes de solidariedade entre vizinhos e a adaptação às condições adversas.

Esses aspectos destacam a capacidade de se reorganizarem e de ressignificarem os locais que habitam, mesmo diante de contextos desafiadores.

Conforme Caldeira (2017), as práticas cotidianas de resistência e adaptação das moradoras são formas de subverter, ainda que parcialmente, os processos de segregação, reafirmando sua agência dentro das estruturas urbanas desiguais.

Em síntese, a análise das entrevistas realizadas em Dourados e Três Lagoas evidencia que a segregação nessas cidades transcende o plano físico, englobando dimensões simbólicas e vividas que intensificam as desigualdades e fragmentam ainda mais o tecido urbano.

A compreensão desses processos, fundamentada em autores como Santos e Silveira (2022), Lefebvre (1991), Jirón (2010) e Caldeira (2017), é essencial para a formulação de subsídios para políticas públicas que visem à redução das desigualdades e à promoção de uma cidade mais inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho visou analisar o processo de segregação socioespacial em Dourados e Três Lagoas, com ênfase nas dimensões que marcam o cotidiano das moradoras dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, respectivamente: conjunto habitacional Idelfonso Pedroso e Novo Oeste.

A análise revelou que a segregação vai além da separação ou distanciamento espacial, manifestando-se, também, de forma mais complexa, atravessando as relações sociais, as dinâmicas culturais e as estruturas econômicas, reafirmando desigualdades em diferentes graus e níveis.

Os conjuntos habitacionais analisados, localizados na periferia dessas cidades, evidenciam como as políticas públicas, frequentemente alheias à demanda de menor poder aquisitivo, contribuem para o aprofundamento e para a complexificação das dinâmicas de segregação socioespacial.

Nos casos analisados, a localização dos empreendimentos, pode ser pensada a partir do que Villaça (2001) denomina "segregação periférica planejada”, visto que o poder público tem papel importante nesse processo, por implantar conjuntos distantes da área urbana consolidada e desprovidos de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos.

Essa distância não apenas limita o acesso a serviços básicos, mas também reforça as desigualdades no plano simbólico, como demonstrado nas entrevistas que indicam o estigma associado às áreas habitacionais populares.

Relatos das moradoras de Dourados destacaram a estigmatização do conjunto Idelfonso Pedroso, associado a condições de precariedade urbana e à violência.

Essa dinâmica, segundo Santos e Silveira (2022), perpetua barreiras invisíveis, como o preconceito e a discriminação, que afetam diretamente a autoestima e o pertencimento socioespacial.

Isso também foi observado em Três Lagoas, visto que o conjunto habitacional Novo Oeste é estigmatizado pela violência e medo recorrente.

Esse processo, portanto, reflete um contexto urbano em que as dinâmicas de segregação socioespacial estão profundamente enraizadas nas condições e contradições históricas e sociais específicas de cada município.

Consideramos que, em Dourados, o processo de segregação ganha uma complexidade ainda maior quando observamos o comportamento das moradoras em relação ao consumo, evidenciando que, conforme pontuado anteriormente, o processo de segregação tem ganhado maior complexidade, especialmente em relação ao aumento do distanciamento socioespacial das áreas periféricas, o que não se observa com a mesma profundidade em Três Lagoas.

Relatos indicam que, devido à distância e a falta de opções nas áreas comerciais, muitas recorrem à internet para realizar suas compras, o que cria uma divisão ainda mais profunda entre as áreas centrais e as periféricas, além de acentuar a sensação não pertencimento à cidade em seu conjunto.

Lefebvre (1991) argumenta que o espaço vivido é aquele onde as dinâmicas materiais e simbólicas se entrelaçam, moldando as experiências cotidianas. E, nesse sentido, a segregação vivida cotidianamente e a simbólica foram dimensões centrais nas experiências das moradoras, evidenciadas pela restrição da mobilidade, pela falta de acesso a locais de lazer e convivência e pelo preconceito.

Em ambas as cidades, a ausência de infraestrutura pública adequada — como transporte, áreas de lazer e serviços — intensifica a experiência de isolamento, limitando as possibilidades de interação.

Marcuse (2015) argumenta que o espaço reflete uma dissociação entre grupos sociais e áreas urbanas, criando enclaves que reforçam as desigualdades e limitam as interações entre os diferentes segmentos sociais.

Nos casos analisados, esse processo é perceptível na dificuldade das moradoras dos conjuntos habitacionais em acessar os diferentes locais da cidade, além da convivência com o estigma associado às áreas periféricas.

Apesar dessas adversidades, as moradoras também revelaram formas de ressignificação do espaço. Redes de solidariedade entre vizinhos, práticas de adaptação às condições adversas e o uso criativo dos locais são exemplos de como ressignificam às imposições estruturais e simbólicas.

Caldeira (2017) enfatiza que essas práticas cotidianas representam formas de subversão das hierarquias urbanas, revelando a urgência cotidiana das moradoras.

Em Três Lagoas, a rede de solidariedade parece mais organizada em torno da sobrevivência cotidiana, com ênfase maior no cuidado das condições materiais, como a melhoria das casas e a luta por serviços públicos básicos. Já em Dourados, há um componente simbólico, em que as moradoras demonstram preocupação com a estigmatização associada a áreas periféricas. Em outras palavras, enquanto em Três Lagoas, a segregação está mais ligada à falta de infraestrutura e ao aumento do distanciamento socioespacial das periferias, em Dourados há foco e preocupação com a estigmatização das áreas periféricas.

Um ponto observado nas duas cidades é o papel das políticas públicas na intensificação do processo de segregação socioespacial. O PMCMV, embora tenha contribuído para a ampliação do acesso à moradia, se caracteriza pela implantação de empreendimentos descontínuos à malha urbana consolidada, revelando que as políticas habitacionais no Brasil, historicamente, reforçam padrões de segregação, tanto a concretamente vivida, quanto a simbólica.

O processo de segregação socioespacial em ambas as cidades, embora apresente especificidades, está inserido em dinâmicas mais amplas. A segregação socioespacial simbólica e a concretamente vivida é tanto um reflexo das desigualdades estruturais quanto um reforço dessas mesmas desigualdades.

A particularidade de cada cidade, no entanto, torna evidente a necessidade de um olhar mais atento às especificidades locais para a implementação de subsídios para políticas públicas que não apenas reconheçam as especificidades, mas que também busquem integrar as periferias ao conjunto da cidade.

Em Dourados, o desafio parece ser mais complexo, envolvendo não só a infraestrutura urbana, mas também o repensar da própria dinâmica de consumo e da acessibilidade.

Já em Três Lagoas, a falta de infraestrutura e de serviços básicos, parece ser o principal entrave, revelando ressignificação e adaptação das moradoras.

A reflexão aqui proposta argumenta que é preciso ir além das análises tradicionais sobre segregação socioespacial, reconhecendo que essa dinâmica não se resume à ausência ou dificuldade de acesso físico. Mas, também, à falta de participação, dos que vivenciam os problemas, na definição de subsídios para

políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às necessidades da população que vivem às margens da cidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. C. **Desenvolvimento e Interiorização no Brasil**: O Caso das Cidades do Interior. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

ALMEIDA, R. M.; MILANI, P. H. A resistência ao estilo de residências verticais nos conjuntos habitacionais em Três Lagoas-MS. **Formação (Online)**, v. 27, n. 52, 2020.

ALVES, F.; BRITO, C. **Políticas Públicas e Transporte Público em Áreas Periurbanas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

AMORIM FILHO, O. B; RIGOTTI, J. I. R. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto. **Anais**… Ouro Preto: 2002. p.1-22.

BAUMAN, Z. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECKER, H. S. (1999). **Truques da escrita**: para começar e terminar teses, livros e artigos. Rio de Janeiro: Zahar.

BONDUKI, N. **Os pioneiros da habitação social**: as origens da política habitacional no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

BRASIL. Lei Federal nº 14.142 de 19 de abril de 2021. Confere à cidade de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul, o título de Capital Nacional da Celulose. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF: Ano 159, n. 73, p. 1, 20 abr. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14142.htm. Acesso em: 27 mai. 2021.

BRITO, B. D. C. *et al*. Programa Minha Casa, Minha Vida como modelo de moradia (in) adequada: Um estudo sobre o Jardim Bassoli. In: **Brazilian Technology Symposium**. Universidade Estadual de Campinas-Unicamp (Brasil), 2016.

CALDEIRA, T. P. do R. **City of Walls**: Crime, Segregation, and Citizenship in São Paulo. Berkeley: University of California Press, 2017.

CALIXTO, M. J. M. S. **O papel exercido pelo poder público local na (re) definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS**. 2000. 295f. 2000. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

CALIXTO, M. J. M. S. **Políticas habitacionais e segregação socioespacial em Dourados**: O caso do Programa Minha Casa Minha Vida. Dourados: UFGD, 2021.

CALIXTO, M. J. M. S.; BERNARDELLI, M. L. F. H.; JURADO DA SILVA, P. F. (orgs). **Da Produção da cidade à produção da habitação:** abordagens a partir do estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: Life Editora, 2021.

CALIXTO, M. J. M. S.; REDÓN, S.M. (orgs). **O Programa minha casa minha vida e seus desdobramentos socioespaciais**: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras. Porto Alegre, RS: TotalBooks, 2021.

CALVINO, I. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPOS, L. S**. A relação entre os estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a configuração da rede urbana em Três Lagoas – MS**. 2018. 68 f. Monografia (Licenciatura em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2018.

CAMPOS, L. S. **Vida de estudante:** um estudo sobre as microterritorialidades dos estudantes da UFMS/CPTL em Três Lagoas – MS. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Três Lagoas, 2021.

CARDOSO, A. L. **Habitação e cidade**: política urbana e movimentos sociais na construção da cidade. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1994.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. A**. Segregação socioespacial e direito à cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

CASTELLO BRANCO, M. L. Cidades Médias no Brasil. In: SPOSITO, E. S; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.) **Cidades médias:** produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CHAVES, C. A. B. M. **Quanto vale a minha casa?** A comercialização dos imóveis faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Natal. 2019. Dissertação de Mestrado. Brasil.

CORRÊA, R. L. A busca por segurança: imaginário do medo e geografia urbana. **Contemporânea (Título não-corrente)**, v. 8, n. 1, p. 88-105, 2010.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M E B. **Cidades médias**: espaços em transição. Expressão Popular: São Paulo, 2007. p. 23-34.

CORRÊA, R. L. **Espaço, um conceito-chave da Geografia**. São Paulo: Ática, 1997.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano e as Dinâmicas da Segregação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CORRÊA, R. L**. O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Rede urbana e Formação Espacial: uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano. 5, n.8, p.121-129, jan./jun.2000.

COSTA, J. **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Desafios**: Uma Análise Crítica. São Paulo: Editora Atlas, 2022.

COSTA, M. A. **Saúde e Pandemia**: Desafios para Municípios do Interior. São Paulo: Editora Saúde, 2022.

CRUZ, C. F. **Geografia do crime e do medo**: criminalidade e violência em Manaus. 2022. 108 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

CRUZ, C. N.; FRANÇA, S. L. A. Arquitetura do Medo nos condomínios horizontais fechados em Aracaju/SE: uma venda da sensação de segurança. **Anais do IV Seminário Nacional de Sociologia da UFS:** Desafios contemporâneos da sociedade brasileira e o futuro da sociologia, 2022.

DELCOL, R. F. R; MILANI, P. H. (2022). A produção do espaço urbano em Três Lagoas – MS com base na dinâmica demográfica. **GEOGRAFIA (Londrina)**, 31(2), 87–106. https://doi.org/10.5433/2447-1747.2022v31n2p87.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS, Paulo César. **A ferrovia e o desenvolvimento agrário no Centro-Oeste**: uma análise histórica. São Paulo: Editora XYZ, 2020.

FRANÇA, I. S. de. **A cidade média e suas centralidades:** O exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais. 2007. 240f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

GARCIA, A. **Políticas Habitacionais no Brasil**: O Caso do Programa Minha Casa Minha Vida. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

GEERTZ, C. (1973). A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar.

GENTILE, M. **Urbanismo e especulação imobiliária:** a construção da cidade contemporânea. São Paulo: Ed. Senac, 2017.

GOFFMAN, E. **Stigma**: Notes on the Management of Spoiled Identity. New York: Simon & Schuster, 1963.

GOMES, C. A. Q. **Economia leiteira do Bolsão Sul Matogrossense**. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1994.

GUINARD, P. “**De la peur et du geografe à Johannesburg (Afrique du Sud)**”. Geographie et cultures, 93-94, 2015, 277-301. URL: http://journals.openedition.org/gc/4013 Acesso em: 20 de dez de 2023.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Boitempo, 2008.

JIRÓN, P. Mobility on the Move: Examining Urban Daily Mobility Practices in Santiago de Chile. **Journal of Transport Geography**, v. 18, n. 3, p. 370-381, 2010.

JIRÓN, P. **Segregación urbana y movilidad en Santiago de Chile**: la experiencia cotidiana en la vida de mujeres de sectores populares. Santiago: Universidad de Chile, 2010.

JIRÓN, P. **Segregación, Transporte y Movilidad Urbana en América Latina**. Santiago: CEPAL, 2010.

KELLER, M. **Estigmatização e Percepção de Segurança em Áreas Urbanas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

KOURY, M. G. P. **Medos urbanos e mídia**: o imaginário sobre violência e juventude no Brasil atual. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5613> acesso em 19 de outubro de 2023.

KOURY, R. **Cultura do Medo e Percepção de Segurança**: Uma Análise do Imaginário Social Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2011.

KVALE, S. **InterViews:** an introduction to qualitive research interviewing. Sage, 1996.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **The production of space.** Oxford: Blackwell, 1991.

LEITZKE, A.; FRESCA, T. M. Londrina não é cidade média. In: SEMANA DE GEOGRAFIA, 25, SEMINÁRIO DE GEOGRAFIA DO NORTE DO PARANÁ, 4, 2009, Londrina. **Anais.**.. Londrina: UEL, 2009. p.1-15.

LENCIONI, S. **A urbanização da sociedade**: as cidades médias. São Paulo: Hucitec, 2011.

LIMA, A. C. de S. (2007). **Pesquisa e práticas de campo em Geografia**: desafios e possibilidades. São Paulo: Editora Contexto.

LIMA, R. S. **O Impacto da Covid-19 em Municípios de Pequeno Porte**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.

LIMONAD, E. **Urbanização e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LOPES, A. **História da Colônia Militar de Dourados**: Fundamentos e Implicações no Mato Grosso do Sul. Campo Grande: EdUFMS, 2010.

MACHADO, P. P. **História indígena e do indigenismo no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

MAFFESOLI, M. (1998). **O ritmo da vida**: variações sobre o imaginário pós-moderno. Rio de Janeiro: Record.

MAIA, D. S. Cidades Médias e Pequenas do Nordeste: Conferência de Abertura. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Orgs.) **Cidades Médias e Pequenas**: Teorias, Conceitos e Estudos de Caso. Salvador: SEI, 2010. p.15-41.

MARCINKEVICIUS, M. S. **Habitação de Interesse Social e Segregação Urbana**. São Paulo: PUC-SP, 2013.

MARCINKEVICIUS, M. S. **O Papel do Estado nas Políticas Habitacionais e a Produção da Cidade Excludente**. São Paulo: Cortez, 2000.

MARCUSE, P. Gentrification, Abandonment, and Displacement: Connections, Causes, and Policy Responses in New York City. Washington **University Journal of Urban and Contemporary Law**, v. 28, n. 2, p. 195-240, 2015.

MARCUSE, P. Reading the Right to the City. New York: Routledge, 2004.

MARICATO, E. **Habitação e cidade: desafios para o Brasil**. São Paulo: Vozes, 2000.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil.** São Paulo: Vozes, 2017.

MICHEL, M. Ville moyenne, ville moyen. **Annales de Géographie**, Paris, v. 86, n. 478, p. 641-685, sep./oct. 1977.

MILANI, P. H. **A produção da diferenciação socioespacial em Catanduva e São José do Rio Preto - SP: Uma análise a partir de cotidiano de moradores de espaços residenciais fechados**. 2016. 252 p. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

MILANI, P. H. Contribuições da epistemologia feminista para as pesquisas geográficas**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 34, p. 125-150, 24 dez. 2021.

MILANI, P. H.; ADIMARA ARANHA. CENTRALIDADE URBANA UM ESTUDO DO CENTRO PRINCIPAL DE TRÊS LAGOAS- MS. **Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 9, 2011. DOI: 10.35416/geoatos.v1i9.265. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/265. Acesso em: 15 ago. 2023.

MILANI, P. H.; SILVA, E. A. REORDENAMENTO TERRITORIAL INTRAURBANO DE TRÊS LAGOAS. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 16, p. 92-121, 1 nov. 2012.
MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONTEIRO, J. P. **Colonização e desenvolvimento agrícola no Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

NARDOQUE, S; ALMEIDA, R. A. Dinâmica territorial em tempos de hegemonia do capital monopolista: subordinação e resistências. **Dinâmica territorial em tempos de hegemonia do capital monopolista: subordinação e resistências**, 2023.

NASCIMENTO, F. P. **A Industrialização Regional e a Interiorização**: Tendências e Desafios. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

NISIDA, L. *et al*. **Desafios do Transporte Público nas Periferias Urbanas**. São Paulo: Editora Senac, 2015.

NISIDA, V. C. *et al*. A inserção urbana dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida na escala local: uma análise do entorno de sete conjuntos habitacionais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 17, n. 2, p. 63-80, 2015.

OLIVEIRA, M. C. **Percepções e Representações Urbanas**: Reflexões sobre a Vivência e o Medo. Porto Alegre: Editora Sulina, 2018.

OLIVEIRA, M. J. **Migração e desenvolvimento rural**: O caso da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Campo Grande: Editora UFMS, 2015.

OLIVEIRA, M. **Reconfigurações urbanas e industriais**: o caso de Três Lagoas. Brasília: Ipea, 2020.

PEQUENO, A. R. **Cidades médias**: uma análise teórica e empírica. Fortaleza: Editora UFC, 2007.

PEREIRA, D. **Territórios e identidades**: Os desafios dos povos indígenas no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

PEREIRA, J. C. M. **Importância e significado das cidades médias na Amazônia:** uma abordagem a partir de Santarém (PA). 2004. Dissertação

(Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

REIS, F. N. S. C.; SILVEIRA, S. F. R.; SOUZA MOREIRA, V. Resultados do programa Minha Casa, Minha vida sob a percepção dos beneficiários. **RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 14, n. 3, p. 925-956, 2015.

REIS, M. *et al*. **Mobilidade e Exclusão Social**: Análise do Transporte Público em Bairros Periféricos. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

REZENDE, B. C. **Espaço e Sociedade**: Dinâmicas e Transformações Urbanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

REZENDE, B. C. O medo no espaço urbano: contextos históricos e sociais. In: **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)** - Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico - v. 05, n. 12, p.148-157, jul, 2019. DOI: 10.33416/geoatos. v5i12.6510.

RIESSMAN, C. K. (2008). **Narrative methods for the human sciences**. Los Angeles: Sage.

RODRIGUES, A. P. **Percepções de Insegurança e Estigmatização em Áreas Urbanas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.

RODRIGUES, C. A. **Medos e Percepções**: A Experiência dos Moradores em Áreas de Baixa Renda. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, M. (2008). **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. A.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **Mudanças na Política Habitacional Brasileira**: Impactos da Lei nº 14.620/2023. Brasília: Editora UnB, 2023.

SANTOS, M. **O Brasil**: Território e Sociedade no Início do Século XXI. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **Segregação e Fragmentação Urbana**: Teorias e Práticas. Brasília: Editora UnB, 2020.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.

SARAVÍ, G. A. Mundos aislados: segregación urbana y desigualdad en la ciudad de México. **Eure (Santiago)**, v. 34, n. 103, p. 93-110, 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. L. Breve discussão sobre o conceito de cidade média. **Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE/UEM)**, v. 5, n. 1, p. 58-76, 2013.

SILVA, J. A. **Transformações Urbanas e a Nova Economia Regional**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SILVA, J. P. **Estruturas de Saúde e Crises Sanitárias**: O Caso da Pandemia. Campo Grande: UFMS, 2021.

SILVA, L. F. **Narrativas de Medo e Segurança em Espaços Urbanos**: Uma Abordagem Qualitativa. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

SILVA, L. L. *et al*. O papel do estado no processo de ocupação das áreas de cerrado entre as décadas de 60 e 80. **Caminhos de Geografia**, v. 1, n. 2, p. 24-36, 2000.

SILVA, M. J. **Medo e Segurança**: Dinâmicas Sociais em Contextos Urbanos. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

SILVA, M. **O impacto da desconcentração industrial nas cidades médias brasileiras**. São Paulo: Annablume, 2017.

SILVA, P. O **Programa Minha Casa Minha Vida**: Avanços e Reavaliações. Curitiba: Editora UFPR, 2023.

SOJA, E. **Thirdspace**: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places. Oxford: Blackwell Publishing, 1996.

SOJA, E. **Seeking Spatial Justice**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

SOUZA JÚNIOR, H. **Infraestrutura de Transporte e Qualidade de Vida nas Periferias Urbanas**. Brasília: UnB, 2023.

SOUZA, L. F. **Representações de Violência e Estratégias de Proteção em Áreas Urbanas**. Campo Grande: UFMS, 2018.

SOUZA, L. F. **Segurança e Estigmatização**: A Realidade dos Conjuntos Habitacionais. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

Souza, M. L. (2009). **Território e poder**: Estudos sobre geografia crítica. São Paulo: UNESP.

SOUZA, M. V. M.; JÚNIOR, D. B. F. **INSERÇÃO URBANA E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**. 2023.

SPOSITO, M. E. B. (*et al*). O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias:** espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-68.

SPOSITO, M. E. B. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade. **Revista Território**. Rio de Janeiro, UFRJ, ano III, número 04, p. 27-37, 1998.

SPOSITO, M. E. B**. A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

SPOSITO, M. E. B. **A urbanização da sociedade**: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho de Lima. O espaço no fim do século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

SPOSITO, M. E. B. **A urbanização dispersa**: uma nova forma de expansão urbana? Geografia: Ensino e Pesquisa, v. 11, n. 1, p. 21-30, 2007.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) **Urbanização e cidades:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP, 2001. p. 609-642.

SPOSITO, M. E. B. **Cidades e Segregação Socioespacial**: Reflexões sobre o Direito à Cidade. São Paulo: Unesp, 2013.

SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Contexto, 2013.

SPOSITO, M. E. B. Desafios para o estudo das cidades médias In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITÓRIO, 11, 2010, Mendoza. **Anais...** Mendoza: UNCUYO - Universidad de Cuyo, 2010. p. 01-18.

SPOSITO, M. E. B. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SORBAZO, O. (Orgs.). **Cidades médias:** produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas nas cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. **Revista Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografia-UNAM, Cidade do México, n.54, 2004.p. 114-139.

SPOSITO, M. E. B. **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2011.

SPOSITO, M. E. B. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE/ICSA/UFPA, 2009.

SPOSITO, M. E. B. **Urbanização e expansão urbana no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. G. **Cidades e Segregação Socioespacial**: Reflexões sobre o Direito à Cidade. São Paulo: Unesp, 2013.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, J. **A Questão Urbana**: Segregação Socioespacial e Dinâmicas Urbanas. São Paulo: Editora Hucitec, 2013.

STREY, M. N. (2001). **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: o cotidiano nas relações sociais. Porto Alegre: EDIPUCRS.

TEIXEIRA, J. C.; HESPANHOL, A. N. As alterações na agropecuária de Três Lagoas no contexto de Mato Grosso do Sul. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 23, p. 246-264, 2001.

TEIXEIRA, R. **O impacto das ferrovias no crescimento das cidades brasileiras**: o caso da Noroeste do Brasil. Rio de Janeiro: Editora ABC, 2017.
TONKISS, F. **Cities by design**: the social life of urban form. Cambridge: Polity Press, 2020.

TRUBILIANO, C. A. B. Algumas considerações sobre a Ferrovia Noroeste do Brasil: migração e ocupação em Campo Grande MT/MS (1905-1940). **MÉTIS: história & cultura**. Caxias do Sul, v. 13, n. 27, p. 233-251, 2015.

VASCONCELOS, P. A. **Geografia e Segregação Urbana**. Campinas: Papirus, 2004.

VIEIRA, K. M.; SANTOS FRAGA, L.; ALVARENGA, S. M. Casa nova, vida nova? Percepção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida. **NAU Social**, v. 12, n. 22, p. 599-615, 2021.

VIEIRA, S. *et al***. Acessibilidade e Transporte Público**: Uma Perspectiva Crítica. Belo Horizonte: UFMG, 2021.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VILLAÇA, F. **Espaço Involuntário**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

VILLAÇA, F. **Segregação Urbana e Desigualdades Sociais**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VISENTIN, E.; LUCCHESI, S.; SILVEIRA, A. **Segregação e Mobilidade Urbana**: Uma Abordagem Regional. Curitiba: UFPR, 2019.

VISENTIN, J. M.; LUCCHESI, S. T.; SILVEIRA, I. M. Efeitos da inserção urbana e periferização no transporte coletivo urbano: estudo de caso em um conjunto habitacional do programa minha casa minha vida. In: **Anais do 33 Congresso de Pesquisa e Ensino em Transporte da ANPET**. 2019. p. 1689-1699.

WHITACKER, A. M. **Uma discussão sobre a morfologia urbana e a articulação de níveis diferentes de urbanização**. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 139-156.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Local:
Data:
Hora:
Entrevistado (a):
Entrevistadores:

RELATÓRIO DE CAMPO

Contato:
Receptividade:
Perfil:
Breve descrição do local em que foi realizada a entrevista:

TRANSCRIÇÃO

Dados Pessoais
Estado civil?
Cidade onde nasceu?
Cresceu em Dourados ou Três Lagoas?
Idade?
Escolaridade?
Filhos?
Idade dos filhos?
Escolaridade dos filhos?
Fazem cursos?
Renda Familiar?
Quantos trabalham?
Emprego Formal?
Os filhos menores frequentam creche ou CEIM? Se sim, qual a distância e como leva e busca?

Processo de aquisição do imóvel no CH
Por que você se cadastrou?
Quanto tempo ficou esperando?
Quando foi contemplada?

Características e diferenciações residenciais
Como era a casa que você cresceu?
Como era a casa que você morava antes de ir para o Conjunto Habitacional?
Qual e como era o bairro?
O que achava do local?
Qual o prédio, o andar do imóvel?
Como era o imóvel?
Quais as principais diferenças entre o Conjunto Habitacional e o local que reside agora? A casa, a localização, o bairro.
Você gosta de morar em prédios? Destacar pontos positivos e negativos

O processo de abandono do imóvel
Por que você saiu?
Você vendeu ou alugou?
É uma prática comum nos conjuntos habitacionais?
Você conhece outras pessoas que fizeram ou estão querendo fazer o mesmo?
Você pode vender, tem alguma restrição imposta pela prefeitura?

O cotidiano
O que você acha de morar aqui?
Quais *as facilidades e dificuldades* em mora no CH?
Como era ou é o seu dia-a-dia:
Ir para o trabalho,
Escola, curso,
Mercado?
O que mudou, nessa rotina, quando mudaram para esse loteamento? (o que fazia antes que não faz agora e vice versa)

Mobilidade
Como você faz os seus deslocamentos pela cidade? Utiliza moto, carro, bicicleta?
Utiliza o transporte público? Se sim, quais linhas?
Sente que algo poderia melhor em relação ao transporte na cidade?

Lazer
Como é o lazer da sua família?

O que faz nos finais de semana no conjunto?

O que mudou quando mudaram para esse loteamento?
(Caso não tenha sido mencionado nas duas respostas anteriores) Frequentam espaços públicos para o lazer?

(Caso não tenha sido mencionado nas respostas anteriores) Utilizam as instalações de lazer que o condomínio possui?

(Em caso de resposta anterior positiva) Qual a frequência dessa utilização?

(Em caso de resposta anterior negativa) Por que não utilizam?

Em que espaços da cidade realiza seu lazer? Por que escolhe esses espaços?

Consumo
Poderia informar quais as áreas preferenciais de consumo. Ex: Supermercado, farmácia..

Por que escolhe estas áreas e estabelecimentos para comprar tais produtos e serviços?

Com que frequência vai ao centro da cidade?

Fale alguns pontos positivos e negativos do centro tradicional da cidade.

Vai ao shopping? Se sim, com que frequência e para quê?

Vizinhança
Como são suas relações com a vizinhança?

Avaliação
Você está satisfeito por morar aqui? Destacar pontos positivos e negativos.
Você acha que alguma coisa deveria ser mudada no conjunto?
Qual é sua principal preocupação?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Segregação Socioespacial: uma análise dos Conjuntos Habitacionais Verticais de Três Lagoas e Dourados em Mato Grosso do Sul
Nome do Pesquisador: Victor Gabriel Domingues Bezerra
Nome da Orientadora: Maria José Martinelli Silva Calixto

Natureza da pesquisa: o sra. (sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade: Compreender como a segregação socioespacial é vivenciada com base nas experiências dos moradores dos Conjuntos Habitacionais Verticais em Três Lagoas e Dourados no Estado de Mato Grosso do Sul via Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).
Participantes da pesquisa: a pesquisa realizará entrevistas com roteiros semiestruturados com moradores dos Conjuntos Habitacionais elencados na pesquisa. Os participantes serão homens e mulheres domiciliados nas cidades analisadas com idades acima de 18 anos. Em cada uma das cidades serão realizadas no mínimo 2 entrevistas com os moradores dos locais pesquisados.
Envolvimento na pesquisa: ao participar deste estudo, a sra (sr) permitirá que o (a) pesquisador compreenda as transformações nas cidades abordadas através de relatos sobre o seu cotidiano, isto é, através de suas próprias respostas que indiquem as condições de vida a partir do seu local de residência. Ao responder perguntas sobre habitação, mobilidade, lazer, consumo e trabalho, a sra (sr) auxiliará o pesquisador na compreensão de questões urbanas, como desigualdades, diferenças e principalmente da Segregação Socioespacial que é o objeto de pesquisa.
Sobre as entrevistas: a) as entrevistas serão aplicadas com os moradores dos Conjuntos Habitacionais com os perfis supracitados; b) A entrevista se constitui por meio de questões que versam sobre o cotidiano dos moradores entrevistados, as perguntas estão centradas principalmente em assuntos relacionados à mobilidade, consumo, habitação, trabalho e lazer; c) O participante é livre para não responder a entrevista; d) A conversa será gravada por meio de áudio ou vídeo; e) Os dados dos participantes serão mantidos em sigilo e o uso da entrevista será exclusivo para os fins desta pesquisa; f) Destaca-se que no começo da entrevista, além de uma explicação sobre o projeto, será questionado se o colaborador concorda em participar da pesquisa por meio de Termo de Consentimento e Livre Esclarecido.
Riscos e desconforto: a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas*. Caso o participante sinta-se constrangido em responder algumas das questões, o mesmo possui a liberdade de não responder, assim como pode declinar a participação na pesquisa a qualquer momento.* Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com

Seres Humanos conforme Resolução no. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

Sigilo sobre a Identidade dos Sujeitos da Pesquisa: Sua identidade, bem como informações ou qualquer outro meio que porventura possa identificá-lo, serão mantidos em sigilo. Somente o pesquisador e sua orientadora na pesquisa terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.

Confidencialidade dos Dados: As informações coletadas neste estudo que não forem publicadas na pesquisa não serão divulgadas de qualquer outra forma e os documentos que contiverem tais informações serão destruídos de acordo com as Normas vigentes da CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa).

Benefícios: ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre as transformações nas cidades analisadas, o aprofundamento ou não das desigualdades, bem como outros elementos inerentes ao processo de urbanização e suas faces ao longo da história, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa levantar elementos para um urbano mais justo e que contemple o direito a cidade, onde o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.

Pagamento: a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. A sra (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.). Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem: Confiro que recebi uma via deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa

_____

Nome do Participante da Pesquisa

_____

Assinatura do Participante da Pesquisa

Victor Gabriel D. Bezerra

Assinatura do Pesquisador

Assinatura da orientadora da pesquisa

"Os CEP são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. (Resolução CNS 466/12, VII.2 e Resolução CNS 510/16)"